

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
GOVERNO**

Maria Cecília Gomes Pereira

**Luta por reconhecimento e desigualdade social:
uma análise da experiência dos catadores da Asmare em
Belo Horizonte (MG)**

**São Paulo
2011**

Maria Cecília Gomes Pereira

**Luta por reconhecimento e desigualdade social:
uma análise da experiência dos catadores da Asmare em
Belo Horizonte (MG)**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Campo de Conhecimento: Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira

**São Paulo
2011**

Pereira, Maria Cecília Gomes.

Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG) / Maria Cecília Gomes Pereira. - 2011. 124 f.

Orientador: Marco Antonio Carvalho Teixeira

Dissertação (mestrado em administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Marginalidade social -- Belo Horizonte (MG). 2. Movimentos sociais -- Brasil. 3. Conflitos sociais. 4. Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. I. Teixeira, Marco Antonio Carvalho. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 316.344.24(815.11)

Maria Cecília Gomes Pereira

**Luta por reconhecimento e desigualdade social:
uma análise da experiência dos catadores da Asmare em
Belo Horizonte (MG)**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Campo de Conhecimento: Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira

Data da aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira
(Orientador) – FGV- EAESP

Prof. Dr. Mário Aquino Alves – FGV-EAESP

Prof. Dr. Luís Guilherme Galeão Silva – USP

São Paulo
2011

*Aos catadores que me ensinam e me
surpreendem com suas histórias e luta
cotidiana...*

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar com palavras a gratidão que sinto...

Agradeço, sobretudo, a Deus por me conduzir em todos os momentos e pela oportunidade de aprender. O que aprendi nesses dois anos foi para a vida...

À minha querida mãe pelas palavras de coragem e ânimo. Nos momentos mais difíceis seu amor e fé me deram força para continuar. Ao meu pai por sempre me apoiar, mesmo de sair da nossa pequena Rio Manso e vir para São Paulo. Ao meu querido irmão pelo apoio e amizade. Amo muito vocês!

Ao amigo e prof. Téo pelo incentivo ao meu ingresso no mestrado. Seus ensinamentos e estímulo foram fundamentais. Muito obrigada!

Ao meu orientador, Marquinho, por acreditar em meu potencial e me tranquilizar nos momentos mais difíceis, de dúvidas e angústia. Seu cuidado e orientação foram fundamentais nesses dois anos, os tornando menos difíceis e possibilitando novos aprendizados. Muitíssimo obrigada!

Ao prof. Mário Aquino pelas contribuições ao longo do trabalho, por me apresentar discussões teóricas tão interessantes e estimular a reflexão em torno de questões que me instigam muito. Seu bom humor e humildade são qualidades que facilitam o aprendizado de seus alunos.

Ao prof. Peter Spink por estimular a reflexão e sempre mostrar um ponto de vista diferente. Seu exemplo como professor me inspira a seguir carreira acadêmica.

Ao prof. Galeão pela oportunidade de participar de suas aulas de Teoria Crítica, tão instigantes e interessantes, e pelas contribuições na qualificação.

Às queridas Sylmara e profa. Maria Cecília Loschiavo por me apresentaram interessantes discussões em torno da dura realidade daqueles que sobrevivem do lixo.

À amiga Eliane, com quem pude contar em vários momentos nesses dois anos.

Aos colegas e amigos da FGV pelos diversos momentos de convivência, troca e aprendizado: Marcus, Fernando, Paula, Patrícia, Thamara, Nina, Ana Paula, Daniel, Catarina, Camila e William.

Às queridas Elcimar, Fabi, Luciana, Marta, Cláudia e Tereza pela ajuda e atenção nesses dois anos de GV.

Ao Marcelo pela cuidadosa leitura do texto e pela ajuda nos momentos finais da dissertação.

À todas as pessoas que entrevistei agradeço pela atenção e ajuda. Aprendi muito com vocês.

À Capes pela bolsa de estudos que possibilitou a realização do mestrado.

RESUMO

Esta dissertação discute a dinâmica de luta dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG) e seus possíveis desdobramentos em políticas públicas para esse grupo social. Parte-se da ideia de luta e conflito social, recorrendo-se às discussões de luta por reconhecimento de Axel Honneth, apontando os limites e possibilidades do uso dessa abordagem no contexto brasileiro em face da elevada desigualdade social. A investigação foi realizada a partir de um estudo de caso longitudinal, com recorte temporal de 1987 a 2010. Foram feitas entrevistas em profundidade, conversas espontâneas e observações. Como método de análise foi adotada a leitura de narrativas. A partir das múltiplas vozes presentes nas narrativas dos entrevistados, observa-se que a luta dos catadores da Asmare foi repleta de idas e vindas, contradições e conflitos. Nas narrativas dos catadores foram evidenciadas diferentes formas de desrespeitos e reconhecimento recusado, bem como expectativas morais de reconhecimento. Foram alcançadas reivindicações junto ao poder público local, como a construção de uma política de apoio ao trabalho desse grupo que, ao longo dos anos, foi passando por reconfigurações e mais recentemente por uma inflexão, que acirrou os conflitos entre poder público e Asmare.

Palavras-chave: catadores de recicláveis; luta por reconhecimento; desigualdade social; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the dynamics of the struggle of the Asmare's waste pickers¹ and its possible consequences on the emergence of policies for this specific social group. It draws from the idea of struggle and social conflict, bringing about the Axel Honneth's discussions on struggle for recognition, and showing the limits and possibilities of using this approach in the Brazilian case, given Brazilian high social inequality. For the purpose of this work, a longitudinal case study, for the period from 1987 to 2010, was carried out through in depth interviews, spontaneous conversations, and observations. The methods adopted for the analysis of the data was that of reading of narratives. The multiple voices from the interviews indicated that the struggle of the Asmare's waste pickers was full of ups and downs, and conflicts and contradictions. In the narratives of the pickers themselves it has become evident both that they feel exposed to various forms of disrespect and non-recognition, and their moral expectations of recognition. Over the years some of Asmare's demands were met by the local government, as that of the implementation of a policy to support the job of its associated. But as time goes by this has going through reconfigurations and more recently by an inflection, which intensified the conflicts between the government and Asmare.

Key words: waste pickers; struggle for recognition; social inequality; public policy.

¹ Asmare is an association of refuse and recyclable collectors headquartered in Belo Horizonte, the capital of the state of Minas Gerais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMS – Assessoria de Mobilização Social

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento Social

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATAUNIDOS – Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária

CBO – Código Brasileiro de Ocupações

CETEC – Centro Tecnológico de Minas Gerais

CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores

CMRR – Centro Mineiro de Referência em Resíduos

COOPAMARE – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo

COOPERSOLI – Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região

FARRGS – Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul

FBB – Fundação Banco do Brasil

FELC-MG – Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMLC-BH – Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte

FNLC – Fórum Nacional Lixo e Cidadania

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IAF – InterAmerican Foundation

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LEV – Local de Entrega Voluntária

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MP-MG – Ministério Público de Minas Gerais
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAF – Organização de Auxílio Fraternal
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REDESOL – Rede Solidária dos Empreendimentos de Materiais Recicláveis em Minas Gerais
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana
SMAAS – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF – United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2. CATADORES DE “REICLÁVEIS” NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	23
2.1. Da organização dos catadores à formação do movimento nacional: uma breve história.....	28
2.2. Avanços na agenda pública e governamental.....	31
3. CONFLITOS SOCIAIS E LUTA POR RECONHECIMENTO.....	36
3.1. Luta por reconhecimento: a abordagem de Axel Honneth.....	37
3.2. Limites e possibilidades da luta por reconhecimento no contexto brasileiro.....	50
4. A LUTA DOS CATADORES DA ASMARE A PARTIR DA LEITURA DE NARRATIVAS.....	58
4.1. Em meio ao lixo e “confundidos” com o lixo: o início de um novo “olhar” com chegada da Pastoral de Rua (1987 - 1992).....	59
4.1.1. Os primeiros anos da Asmare: principais reivindicações, dificuldades e conquistas.....	67
4.2. De “inimigos da limpeza urbana” a “agentes prioritários” do programa de coleta seletiva: o início de uma nova relação com o Poder Público Local (1993 - 1998).....	71
4.3. Desdobramentos políticos e sociais: disseminação da experiência e novos espaços de articulação política (1999 -2004).....	80
4.3.1. Mudanças no âmbito local e suas implicações na relação entre Poder Público e Asmare.....	86
4.4. Avanços em âmbito nacional <i>versus</i> inflexões no âmbito local (2005- 2010).....	90
4.4.1. Desafios atuais e novas inflexões no desenvolvimento da política de apoio ao trabalho dos catadores em Belo Horizonte.....	98
4.4.2. Imbricações entre o âmbito local e o nacional: um breve apontamento.....	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
5.1. Limitações teórico-metodológicas.....	111
5.2. Sugestões para estudos futuros.....	112
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A.....	123
APÊNDICE B.....	124

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve seus primeiros contornos, de forma inesperada, quando participei do 7º Festival Lixo e Cidadania realizado em Belo Horizonte (MG), no ano de 2008. O Festival é um espaço de encontro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que conta com a presença de catadores de diferentes regiões do país. Nesse evento, impressionava não apenas a situação de pobreza e desigualdade, na qual esse grupo se encontra, mas principalmente a verbalização por parte dos catadores dessa condição e dos desrespeitos sofridos cotidianamente. Durante as palestras, discussões e em diversos momentos dos quatro dias em que participei foi inevitável ficar sensibilizada e instigada com tudo que vivenciei.

A partir desse evento, descobri que os catadores estão presentes em quase todo o Brasil, trabalhando nas ruas, em aterros, ou em lixões², em condições, na maioria das vezes, extremamente precárias. Inseridos em uma dinâmica em que, ao sobreviverem do lixo, atuam como “operários terceirizados” da indústria da reciclagem, desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas (LAYRARGUES, 2002; LEAL et. al, 2002; BOSI, 2008), bem como dos demais direitos que configuram o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo estão ligados a um grande problema ambiental urbano – a disposição final do lixo.

Descobri também que a partir do final da década de 1980 teve início um processo de organização dos catadores em associações e cooperativas. Esse processo se deu em algumas cidades brasileiras como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, e materializava uma busca por melhores condições de vida e trabalho, por meio de reivindicações aos governos locais. Algo que posteriormente se espalhou pelo país, de diferentes formas, principalmente a partir da década de 1990, alcançando uma articulação nacional em 2001 com a formação do MNCR.

Esta pesquisa volta-se justamente para essa dinâmica de organização de catadores em associações e cooperativas. De forma mais específica, para a luta dos catadores e a construção de suas reivindicações, principalmente aquelas em torno de políticas públicas que afetam diretamente suas vidas.

Busca-se analisar a construção relacional da luta dos catadores e de suas reivindicações, atentando-se para os sentidos envolvidos e para a possibilidade de

² Vazadouro de resíduos sólidos a céu aberto.

questionamento aos desrespeitos sofridos, mas considerando a elevada desigualdade social naturalizada no país (SOUZA, 2009; KOWARICK, 2009; SPINK, M. J.; SPINK, P. K., 2006). A naturalização da desigualdade é o processo de “tratar algo como normal, como dado e como parte do dia-a-dia; tão óbvio quanto o sol da manhã e a chuva da tarde” (SPINK, M. J.; SPINK, P. K., 2006, p.8). Os catadores, assim como muitos outros brasileiros, estão inseridos em relações sociais nas quais a desigualdade social é naturalizada cotidianamente, por mecanismos simbólicos que legitimam sua reprodução, de modo que compõem “uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social” (SOUZA, 2009, p.25).

Para discutir a luta dos catadores recorre-se às discussões de Axel Honneth (2003; 2007), que se inserem no âmbito da teoria crítica da sociedade. Para o autor, a base da interação é o conflito social e a sua gramática moral, a luta por reconhecimento, em um processo dialético de desrespeito e reconhecimento. Essa abordagem oferece elementos que permitem discutir os aspectos opacos e naturalizados da realidade social, atentando-se para a dor e sofrimento humanos nem sempre visíveis. Recorre-se, também, à discussão de Souza (2004; 2009) sobre a desigualdade social brasileira, apontando os limites e possibilidades do uso da abordagem de luta por reconhecimento de Honneth (2003) no Brasil.

É importante apontar que a perspectiva de luta por reconhecimento não se restringe à construção de políticas governamentais, vai além, envolve outras dimensões, em um processo permanente, no qual a sociedade reflexivamente se transforma e altera padrões de relação social (HONNETH, 2003), como será discutido mais à frente. Mas, no caso investigado, a análise em torno da relação com o Estado é fundamental, uma vez que esse possui um papel importante nos processos de reconhecimento, principalmente na geração de políticas de acesso a direitos, considerando a elevada desigualdade social brasileira.

Para discutir essas questões, a presente dissertação analisa a luta dos catadores da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) de Belo Horizonte (MG). A Asmare foi constituída formalmente em 1990, a partir do trabalho de apoio a esse grupo realizado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. A iniciativa teve início em 1987, quando chegaram à capital mineira algumas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento.

A associação é uma das primeiras experiências de organização de catadores do país, sendo considerada uma das mais exitosas, principalmente com estabelecimento de novas relações com o governo local. Em 1993 foi construída uma política de apoio ao trabalho dos catadores e implantado o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte em conjunto com a

Asmare. A experiência foi permeada de diversos conflitos em uma luta por melhores condições de vida e trabalho para os catadores.

Assim, esta dissertação tem como objetivo: analisar a luta dos catadores da Asmare e seus possíveis desdobramentos em políticas públicas para esse grupo social. Busca-se discutir tal luta a partir dos sentidos e significados presentes nas narrativas dos atores envolvidos.

É importante diferenciar os conceitos de sentido e significado. Sentido é o que guia a ação, é direção, é rumo que conduz a desdobramentos. “Mas, antes que produza desdobramentos, ele passa por um processo subjetivo à medida que os atores sociais desvelam o significado das coisas e fenômenos com que se defrontam” (GOHN, 2005, p.31). Significado, por sua vez, é o conceito de algo, como é definido e apreendido pelos indivíduos, ou seja, é o conteúdo conferido a uma ação e atribuído socialmente a um fenômeno. Desse modo, os significados “são aprendidos e apreendidos, são socializados; são identificados, confirmados e testemunhados por aqueles que se defrontam com o outro” (GOHN, 2005, p.31). A postura metodológica adotada para discussão dessa construção social de sentidos, bem como o método de análise são apresentados no próximo capítulo.

Por ora, é importante destacar que a temática dos catadores é foco de estudo em diferentes áreas do conhecimento, como saúde pública, economia, serviço social, psicologia, geografia, antropologia, sociologia, educação e engenharia, para citar alguns exemplos. A administração pública, por sua vez, se constitui em mais um lugar de estudo desse tema. Esta dissertação ao estar inserida dentro desse campo do conhecimento tenta evidenciar os sofrimentos cotidianos dos catadores e a luta contra os desrespeitos, bem como se e em que medida as políticas públicas incorporam tais questões. As políticas públicas, entendidas como o Estado em ação, ainda que por si só, não levam ao reconhecimento social de grupos em situação de pobreza, têm um papel fundamental na redução da desigualdade social.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à experiência em estudo, que se tornou foco de diferentes pesquisas em períodos distintos (JACOBI; TEIXEIRA, 1997; SILVA, 2000; DIAS, 2002; CARDOSO, 2003; BATISTA, 2004; SOARES, 2005; MENDONÇA, 2006; TORRES, 2008, dentre outros). Embora, a Asmare tenha sido alvo de um número expressivo de trabalhos acadêmicos, nenhum dos que foram observados realiza uma discussão sob a perspectiva de luta por reconhecimento e conflito social. Desse modo, espera-se que esse trabalho possa contribuir como mais uma voz dentro desse campo-tema (SPINK, 2003).

Em busca de contemplar o objetivo geral aqui proposto, no próximo capítulo apresentam-se a abordagem e os métodos de pesquisa adotados, como a opção pela perspectiva de campo-tema, a adoção do estudo de caso longitudinal e do levantamento e

leitura de narrativas. No capítulo seguinte realiza-se uma breve contextualização dos catadores no Brasil. Explora-se o início do trabalho de catação de resíduos e as dinâmicas sociais e econômicas nas quais a atividade está inserida, as primeiras experiências de organização e a articulação em movimento nacional e, por fim, a repercussão pública da questão nos últimos anos, bem como os avanços na agenda governamental federal.

No terceiro capítulo aborda-se a discussão teórica de luta por reconhecimento, buscando trazer subsídios para análise do fenômeno investigado a partir da perspectiva de Axel Honneth (2003; 2007). Posteriormente realiza-se uma problematização dos alcances e limites do uso dessa abordagem teórica no contexto brasileiro, em face da elevada desigualdade social existente no país, recorrendo principalmente às discussões de Souza (2009).

É importante frisar, desde já, que esta dissertação não objetiva testar empiricamente as ideias teóricas desenvolvidas. O objetivo não é provar ou negar a validade do quadro normativo, mas analisar sua relação com a realidade em foco.

No quarto capítulo apresenta-se a discussão dos resultados alcançados nessa pesquisa. A partir das múltiplas vozes presentes nas narrativas dos atores envolvidos, busca-se analisar a luta dos catadores da Asmare, ao longo dos anos de 1987 a 2010, interpretando-a à luz da base teórica adotada. E por fim, são apresentadas as considerações finais, algumas limitações teórico-metodológicas e sugestões para estudos futuros.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência é uma espécie de reflexão duplicada, porque reflete sobre o tema e sobre a forma como se reflete sobre o tema. (SOUZA, 2009, p.52)

A presente pesquisa tem como principal pressuposto metodológico a perspectiva de campo-tema (SPINK, 2003). Campo-tema é um complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço construído e negociado, no qual argumentos com diversas faces e materialidades estão em constante debate, em muitos lugares. Ou, de forma mais clara, como coloca o próprio autor:

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades. (SPINK, 2003, p.36)

O pesquisador ou a pesquisadora estão inseridos no campo-tema, desde o primeiro momento que se começa a conversar, buscar detalhes, informações, ler, discutir e argumentar sobre uma determinada questão, ou logo que se diz “pesquisa tal tema...”. Estar no campo-tema implica refletir por que se está ali, o que se está fazendo e qual a contribuição como parte desse processo (SPINK, 2003).

Precisamos aprender que ser parte do campo-tema não é um fim de semana de pesquisa participante e muito menos uma relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico, mas é, antes de mais nada, a convicção moral que [...] estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis. Ser útil pode ser algo como o apoio ao debate ou, dado que nenhuma teoria ou argumento viaja por conta própria (LATOUR, 1987), ajudar os saberes e conhecimentos presentes a viajar para que outros possam conectá-los com outras idéias e possibilidades dentro do processo de coletivização. Pode ser também a contribuição de trazer outras vozes para o debate, de mostrar outras posições e outros argumentos. (SPINK, 2003, p.27)

Em busca de trazer vozes, saberes e argumentos que estão em constante negociação de sentidos dentro do campo-tema escolhido – a luta dos catadores da Asmare em Belo

Horizonte (MG) – recorre-se a dois métodos: o estudo de caso longitudinal e a leitura de narrativas.

Para analisar a luta dos catadores da Asmare e seus possíveis desdobramentos em políticas públicas, optou-se por adotar a estratégia de estudo de caso longitudinal. O método de estudo de caso busca interpretar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto social (YIN, 2001), analisando os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e práticas sociais (GODOY, 2006). A perspectiva longitudinal, por sua vez, explora o contexto e o processo de mudança ao longo do tempo, possibilitando a interconectividade temporal entre fenômenos históricos e presentes (PETTIGREW, 1990).

Essa estratégia metodológica permite entender os fluxos e refluxos, as idas e vindas da luta dos catadores. O recorte temporal feito foi de 1987 a 2010, uma vez que o processo de organização dos catadores da Asmare se iniciou no ano de 1987, quando algumas irmãs beneditinas foram para capital mineira e iniciaram um trabalho junto à população de rua.

O método de estudo de caso longitudinal, além de alinhar-se com o objetivo geral aqui proposto e com o fenômeno estudado, também se alinha com a base teórica adotada. A luta por reconhecimento é um processo dialético, marcada por dinâmicas de desrespeito e reconhecimento, inseridas em processos históricos que marcam as relações sociais de uma determinada sociedade (HONNETH, 2003; 2007). É importante ressaltar que há uma tensão constante entre desrespeito e reconhecimento, que é dialética e constitutiva dos conflitos sociais. A perspectiva longitudinal, por sua vez, pode auxiliar no entendimento dessa tensão à medida que abarca o contexto e o processo de mudança ao longo do tempo.

Na realização do estudo de caso longitudinal foram feitas entrevistas em profundidade. Em um primeiro momento, foram realizadas cinco entrevistas, com quatro catadores da Asmare e com um ex-membro da Cáritas³ e da Pastoral de Rua, que atuou ativamente no processo de organização dos catadores. Essas entrevistas iniciais foram abertas, buscando entender como se deu a formação da Asmare e esclarecer algumas dúvidas. As entrevistas foram feitas no mês de julho de 2010, como uma etapa exploratória da pesquisa.

Posteriormente, no mês de outubro e início do mês de dezembro de 2010, foram realizadas 18 entrevistas em profundidade, do tipo semiestruturada. A partir da fase exploratória e das primeiras entrevistas feitas no mês de outubro, foi possível mapear os atores envolvidos nessa experiência. À medida que os entrevistados contavam suas histórias,

³ A Cáritas Brasileira é uma organização da Igreja Católica pertencente a uma rede internacional de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Para mais informações, consultar: www.caritas.org.br.

também mencionavam nomes de pessoas e organizações que participaram da dinâmica de organização dos catadores, às quais atribuíam um papel importante. Além das pessoas mais citadas nas narrativas, também foram entrevistadas duas pessoas que não foram mencionadas, mas que integram organizações cujas relações com a Asmare, nos últimos anos, tem sido de conflito ou de afastamento, conforme revelado em conversas.

As entrevistas foram conduzidas com o auxílio de dois roteiros de questões (apêndices A e B). O primeiro foi elaborado para os catadores associados da Asmare, já o segundo para membros de organizações de apoio, antigos e atuais funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, e demais atores envolvidos. Na construção dos roteiros, buscou-se formular questões que estimulassem os entrevistados a contar histórias, seguindo a metodologia de leitura de narrativas, proposta por Czarniawska (2000; 2004). As entrevistas foram gravadas, com exceção de uma, em função de um problema técnico com o gravador, mas foram feitas anotações no caderno de pesquisa durante a entrevista. Posteriormente todas as entrevistas foram transcritas mediante recorte das falas principais sobre cada tema abordado no roteiro.

Do conjunto dos entrevistados, sete são catadores da Asmare, dentre os quais seis estão na associação desde a sua formação e um ingressou em 1994. Um dos catadores entrevistados atua como liderança do MNCR, tendo se afastado da associação para se dedicar às atividades do movimento nacional. Também foi entrevistada a responsável pela administração da Asmare, que atuou anteriormente como assistente social na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) de Belo Horizonte. Foram entrevistados atores ligados à Igreja Católica que atuaram ativamente no processo de organização dos catadores, a saber, uma irmã beneditina e atual coordenadora da Pastoral de Rua, que iniciou o trabalho com os catadores; um ex-membro da Cáritas e ex-agente pastoral, que atualmente trabalha no Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) e é militante do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais (FELC-MG); e uma componente do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), que era agente pastoral. Também foram entrevistados gestores e técnicos do poder público, que atuaram no programa de coleta seletiva em diferentes períodos: a superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) na gestão municipal de Patrus Ananias (1993-1996), que posteriormente foi oficial de projetos do United Nations Children's Fund (UNICEF) na construção do FNLC, foi secretária de parcerias do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e atualmente é consultora do Ministério do Meio Ambiente (MMA); uma coordenadora do programa de coleta seletiva durante a mesma gestão municipal, que posteriormente atuou no FNLC e foi diretora de articulação e

mobilização social do MDS; uma analista de mobilização social que trabalhou na SLU no período de 1993 a 2002; a atual chefe do Departamento de Programas Especiais da SLU, que trabalha com o programa de coleta seletiva desde 1998. Essa última entrevista também contou com a presença de duas coordenadoras do programa de coleta seletiva, uma delas trabalha na SLU desde 1992 e a outra, desde 2000. Também foi entrevistada uma assessora técnica da SLU, que é responsável pela coordenação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte (FMLC-BH). E na SMAAS foi entrevistada uma analista de políticas públicas da Gerência de Inclusão Produtiva, na qual se dá a relação com a Asmare por meio do estabelecimento do convênio. E, por fim, foi entrevistada uma componente da Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (Coopersoli) que também é coordenadora da Rede Solidária dos Empreendimentos de Materiais Recicláveis em Minas Gerais (Redesol).

Além das entrevistas em profundidade, foram realizadas diversas conversas espontâneas, em diferentes lugares e ocasiões. A partir dessas conversas foi possível identificar sentidos, fragmentos e algumas partes da(s) história(s) ainda não conhecidas. A disponibilidade para o diálogo e a abertura do pesquisador para as conversas no cotidiano, como destaca Spink (2008) são elementos importantes para construção coletiva de conhecimentos, sendo o pesquisador “simplesmente um entre muitos membros competentes de uma comunidade moral, que busca arguir e agir para melhorias, tal como também fazem muitos outros” (p.71).

Também foram feitas observações nos lugares onde foram conduzidas as entrevistas, com maior intensidade na Asmare (nos dois galpões) e no Reciclo II. Nesse último espaço, também funciona a sede do FELC-MG e uma unidade da Pastoral de Rua. Na Asmare, em especial, foi possível observar o cotidiano de trabalho dos catadores, a forma e as condições de trabalho e a relação entre eles, ao fazer parte do cotidiano da associação durante cinco dias.

De forma complementar, foi realizada análise de documentos que foram buscados na internet, como leis, decretos, regulamentações e notícias divulgadas na mídia local, bem como de materiais entregues por alguns entrevistados, como cartilhas, folders, textos e jornais informativos. Também foram consultados alguns arquivos do Centro de Memória e Pesquisa da SLU. No entanto, a análise desses materiais foi apenas de caráter complementar na construção da pesquisa, uma vez que não foi realizada uma análise documental estrita, mas apenas uma consulta de documentos variados.

Para resgatar e analisar os eventos envolvidos na luta dos catadores, discutindo os sentidos atribuídos, a rede de significados e argumentos que se interconectam entre passado e

presente (SPINK, 2003), foi adotado o estudo de narrativas, seguindo a metodologia elaborada por Czarniawska (2000; 2004). O estudo de narrativas é o estudo sobre como os atores contam suas histórias. A autora destaca que, em todas as sociedades, as narrativas são portadoras de conhecimento, constituindo-se a forma mais típica da vida social e uma forma comum de comunicação (CZARNIAWSKA, 2000; 2004).

A narrativa, à medida que conta experiências passadas, envolve a criação de sentidos em um processo retrospectivo, no qual há constante ressignificação e negociação de significados (CZARNIAWSKA, 2000; 2004). Desse modo, a narrativa pode ser entendida “como o discurso que trata das ações que ocorreram no passado” (ALVES; BLIKSTEIN, 2006, p.406).

As narrativas constituem-se de alguns elementos fundamentais como a trama ou enredo, que é o que confere sentido e significado aos eventos e ações. Um mesmo conjunto de eventos pode ser organizado em torno de diferentes tramas (CZARNIAWSKA, 2004). A autora destaca que “usually plots are complicated and contain chains of actions and events, oscillating states of affairs, apparent actions and wrongly interpreted events, as in suspense or mystery, but a minimal plot is enough to make sense of a narrative.” (CZARNIAWSKA, 2000, p.15-16). Uma narrativa, com uma trama mínima, caracteriza-se pela lógica de transformação⁴, que é a dinâmica de passagem de um estado de equilíbrio para um estado de desequilíbrio, e posterior equilíbrio. O segundo equilíbrio pode assemelhar-se ao primeiro ou revertê-lo (CZARNIAWSKA, 2000).

A narrativa pode ser entendida como um tipo de discurso, caracterizada pelo fator temporalidade, apresentando discontinuidades, e pela presença de uma trama. Além dessas características, as narrativas podem assumir uma função simbólica, à medida que são capazes de enfatizar aspectos importantes para a manutenção de um determinado universo simbólico, contribuindo para a constituição de sistemas imaginários e simbólicos de sociedades (ALVES; BLIKSTEIN, 2006).

Czarniawska (2000) propõe o emprego de narrativas, em pesquisas, a partir das seguintes dinâmicas: observar como as histórias são criadas, coletar histórias e provocar o ato de contar histórias, para posteriormente, interpretar (o que elas dizem?), analisar (como elas dizem?) e desconstruir as histórias, sob o objetivo de construir a sua própria história, enquanto pesquisador, colocando-a em contraposição às outras histórias.

⁴ Essa definição, Czarniawska (2000; 2004) busca nos trabalhos de Tzvetan Todorov (1978).

A autora aponta que há várias maneiras de ler narrativas, sugerindo três fases interligadas: explicação, explanação e exploração. A explicação envolve a reconstrução do texto narrado (o que esse texto diz?). A explanação compreende a desconstrução, ou seja, desmontar o texto para ver como foi construído (como ou por que o texto diz isso?). E por fim, a exploração consiste na construção do próprio texto pelo pesquisador, ou seja, na construção de sua própria história (CZARNIAWSKA, 2000).

A partir desses guias metodológicos procurou-se problematizar a luta dos catadores da Asmare e como parte do processo foi feito um levantamento bibliográfico tanto para contextualização do tema, como para obtenção de bases teóricas que auxiliassem na compreensão dessa experiência. Assim, nos dois capítulos seguintes são apresentadas, respectivamente, uma contextualização da situação dos catadores no país e a abordagem de luta por reconhecimento.

2. CATADORES DE “REICLÁVEIS” NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.
(BANDEIRA, 1993, p.222)*

No Brasil, a existência de pessoas que obtém a sobrevivência a partir do lixo não é recente. Em Belo Horizonte, por exemplo, há registros de que a catação de resíduos ocorre desde o final da década de 1930. Até a construção do aterro sanitário, em 1975, o lixo era depositado a céu aberto no Vazadouro Morro das Pedras, onde dezenas de pessoas sobreviviam da cata de resíduos (DIAS, 2002). Entretanto, não há uma distinção se a catação era de alimentos e/ou de material reciclável.

Outro registro existente é de 1947 do poeta Manuel Bandeira que no poema “O Bicho”, denunciava a situação precária de pessoas que sobreviviam da busca de comida no lixo (BANDEIRA, 1993). A peça de teatro de Plínio Marcos “Homens de Papel” de 1967 é outro interessante registro, mas nesse caso, apontando a catação como forma de trabalho. A peça retravava a realidade de trabalho de um grupo de catadores na cidade de São Paulo e a relação de conflito com um atravessador, bem como a situação de miséria e marginalidade dessas pessoas. No município de São Paulo, Grimberg (2007) aponta que os catadores realizam o recolhimento de materiais recicláveis há mais de cinco décadas. O MNCR também afirma que os catadores atuam há mais de 50 anos coletando recicláveis no país.

A catação se tornou uma forma de trabalho, inicialmente nas grandes cidades, restringindo-se à cata de papel, vidro e sucata de metal, vendidos para atravessadores que revendiam para as recicladoras (BOSI, 2008). Mesmo que o recolhimento de materiais recicláveis tenha se tornado uma forma de trabalho, ainda permaneceu a dura realidade de busca de comida no lixo. Como a situação dos moradores de Ilha Grande dos Marinheiros, em

Porto Alegre (RS), retratada no curta-metragem *Ilhas das Flores*, de 1989, dirigido por Jorge Furtado. Os moradores da ilha disputavam entre si os restos de comida do lixão, após terem servido de alimento aos porcos. Essa situação de extrema pobreza continuou ao longo dos anos, em todo o país, e ganhou repercussão pública especialmente na década de 1990, o que contribuiu para a criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania em 1998.

Pode-se observar que não há uma data precisa de quando a catação se tornou uma forma de trabalho no contexto urbano brasileiro, uma vez que há ausência de documentos retratando essa realidade. As pesquisas acadêmicas a capturaram como objeto de estudo somente a partir da década de 1980 (CARMO, 2008; BOSI, 2008). A presença dos catadores parecia ser percebida, a princípio, apenas por poetas e dramaturgos. Mas é interessante analisar quando e como os catadores passaram a ser vistos de forma mais ampla, ou seja, quando os catadores são de fato percebidos pelos demais setores da sociedade, ainda que estivessem há muito tempo presentes nas cidades brasileiras. De fato, hoje, eles são notados por uma fração maior dessa sociedade, embora, na maioria das vezes, ainda continuem “invisíveis socialmente”, dada a naturalização da desigualdade social no país (SPINK, 2006; SOUZA, 2009; KOWARICK, 2009).

Bosi (2008) aponta que os catadores são vistos, enquanto força de trabalho, a partir de meados da década de 1980, quando um número expressivo de pessoas passou a sobreviver da coleta de recicláveis, bem como quando o mercado da reciclagem começou a se consolidar no país. O autor argumenta que a estruturação da indústria da reciclagem no Brasil só se tornou possível, como negócio lucrativo, quando encontrou grande número de trabalhadores desocupados, fora do mercado de trabalho formal, com baixa qualificação, para realizar o recolhimento e separação dos resíduos a baixo custo.

A consolidação da indústria da reciclagem no Brasil ocorreu nos últimos 25 anos, e desde o seu início teve os catadores como base de sustentação. Os recursos tecnológicos para a transformação de resíduos recicláveis em matérias primas já existiam anteriormente, no entanto, foi o baixo custo da força de trabalho dos catadores que tornou tais tecnologias viáveis, em termos de custos do recolhimento e separação dos materiais recicláveis (BOSI, 2008).

No plano mundial, a posição de destaque que o Brasil ocupa, no que diz respeito aos níveis de reciclagem e ao volume faturado nesse negócio, se deve ao trabalho de um número expressivo de pessoas destituídas de direitos e em condições precárias de sobrevivência e trabalho (BOSI, 2008; LAYRARGUES 2002; LEAL, et al., 2002). Para Bosi (2008), o trabalho dos catadores está integrado ao processo de acumulação capitalista e a “suposta

situação de exclusão dos catadores (desempregado, baixa escolaridade, faixa etária elevada) os qualifica para esse tipo de ocupação” (p.102).

A situação de pobreza e não exercício de direitos básicos compõe a realidade de muitos brasileiros (CARVALHO, 2003; SOUZA, 2004, 2009; KOWARICK, 2009; TELLES, 2006), aos quais se somam os catadores. Dentre os vários direitos que lhes são negados, destaca-se o direito ao trabalho.

Nas últimas décadas, tem-se em curso um processo global de desinserção no mercado de trabalho formal, caracterizado por desemprego estrutural, precarização, flexibilização, instabilidade e informalidade (KOWARICK, 2009; HONNETH, 2008a; CASTEL, 2000b; HARVEY, 1992). No Brasil, grande parcela da população luta tão somente para ter alguma chance de obter uma ocupação capaz de assegurar a subsistência. Porém, muitos se quer chegam a ter um trabalho formal, como é o caso de parcela expressiva dos catadores. Outros, quando ficam desempregados, não conseguem retornar ao trabalho formal, em face de seus baixos níveis de escolaridade (BOSI, 2008).

Esses processos de desinserção no mercado de trabalho se acentuaram principalmente a partir da década de 1980. Harvey (1992), ao analisar as mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, aponta principalmente a passagem do sistema fordista ao de acumulação flexível e suas implicações não só econômicas, mas também políticas e sociais. O sistema de acumulação flexível, baseado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, gerou diversas conseqüências, como desemprego estrutural, terceirização, subcontratação e outras modalidades de precarização do trabalho. Esse contexto caracterizou-se por uma maior desregulamentação econômica, menor intervenção estatal, competição entre Estados-nação para atrair investimentos externos, enfim, por um conjunto de políticas denominadas pelo autor de neoconservadoras ou neoliberais. No âmbito desse contexto, destaca-se a designação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial como autoridades centrais para exercer o poder coletivo das nações capitalistas sobre as negociações financeiras internacionais. O FMI e o Banco Mundial usaram esse poder para forçar reduções dos gastos públicos, cortes de salários reais, e austeridade nas políticas fiscal e monetária, em vários países endividados da América Latina e África. Essas ações geraram distúrbios e custos sociais altíssimos como o aumento da pobreza em vários desses países, inclusive no Brasil.

Entretanto, somente essa dinâmica de desinserção no mercado de trabalho não é capaz de explicar a elevada desigualdade no Brasil, nem a produção e reprodução de indivíduos marginalizados e privados de direitos, como os catadores, uma vez que a questão é mais

complexa. Mas, é um processo que compôs e influenciou o contexto social e as dinâmicas desiguais da sociedade brasileira.

Nesse contexto da década de 1980, houve um aumento considerável do número de pessoas que passaram a fazer da rua seu espaço de moradia e/ou de sobrevivência, nas grandes cidades brasileiras. Por sua vez, foi em meados dessa mesma década que se iniciaram as primeiras experiências de organização de catadores.

Por outro lado, a década de 1980, no Brasil, também foi marcada pela redemocratização e pela consolidação da “Constituição Cidadã” de 1988. E em âmbito nacional e internacional se observa o início da repercussão pública da problemática ambiental, questão a qual os catadores também estão envolvidos. A atividade dos catadores está inserida em um dos principais problemas ambientais urbanos – a disposição final do lixo. Lixo que aumenta cada vez mais, em uma lógica de produção e consumo de uma sociedade marcada pelo consumismo (BAUMAN, 2005). Nas grandes cidades, um dos problemas é a falta de espaço para aterros, bem como o alto preço para o recolhimento e destinação dos resíduos sólidos. Um agravante ainda maior é a existência de lixões, em muitas cidades brasileiras, nos quais dezenas de pessoas, inclusive famílias inteiras com crianças, vivem e sobrevivem. No Brasil, em 50,8% dos municípios a destinação final dos resíduos sólidos é feita em lixões (IBGE, 2010).

A atividade dos catadores envolve questões sociais, econômicas e ambientais e, por sua vez, perpassa vários discursos ligados a diferentes perspectivas. Para Carmo (2008), os catadores passam a adquirir visibilidade social a partir da ressemantização do lixo – processo de atribuição de conotações positivas, de caráter útil, de modo que ele passa a ser considerado objeto de valor não mais apenas pelos catadores, mas também para outros segmentos da sociedade. Para a autora, a positividade atribuída ao lixo é o que teria permitido tanto a “emergência” dos catadores, como a proposição de políticas de estímulo ao trabalho deles. Embora, os catadores subsistissem do lixo muito antes deste ser considerado reciclável, eles somente foram reconhecidos pelo Estado na época em que a reciclagem passou a ser difundida na sociedade. Antes, as políticas voltadas para esse grupo social geralmente eram de repressão ou omissão. Com a difusão do conceito de reciclável, dada pela ressemantização do lixo, os catadores passaram a ser alvos de estratégias diferentes – como de políticas de estimulação ao trabalho e organização em cooperativas –, bem como foi alterada a forma como passaram a ser vistos socialmente. Desse modo, o lixo passou a ser reciclável e o catador, “catador de recicláveis”, agente ambiental, “parceiro da limpeza”, dentre outras denominações (CARMO, 2008).

No entanto, com a ressemantização do lixo, os catadores emergem como resultantes do discurso, e não o seu inverso, de modo que verdades são produzidas a respeito deles e do seu trabalho, por especialistas que passam a falar em nome deles e a propor estratégias (CARMO, 2008).

Carmo (2008) destaca que o lixo, enquanto produção discursiva, engloba três discursos, ligados à questão sanitária, ambiental e econômica, envolvendo diversos especialistas e instituições. Entre esses três discursos a autora aponta a emergência concomitante dos discursos ambiental e econômico, de modo que o discurso ambiental seria uma prática social mais a serviço da econômica do que o seu inverso. Ao ser objeto de valor, o lixo passa a envolver elementos como a flutuação de preços de acordo com as condições do mercado (CARMO, 2008). Aspecto fortemente sentido pelos catadores durante a crise financeira internacional de 2008 em que os preços dos recicláveis caíram consideravelmente (MNCR, 2009).

Além disso, com a valorização social do lixo, esse passa a despertar o interesse de outros segmentos da sociedade, desde grupos com maiores recursos econômicos e políticos até grupos que buscam complementar a renda, o que gera, por sua vez, redução de material para os catadores (CARMO, 2008). Grandes geradores que antes doavam os recicláveis para os catadores passam a vender o material para intermediários, zeladores de prédios passam a recolher recicláveis para a venda, e nas escolas são realizadas gincanas de coleta de recicláveis. Esse fenômeno parece ser algo recorrente em todo o país. A latinha de alumínio, por exemplo, foi um dos primeiros resíduos que se tornou alvo de interesse de outros segmentos (LAYRARGUES, 2002), como destacou uma catadora da Asmare “*latinha de alumínio é uma raridade encontrar*”. Soma-se a isso, as tendências de privatização dos serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos, como vem ocorrendo em alguns países com grande número de catadores, como a Colômbia e a Índia (RODRÍGUEZ, 2002; SAMSON, 2009), o que pode comprometer a sobrevivência de muitas pessoas. Já, a terceirização dos serviços de coleta e destinação dos resíduos é algo recorrente nas grandes cidades brasileiras, como em São Paulo e Belo Horizonte.

2.1. Da organização dos catadores à formação do movimento nacional: uma breve história

As primeiras experiências de organização de catadores no Brasil se iniciaram em meados da década de 1980, em Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte. Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em 1990 foi implantada a coleta seletiva no município durante a gestão petista de Olívio Dutra (1989-1992) (MARTINS, 2004).

Em São Paulo, a partir do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pelas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento ligadas à Organização de Auxílio Fraternal (OAF), foi criada em 1986 a Associação dos Catadores de Papel, que se tornou em 1989 a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), primeira cooperativa de catadores do Brasil. Os catadores como grupo organizado iniciaram sua atuação com mobilizações, em face das ações de violência e repressão por parte do poder público, como, por exemplo, com a realização de uma marcha pelas principais ruas de São Paulo, exigindo o direito à circulação dos seus carrinhos no centro da cidade. Em 1989, foi criado em São Paulo o primeiro programa de coleta seletiva, durante a gestão petista de Luiza Erundina (1989-1992), mas que posteriormente sofreu várias discontinuidades e retrocessos (VIVEIROS; JACOBI, 2006).

Em Belo Horizonte, os catadores começaram a se organizar com o apoio da Pastoral de Rua da Arquidiocese da cidade. O trabalho da Pastoral com pessoas em situação de rua que trabalhavam com a cata de resíduos culminou com a formação da Asmare em maio de 1990 (JACOBI; TEIXEIRA, 1997; GONÇALVES, et. al., 2008), como será detalhado mais à frente.

A Igreja Católica teve um papel fundamental nas primeiras experiências de organização de catadores, e ainda hoje, tem uma atuação muito importante na articulação desse grupo em âmbito nacional. A Igreja Católica está na origem dessa dinâmica de organização de catadores que se seguiu a partir da década de 1980.

Durante a década de 1990 e nos anos 2000, foram desenvolvidas várias experiências de cooperativas e associações de catadores no Brasil. Também foram implantados programas de coleta seletiva municipais com inclusão social e produtiva dos catadores. Vale ressaltar, que esse processo não foi simples e nem linear, mas sim marcado por conflitos sociais e

dinâmicas específicas, nas quais em muitas cidades a relação do poder público com os catadores ainda é de repressão ou omissão, como na cidade de São Paulo. A relação do poder público com os catadores, em São Paulo, é historicamente de embate e não de apoio (VIVEIROS; JACOBI, 2006; GRIMBERG, 2007). Atualmente o principal conflito se dá em torno da cobrança pelo cumprimento da sentença judicial que obriga a prefeitura a ampliar o programa de coleta seletiva, bem como contra a possibilidade de realização de incineração do lixo no município⁵.

Nesse período, também foi iniciado o processo de articulação dos catadores em âmbito nacional, que foi a base para a formação do MNCR. Nessa dinâmica de organização dos catadores mais uma vez estão presentes organizações da Igreja Católica. O processo de articulação dos catadores em movimento nacional partiu de uma iniciativa do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua em discussões com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua foi criado em 1993 pela Fraternidade das Oblatas de São Bento que, a partir das experiências bem sucedidas em São Paulo e Belo Horizonte com catadores e moradores de rua, constituíram o fórum reunindo técnicos e agentes envolvidos em projetos de apoio e atenção a esses grupos (PASTORAL DO POVO DE RUA, 2010). A maioria das experiências de organização de catadores nas várias regiões do país tem contado com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua por meio das organizações que o compõem como, a OAF (SP), a Pastoral de Rua de Belo Horizonte (MG), a Cáritas Brasileira (DF), Pangea – Centro de Estudos Socioambientais (BA) e a Nova Pesquisa (RJ).

O Fórum realizou vários encontros regionais, estaduais e nacionais de catadores nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com a realização de encontros entre catadores do mesmo estado e de diferentes regiões do país, estimulava-se a troca de experiências e a discussão das diversas realidades locais. Em 1999, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em Belo Horizonte, no qual foi planejada a realização do 1º Congresso Nacional de Catadores.

O processo de constituição do MNCR demandou um esforço de articulação de catadores de todo país, que foi dividido entre organizações pela distribuição geográfica. A Região Sul ficou a cargo da Federação das Associações de Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Sul (FARRGS), o Sudeste, exceto Minas, ficou com a Coopamare e a OAF. Por sua vez, a Asmare e a Pastoral de Rua ficaram responsáveis pela mobilização de catadores

⁵ Informações obtidas durante a participação no “Seminário Reciclagem: metodologias sustentáveis para os resíduos e a inclusão social”, realizado no dia 28/05/2010 na Câmara Municipal da cidade de São Paulo (SP).

de Minas Gerais. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram articuladas pela Cáritas Brasileira junto com a Asmare (MNCR/FNEPR, 2002).

A partir desse processo preparatório, em junho de 2001, o MNCR foi criado, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a 1º Marcha Nacional da População de Rua, realizados em Brasília. Esse congresso contou com cerca de 1700 participantes, dentre catadores, técnicos e assistentes sociais de dezessete estados brasileiros, e mais 3000 participantes da Marcha Nacional da População de Rua. A partir do evento foi formulada a “Carta de Brasília”, que apresenta reivindicações e propostas à sociedade e ao poder público. Na carta foram destacadas a necessidade de convênios para destinação de recursos e apoio a empreendimentos de catadores; inclusão desse grupo no Plano Nacional de Qualificação Profissional; implantação em âmbito nacional de uma política de coleta seletiva, baseada em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos; e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem. No documento também reivindicou-se o reconhecimento da existência da população de rua; a inclusão dessa parcela da sociedade no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a integração e criação de políticas para atendimento a essas pessoas; a integração desse grupo na política habitacional; a garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à educação, especialmente para as crianças; e a geração de oportunidades de trabalho e inclusão no Plano Nacional de Qualificação Profissional.

Nesse congresso, foram eleitos os representantes que assumiram a comissão nacional do MNCR, cuja secretaria executiva está situada na cidade de São Paulo. O Movimento se estrutura por meio de bases orgânicas, que são as cooperativas e associações, comitês regionais, coordenações estaduais, comissões regionais, equipe de articulação nacional, e comissão nacional. De acordo com o MNCR, as bases orgânicas e os comitês regionais se constituem espaços deliberativos, possibilitando a participação de todos os catadores. Cada comitê regional indica dois representantes para a coordenação estadual, que indica dois delegados para a comissão nacional, que é formada por 25 catadores. Foi criada também a equipe de articulação nacional, cuja função é executar ações e articulações que favoreçam a organização e os laços de âmbito nacional do movimento. A equipe é formada por cinco catadores das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Após a formação do MNCR, diversos eventos e encontros estaduais, regionais, nacionais e internacionais foram realizados em busca de articular catadores de todo o país e também da América Latina. O MNCR, inclusive, faz parte da Rede Latino Americana de Organizações Recicladoras/de Catadores (RLOR). Dentre os eventos nacionais, vale destacar

o Festival Lixo & Cidadania realizado anualmente em Belo Horizonte, desde 2002, contando com a presença de catadores de todo o país e de membros do governo federal, inclusive do ex-presidente Lula, em algumas edições.

2.2. Avanços na agenda pública e governamental

Embora, os catadores já estivessem presentes na sociedade brasileira há muito tempo, parece que somente a partir do final da década de 1980 a situação desse grupo ganhou *status* de problema social (LENOIR, 1996; BOURDIEU, 1989) no sentido hoje atribuído à questão, que comporta a idéia de incluir os catadores social e produtivamente, por meio da geração de trabalho e renda. Essa forma de conceber o problema ocorreu inicialmente em algumas realidades locais, ainda que muitas vezes o problema fosse tratado pelo poder público por meio de omissão ou repressão, e mais recentemente vem ganhando repercussão nacional.

Em âmbito nacional, vale destacar, a criação do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, como detalhado anteriormente, e do Fórum Nacional Lixo & Cidadania. Esse último foi criado em 1998, por uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em face da situação de calamidade de vários lixões do país com presença de crianças realizando a catação de resíduos. De acordo Campani et al (2005), o envolvimento do UNICEF com a questão do lixo ocorreu a partir de um fato que comoveu o país e ocupou o noticiário internacional. Em 1994, no lixão de Aguazinha, em Olinda (PE), várias crianças que trabalhavam com a catação foram hospitalizadas com intoxicação alimentar. A suspeita era de que elas haviam ingerido carne humana do lixo hospitalar, que era depositado no lixão junto com os demais resíduos. Em pesquisa realizada em 1998 pelo UNICEF estimou-se que aproximadamente 45.000 crianças em todo o país trabalhavam na catação de lixo (CAMPANI, et al, 2005).

Com a criação do Fórum foi constituído o Programa Nacional Lixo e Cidadania, adotado pelo governo federal. O programa visava erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; inserir social e economicamente os catadores por meio de apoio e fortalecimento de programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários. O Fórum foi constituído por representantes do UNICEF, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa

Econômica Federal, Fundação Nacional de Saúde, ONG Missão Criança, organizações de catadores, Cáritas Brasileira e Pastorais, algumas administrações municipais como Porto Alegre e Belo Horizonte, além de outras instituições como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (CAMPANI, et al, 2005). Posteriormente, foram criados fóruns estaduais em 23 estados da federação. Fóruns municipais também foram constituídos e se multiplicaram pelo país. A iniciativa do UNICEF contribuiu para trazer à discussão pública a situação daqueles que sobrevivem do lixo na realidade brasileira (CAMPANI, et al, 2005).

A partir dos anos 2000, com a criação do MNCR foram obtidos alguns avanços como a inserção da ocupação “catador de material reciclável” no Código Brasileiro de Ocupações⁶ (CBO), em 2002. Mas a profissão ainda não é reconhecida, uma vez que inexistente legislação que a regule⁷. O reconhecimento da ocupação na CBO exerceu uma função simbólica e deu visibilidade pública ao catador, já que muitas vezes a atividade que exerce não é reconhecida socialmente pela sociedade. Mas, em termos concretos quanto às condições de trabalho, não gerou mudança para a maioria dos catadores, uma vez que a uniformização das ocupações é de ordem administrativa, no campo dos empregos formais, e o trabalho exercido pela maioria dos catadores é informal, sem qualquer garantia ou direito trabalhista. Mas, é interessante destacar que existem catadores com vínculos formais de trabalho. Na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2006 houve o registro de 11.781 catadores em todo país, trabalhando para classes de empregadores e setores como comércios atacadistas de resíduos e sucatas, recuperação de materiais, administração pública em geral, dentre outros (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008).

A partir do governo Lula (2003-2010) foram conquistadas algumas ações governamentais voltadas para a inclusão social e produtiva de catadores. Em setembro de 2003, por decreto presidencial, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. O Comitê é formado pelos seguintes órgãos do governo federal: MDS; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da

⁶ CBO 94 – Portaria 397 de nove de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁷ Os efeitos da uniformização pretendida pela CBO são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio dos Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República.

Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Previdência Social; Ministério de Minas e Energia; Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobrás (CIISC, 2010).

Por meio do Comitê Interministerial são apoiadas ações voltadas para catadores de materiais recicláveis, como o edital do BNDES para disponibilização de recursos para cooperativas e associações, o apoio da Petrobrás à rede de organizações de catadores, a disponibilização pelo Ministério das Cidades do Programa PAC – Resíduos Sólidos, e doação de recursos financeiros da Fundação Nacional de Saúde e MTE em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) para organizações de catadores de todo o país.

No que se refere ao edital de disponibilização de recursos do BNDES, segundo relato de um membro do MNCR⁸, a maioria das cooperativas e associações de catadores no Brasil não conseguem acessar esses recursos. Grande parte delas não possui a documentação exigida, além de restrições técnicas e financeiras que impossibilitam o atendimento de requisitos burocráticos. Aquelas que conseguiram acessar os recursos financeiros estão com problemas para realização da prestação de contas, que é bem rígida quanto às finalidades dos gastos. Quanto aos recursos do PAC - Resíduos sólidos, o repasse é feito às prefeituras, ficando assim os catadores dependentes da iniciativa e cumprimento dos requisitos pelos poderes públicos locais, de modo que em alguns municípios os recursos chegam e são aplicados e em outros nem sequer são solicitados. Já os recursos da FBB, do MTE e da Funasa, em função de uma alteração na LDO de 2009⁹, podem ser repassados diretamente para as organizações de catadores, como subvenções sociais. A unidade de processamento de plásticos da rede Cataunidos de Minas Gerais, por exemplo, foi construída a partir desses recursos. No entanto, grande parte das associações e cooperativas não dispõe de documentação para atender aos requisitos dos editais e principalmente, a maioria dos catadores do país não estão organizados formalmente.

No âmbito do MDS são desenvolvidas ações de inclusão socioprodutiva de catadores na perspectiva de incentivar os municípios a criarem programas de coleta seletiva e a

⁸ Informações obtidas em entrevista realizada com uma liderança nacional do MNCR em 09/06/2010. Essa entrevista ocorreu em uma etapa exploratória da presente pesquisa.

⁹ A LDO 2009, de 13/08/09, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, que permite a transferência de recursos a título de subvenções sociais, para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas da cultura, assistência social, saúde e educação (CIISC, 2010).

apoiarem cooperativas e associações de catadores. Dentre elas, se inserem o convênio firmado entre a Cáritas Brasileira e o MDS, de 2004 a 2007, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na Esplanada; convênio com a OAF para capacitação de lideranças, fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores e estudo do custo do posto de trabalho do catador; pesquisa para quantificação e caracterização da população em situação de rua das capitais e principais cidades brasileiras; edital da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) para projetos de apoio à organização dos catadores e a população de rua, visando o fortalecimento institucional dos catadores, propiciando encontros nacionais, articulações estaduais e capacitações; projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento Social (BID) de apoio à organização de cadeias produtivas em comunidades de catadores, com o desenvolvimento de atividades que promovam a integração da família na comunidade, assim como o incentivo à melhoria das condições habitacionais; criação do Fórum Participa, um fórum permanente de articulação de parcerias, voltado para discussões de geração de trabalho e renda que conta com representantes da sociedade civil e de empresas públicas e privadas. Desse fórum, no âmbito da iniciativa privada, participam Coca-Cola, com apoio a 28 cooperativas; Wal-Mart, com apoio a duas redes de catadores; Natura, com a utilização de material reciclável proveniente das cooperativas para a fabricação de suas embalagens, bem como as retornando após o consumo; e Fundação Avina, atuando no fortalecimento do MNCR e na integração com os movimentos da América Latina.

Conforme relatório de 2010, da secretaria executiva do citado Comitê Interministerial, dentre as 900 associações ou cooperativas de catadores do país identificadas e registradas, 113 são beneficiadas com recursos financeiros do governo federal (CIISC, 2010). Entretanto, esse levantamento do número de grupos formalizados de catadores é uma estimativa, dada a complexidade da realização de um mapeamento, tendo em vista, o formato estrutural dos grupos e a falta de documentação da maioria.

Em 2006, foi publicado o decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que prevê que todas as repartições públicas federais da administração direta ou indireta devam fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. O cumprimento desse decreto é acompanhado pelo Comitê Interministerial. Já em 2007, uma importante conquista dos catadores foi a alteração da Política Nacional de Saneamento por meio da lei 11.445/07, que permite que as administrações públicas municipais contratem com dispensa de licitação as organizações de catadores para a prestação de serviços de coleta seletiva, possibilitando dessa forma a sua remuneração. No estado de São Paulo, os municípios de Araraquara, São José do

Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá, e Assis já aderiram à lei 11.445/07 (MNCR, 2009b). Em Minas Gerais, pode-se citar o município de Araxá como praticante de iniciativa similar.

Outro avanço foi a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em agosto de 2010. A Política estabelece a integração de catadores aos processos de coleta seletiva, tendo o município que elaborar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e institui princípios como o do poluidor pagador e da logística reversa. A PNRS também aponta a implantação de incineradores de resíduos como solução ambientalmente adequada, fato fortemente criticado pelo MNCR e manifestado no pedido de veto ao §1º do artigo 9º, que permite a incineração, mas a solicitação não foi acatada pelo ex-presidente. Para o MNCR caso ocorra a implantação de incineradores nos municípios, o catador corre o risco de ser excluído do processo ao perder o acesso a sua principal fonte de trabalho e renda, já que o resíduo reciclável também poderá ser incinerado.

De modo geral, parece que nas últimas décadas e principalmente nos últimos anos, os catadores conquistaram alguns avanços em termos de ações públicas e de reconhecimento da situação como problema social e público (LENOIR, 1996; BOURDIEU, 1989). Porém, as dificuldades ainda são muitas, sobretudo, para aqueles que não estão organizados em associações e cooperativas (a maioria), uma vez que as principais políticas de apoio existentes são direcionadas aos catadores organizados formalmente.

3. LUTA POR RECONHECIMENTO E CONFLITOS SOCIAIS

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas [...], julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, esta é produzida pelo homem; ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (SENNETT, 2004, p. 17)

O tema do reconhecimento social vem ganhando destaque nas duas últimas décadas seja no âmbito acadêmico, nos debates públicos, nos movimentos sociais, seja na agenda política de países (HONNETH, 1996; 2007; MATTOS, 2006; FRASER; HONNETH, 2003; MENDONÇA, 2009).

A noção de reconhecimento social tem sua origem nos primeiros trabalhos de Hegel (HONNETH, 1996; 2007). Honneth (1996; 2003; 2007) ressalta que, à exceção de Hegel, nenhum pensador clássico colocou o princípio do reconhecimento no centro de suas discussões, qualquer uso indireto do conceito sempre esteve à sombra de outras determinações consideradas fundamentais. No entanto, recentemente o conceito ganhou grande importância, a partir da emergência de debates públicos e de movimentos sociais, que demandaram uma consideração mais acentuada da ideia de reconhecimento. Nesse processo, se inserem principalmente as discussões sobre multiculturalismo e as lutas feministas, que compartilham o ideal de que todos os indivíduos e grupos sociais devam ser aceitos e respeitados em suas diferenças. O que se observa nas últimas décadas é uma pluralidade de usos do conceito de reconhecimento, que leva a uma variedade de significados atribuídos à categoria principal, bem como ao problema de cada significado semântico estar ligado a uma perspectiva moral específica (HONNETH, 1996; 2007).

No debate contemporâneo, os principais autores que trabalham com a teoria do reconhecimento são o filósofo político canadense Charles Taylor, a cientista política estadunidense Nancy Fraser e o filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth. Os três autores possuem ênfases e pontos de partida distintos. Charles Taylor se concentra na fundamentação

histórico-filosófica da tese do reconhecimento social, ainda que, partindo de Hegel, o autor reconstrói essa categoria de forma pessoal e original, assumindo a linguagem um papel central na sua reconstrução¹⁰. Nancy Fraser traz sua análise a partir dos recentes movimentos sociais e das lutas políticas que os caracterizam, realizando uma discussão de perspectiva dualista entre redistribuição e reconhecimento, que gerou debates e diálogos com Axel Honneth na discussão de reconhecimento *versus* redistribuição (FRASER; HONNETH, 2003). Os dois autores seguem tradições de pensamento diferentes, as discussões de Fraser seguem a tradição Kantiana, enquanto que Honneth segue a abordagem de moralidade de Hegel (MATTOS, 2006). Axel Honneth se insere no âmbito da Teoria Crítica da Sociedade¹¹, na sua abordagem o conflito está em centralidade, de modo que, para o autor, a base da interação é o conflito e sua gramática moral, a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Nesse capítulo é, portanto, apresentada a perspectiva de Axel Honneth, bem como as possibilidades e limites do uso dessa discussão teórica no contexto brasileiro, considerando a elevada desigualdade social existente no país.

3.1. Luta por reconhecimento: a abordagem de Axel Honneth

Axel Honneth (2003) fundamenta sua teoria a partir do modelo conceitual hegeliano de “luta por reconhecimento”. Hegel, por sua vez, concebe a luta por reconhecimento intersubjetivo como o motor último dos conflitos sociais, de modo que

[...] defende naquela época a convicção de que resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se

¹⁰ Na antropologia filosófica tayloriana se destacam as concepções de agência humana, do homem como um animal que se auto-interpreta e a relação entre linguagem e natureza humana. A linguagem é um dos aspectos centrais da proposta tayloriana, por meio desta que se estabelecem as relações de reconhecimento social, sendo a construção da identidade um processo de aquisição de ricas e diferentes linguagens humanas de expressão. A concepção de linguagem de Taylor é expressivista, ou seja, é por meio da linguagem que se expressa novos sentimentos e novas formas de se relacionar com as coisas, que é acompanhado de uma dimensão reflexiva e de uma forma de consciência. A língua é moldada pelo discurso e só pode se desenvolver em uma comunidade de discurso (MATTOS, 2006).

¹¹ Axel Honneth busca apresentar uma solução aos problemas detectados em seus antecessores da tradição da Teoria Crítica, que para ele possui um “déficit sociológico”. Para Honneth, até mesmo Habermas, que colocou grande peso da sociologia em sua obra não conseguiu corrigir esse déficit existente na Teoria Crítica. Para mais detalhes, consultar Nobre (2003), Camargo (2006), dentre outros.

da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa. (HONNETH, 2003, p.29-30).

Assim, para Hegel a formação da identidade humana pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo. Por meio do reconhecimento recíproco, os sujeitos estabelecem uma autorrelação positiva na interação com outros sujeitos. Mas a busca por reconhecimento é permeada por uma luta, de modo que o conflito social leva a uma ampliação das relações de reconhecimento mútuo. Honneth (2003) ressalta que Hegel, em seus escritos de Jena, distinguiu três formas de reconhecimento recíproco: o amor na relação afetiva de reconhecimento da família; o direito na relação cognitivo-formal de reconhecimento da pessoa de direito no âmbito da sociedade civil; e a solidariedade na relação de reconhecimento do Estado.

Honneth (2003) também recorre à psicologia social de George Herbert Mead para dar uma inflexão empírica à teoria hegeliana. O autor aponta que Hegel fundamenta sua teoria na tradição metafísica, de modo que uma reconstrução dessa tese requer uma base empiricamente sustentada. Honneth (2003) destaca que as discussões de Mead permitem reconstruir as intuições hegelianas de forma apropriada, uma vez que o autor também analisa a formação da identidade como uma experiência de reconhecimento intersubjetivo em uma concepção pós-metafísica e naturalista. Além disso, assim como Hegel, Mead aponta a distinção conceitual de etapas de reconhecimento, a noção de luta que medeia essas etapas, bem como o papel da luta por reconhecimento para a evolução moral das sociedades. A partir dessas fontes teóricas principais, Honneth busca fundamentar as três formas de reconhecimento recíproco, as respectivas formas de autorrelação prática proporcionadas ao ser humano e as dinâmicas de desrespeito.

O amor é a primeira etapa de reconhecimento recíproco, restringindo-se às relações primárias, ou seja, às ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, como a relação entre dois parceiros, de amigos, e de pais e filhos. Na relação amorosa recíproca, os sujeitos se sabem unidos pelo fato de serem dependentes em seu estado de carências e sentimentos do respectivo outro, em um equilíbrio precário entre autonomia e ligação. Honneth busca fundamentar a relação amorosa como uma experiência de reconhecimento recíproco a partir dos estudos de Donald W. Winnicott sobre o processo de interação entre mãe e filho nos primeiros meses de vida da criança (HONNETH, 2003).

A experiência intersubjetiva do amor envolve uma dedicação afetiva contínua, que leva os indivíduos a alcançarem mutuamente uma confiança elementar em si mesmos. A autorrelação prática gerada é a autoconfiança, ou seja, uma segurança existencial e uma confiança em si mesmo. Essa forma de reconhecimento constitui o pressuposto psíquico e o cerne estrutural do desenvolvimento intersubjetivo dos indivíduos. Para Hegel, a autoconfiança individual é a base indispensável para participação autônoma na vida pública (HONNETH, 2003).

A segunda forma de reconhecimento é pelo direito – reconhecimento jurídico – que ocorre à medida que se pode chegar a uma compreensão de si próprio como portador de direitos, quando se possui de forma inversa, um saber sobre as obrigações que se tem de observar em relação ao outro. O reconhecimento jurídico se dá por meio do respeito aos atributos que fazem do indivíduo uma pessoa moralmente imputável. Tais atributos estão assentados em princípios morais universalistas e em um entendimento cognitivo, que passam por processos de evolução histórica (HONNETH, 2003).

A concepção de pessoa de direito só assume a forma de reconhecimento jurídico quando ela se torna dependente historicamente de princípios morais universalistas, ou seja, quando ocorre um desacoplamento entre o reconhecimento jurídico e a estima social. Com a passagem para a modernidade, os direitos individuais se desligam das expectativas concretas dos papéis sociais que os sujeitos ocupavam em sociedades tradicionais, de modo que os direitos passam a ser atribuídos a todos em igual medida, uma vez que em princípio todos são livres e iguais. A ampliação cumulativa de pretensões jurídicas individuais, entendida como extensão das propriedades universais que constituem uma pessoa moralmente imputável, ocorreu gradativamente por processos históricos, sob a pressão de uma luta por reconhecimento. Vale ressaltar duas dinâmicas nesses processos – a de extensão de direitos a grupos até então excluídos do *status* de uma pessoa de direito e a de ampliação em termos de conteúdo (HONNETH, 2003). Nessas dinâmicas, vale considerar, como destaca Marshall (1967), as tensões existentes entre direitos proclamados *versus* direitos exercidos de forma efetiva.

Por sua vez, a autorrelação positiva proporcionada pelo reconhecimento jurídico é o autorrespeito. Ao se referir como uma pessoa moralmente imputável, o sujeito obtém a possibilidade de conceber suas ações como manifestação da própria autonomia que, por sua vez, é respeitada por todos os outros. Nesse processo, surge no indivíduo “a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003, p.195). Somente com a formação de direitos básicos universais atribuídos a todos de

forma igualitária, se pode conceber uma forma de autorrespeito quando se fala de imputabilidade moral. Além disso, como ressalta o autor,

[...] é o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. [...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p.197).

No entanto, o autorrespeito é perceptível empiricamente somente quando os sujeitos sofrem de maneira visível com a sua falta. Honneth (2003) ressalta que empiricamente é possível constatar o autorrespeito em poucos casos em que os próprios grupos atingidos discutem publicamente a privação de direitos fundamentais, na perspectiva de que, com o reconhecimento negado perderam também as possibilidades de autorrespeito individual.

A terceira forma de reconhecimento recíproco refere-se à solidariedade, no âmbito da comunidade de valores. Além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, o indivíduo necessita de uma estima social que lhe permita referir-se positivamente às suas capacidades e propriedades. A estima social refere-se ao respeito às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças, ou seja, é um valor socialmente definido das propriedades diferenciais dos indivíduos que contribuem para a implementação dos objetivos culturalmente definidos. A definição desse valor pressupõe um conjunto de valores intersubjetivamente partilhado de maneira universal, que se forma a partir de um quadro de orientações simbolicamente articulado. Esse quadro é sempre aberto e poroso, e é nele que se formam os valores e objetivos éticos que constituem a autocompreensão cultural de uma sociedade (HONNETH, 2003).

Essa forma de reconhecimento pressupõe um contexto de vida social, no qual os membros constituem uma comunidade de valores orientada por concepções de objetivos comuns, que são culturalmente definidos e intersubjetivamente vinculados (HONNETH, 2003).

A estima social, assim como o reconhecimento jurídico, sofre variações históricas e culturais. Honneth (2003), ao retratar a passagem das sociedades tradicionais para as modernas, destaca a transição do conceito de honra – com o qual se apreendia a estima de um indivíduo de forma coletiva, baseada no estamento ao qual pertencia – para as categorias de

reputação ou prestígio social, em que a estima se aplica de forma individualizada. A partir de então, a estima passou a não estar mais associada a quaisquer privilégios jurídicos e nem a caracterização de qualidades morais da personalidade. Mas pelo contrário, “o prestígio ou a reputação referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de autorrealização, porque de algum modo contribui com ela à implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos” (HONNETH, 2003, p.206)

O valor atribuído às várias formas de autorrealização se define em essência pelas interpretações, que predominam historicamente, das finalidades sociais definidas simbolicamente em uma sociedade. O conteúdo dessas interpretações é influenciado pelos grupos sociais que conseguem interpretar de forma pública as próprias realizações e formas de vida como valiosas. Assim, esse processo se configura como um conflito cultural de longa duração, já que as relações de estima estão sujeitas a uma luta permanente em que vários grupos procuram dar visibilidade, via mecanismos simbólicos, ao valor das capacidades ligadas a sua forma de vida. No entanto,

[...] o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. Além disso, uma vez que as relações da estima social, como já havia visto Georg Simmel, estão acopladas de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento.” (HONNETH, 2003, p.207-208)

Por sua vez, a autorrelação positiva que o sujeito desenvolve a partir dessa forma de reconhecimento é a autoestima. Essa autorrelação ocorre à proporção que o indivíduo é estimado por suas qualidades específicas, seja na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como valiosas pelos demais membros da sociedade, em um processo de aceitação solidária. Por meio de relações solidárias, os indivíduos consideram de forma recíproca as particularidades da outra pessoa, com interesse afetivo à medida que, mesmo estranhas ao indivíduo, são importantes e significativas para que os objetivos que são comuns a todos se realizem (HONNETH, 2003). Essa forma de reconhecimento inclui, além do elemento cognitivo relacionado aos assuntos éticos, a dimensão afetiva associada à solidariedade (HONNETH, 2007).

Honneth (2003) associa aos três tipos de reconhecimento formas de desrespeito e de reconhecimento negado. Ressalta que o não reconhecimento e a experiência de desrespeito

podem levar a lesões psíquicas capazes de desmorrar a identidade de uma pessoa, uma vez que se pode ferir a autoconsciência positiva de si próprio.

Os maus-tratos físicos compreendem um tipo de desrespeito que fere profundamente a autoconsciência, desenvolvida por meio do amor. O indivíduo que sofre uma humilhação física se vê privado da manifestação corporal de sua autonomia, como consequência, perde a confiança em si mesmo e no mundo, que se estende até o relacionamento prático com outros sujeitos. O desrespeito físico não está inserido em um processo de mudança histórica como os outros dois tipos de desrespeito, de modo que não varia com o tempo histórico ou com o quadro cultural de referências.

A segunda forma de desrespeito refere-se à privação de direitos e a exclusão social, que afetam o autorrespeito moral de um indivíduo. São situações em que seres humanos padecem em sua dignidade ao serem estruturalmente excluídos da posse de determinados direitos em uma sociedade. Desse modo, não é concedida aos indivíduos a imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade. Essa forma de desrespeito gera não apenas uma limitação da autonomia pessoal, como também um sentimento de não possuir o status de um parceiro de interação com igual valor. O indivíduo é afetado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz, o que leva a uma perda de autorrespeito. Isto é, a perda da capacidade de se referir a si próprio como sujeito em pé de igualdade na interação com outros (HONNETH, 2003).

Essa forma de desrespeito é historicamente variável, uma vez que o conteúdo semântico do que se considera uma pessoa moralmente imputável sofre alterações com o desenvolvimento das relações jurídicas. A privação de direitos se relaciona com o grau de universalização, bem como com o alcance material dos direitos. Portanto, com a própria noção de cidadania que é um conceito histórico, cujo sentido varia no tempo e no espaço (PINSKY; PINSKY, 2003).

A terceira forma de desrespeito refere-se à degradação e a ofensa, em que ocorre uma depreciação de modos de vida individuais ou coletivos, o que afeta a autoestima. Quando algumas formas de vida são degradadas, consideradas de menor valor, tira-se dos indivíduos atingidos a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades. A desvalorização de determinadas formas de autorrealização gera no indivíduo uma perda da possibilidade de se entender como um ser estimado em suas particularidades e capacidades específicas, ou seja, leva a uma perda da autoestima. “Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de

autorrealização que ela encontrou arduamente com o encorajamento baseado em solidariedades de grupos” (HONNETH, 2003, p.218).

Sennett (2004) destaca que na sociedade moderna estão em escassez o respeito e o reconhecimento pelos outros. A falta de respeito, “embora seja menos agressiva que o insulto direto, pode assumir uma forma igualmente ofensiva. Nenhum insulto é feito ao outro, mas ele tampouco recebe reconhecimento; ele não é visto – como um ser humano pleno, cuja presença tem importância” (SENNETT, 2004, p.17). Assim, o outro não é “visto”, não é considerado digno de consideração. Em muitas sociedades com elevado nível de desigualdade, como a brasileira, a grande maioria das pessoas é tratada dessa forma, em que apenas alguns poucos são dignos de consideração e respeito.

A estrutura das relações sociais de reconhecimento e suas características, bem como as formas de desrespeito associadas são sintetizadas na tabela abaixo:

Tabela 1 – Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Fonte: Honneth (2003), p. 211.

Honneth (2003) ressalta que a partir de eventos vivenciados como injustiça pode-se estabelecer o nexo entre desrespeito moral e luta social. No desenvolvimento de sua

argumentação, o autor destaca que “as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento” (p. 219-220).

A vivência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta, por meio de um elo psíquico que leva do sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa acerca de sua situação social. Por meio de reações emocionais negativas, como as que formam a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo, e seus sintomas psíquicos, o indivíduo é capaz de distinguir que o reconhecimento em questão lhe é injustamente recusado. Isso pode ser explicado em função da dependência constitutiva do ser humano em relação às dinâmicas de reconhecimento recíproco. Assim, a experiência de desrespeito pode se tornar o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento, uma vez que a tensão afetiva proveniente do sofrimento de humilhações pode ser dissipada na possibilidade de ação ativa. Mas, para que a ação ativa possa assumir a forma de uma resistência política, é necessário que haja discernimento moral e compreensão cognitiva suficientes em torno daqueles sentimentos negativos associados ao reconhecimento recusado (HONNETH, 2003). O autor argumenta, no entanto, que esse sentimento de injustiça, em face das situações de desrespeito, não tem que se revelar de maneira inevitável em reações afetivas, mas que apenas pode, já que

[...] saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos de vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2003, p.224).

Vale ressaltar que, para Honneth (2003), das três formas de reconhecimento e dos desrespeitos associados, somente a negação do reconhecimento jurídico e da estima social pode estar em condições de por em marcha conflitos sociais, uma vez que o desrespeito ligado ao reconhecimento pelo amor se restringe a relação primária, não se transformando em interesse público e nem englobando vários sujeitos. Já, o direito e a estima social estão inscritos em critérios socialmente generalizados como a imputabilidade moral e as representações axiológicas sociais, de modo que podem afetar diversos sujeitos e formar um quadro moral de conflitos sociais.

Honneth (2003) destaca que o grande desafio colocado por Hegel e Mead é que “a luta por reconhecimento, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano.” (p.227). Por meio de indicadores históricos e empíricos,

Honneth (2003) vai buscar fundamentar tal atribuição, dada à luta por reconhecimento apontando que as novas tendências da historiografia podem comprovar historicamente o nexo entre desrespeito moral e conflitos sociais.

Honneth (2003) define o conceito de luta social como o processo “no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (p.257).

A experiência de desrespeito infringe as expectativas de reconhecimento, ligadas na psique às condições de formação da identidade, gerando um sentimento de lesão. Sentimentos dessa natureza podem se tornar a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como sendo vivenciado por um grupo inteiro. Desse modo, a emergência de movimentos sociais depende de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desrespeito pessoal como algo que afeta não só um indivíduo, mas muitos outros (HONNETH, 2003).

Podem cumprir o papel da semântica coletiva, doutrinas ou ideias morais capazes de enriquecer normativamente representações de comunidade social, uma vez que, junto com expectativas de relações ampliadas de reconhecimento, abrem a possibilidade de tornarem visíveis as causas sociais de sentimentos individuais de lesão. Quando ideias dessa espécie ganham influência no interior de uma sociedade, elas geram um horizonte subcultural de interpretação, no qual experiências de desrespeito, inicialmente fragmentadas e individualmente elaboradas, podem se tornar os motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento à medida que encontram uma linguagem comum para os sentimentos de injustiça (HONNETH, 2003).

A resistência coletiva de grupos, além de ser um meio de reivindicar padrões ampliados de reconhecimento, gera nos sujeitos em situação de rebaixamento passivamente tolerado uma autorrelação nova e positiva. O engajamento individual na luta política

[...] restitui ao indivíduo um pouco do seu autorrespeito perdido, visto que ele demonstra em público exatamente a propriedade cujo desrespeito é experienciado como uma vexação. Naturalmente, aqui se acrescenta ainda, com um efeito reforçativo, a experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do grupo político propicia, fazendo os membros alcançar uma espécie de estima mútua (HONNETH, 2003, p.260).

No engajamento na luta comum, o indivíduo pode convencer-se de forma indireta do valor moral ou social de si próprio, encontrando respeito social mesmo ainda tendo o reconhecimento negado.

Um dos pontos centrais da discussão de Honneth (2003) é o seguinte pressuposto:

[...] todos os confrontos sociais e todas as formas de conflito seriam constituídos em princípio segundo o mesmo modelo de uma luta por reconhecimento: nesse caso, todo ato coletivo de resistência e rebelião seria atribuído, segundo sua origem, a um quadro invariante de experiências morais, dentro do qual a realidade social é interpretada conforme uma gramática historicamente cambiante de reconhecimento e desrespeito (p.260).

Tal assertiva, como ressalta Honneth (2003), leva a uma contestação do modelo utilitarista que concebe as lutas sociais na perspectiva de uma busca consciente de interesses coletivos. O autor aponta que já no começo da sociologia acadêmica foi eliminado o nexo entre surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito, sendo atribuído como motivo para a mobilização coletiva a categoria de interesses, por sua vez, ligada a distribuição desigual de oportunidades materiais de vida. O autor coloca que pode haver casos de conflitos em que a base é a busca de interesses definidos, mas a fixação da teoria social na dimensão do interesse acaba ignorando o significado e as dinâmicas morais das sociedades. Honneth destaca que essa forma de conceber o conflito baseado na luta por reconhecimento tem a função de, além de complementar, realizar a tarefa de uma possível correção do modelo utilitarista.

Honneth (2003) destaca que o modelo de conflito baseado na luta por reconhecimento não é apenas um quadro explicativo do surgimento de lutas sociais, mas um quadro interpretativo de um processo de formação, de um progresso moral das sociedades, do qual as lutas sociais fazem parte. Assim, os processos históricos são etapas de um processo de formação conflituoso que conduz a uma ampliação progressiva das relações de reconhecimento.

Com isso, os sentimentos morais [...] se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente. Certamente, essa última formulação também torna inequivocamente claro quais exigências se colocam a uma abordagem teórica que deve reconstruir a luta por reconhecimento, de maneira exemplar, como um processo histórico de progresso moral: para poder distinguir motivos progressivos e retrocessivos nas lutas históricas, é preciso um critério normativo que permita marcar uma direção evolutiva com a antecipação hipotética de um estado último aproximado (HONNETH, 2003, p.265-266).

Esse “estado último aproximado” seria um ponto final hipotético de uma ampliação máxima das relações de reconhecimento que levaria a uma concepção formal de boa vida, ou

eticidade. Somente por meio da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, que são geradas a partir das três formas de reconhecimento, é que se pode imaginar um processo bem sucedido de autorrealização. Essa relação positiva com o “eu” de autorrealização depende de pré-condições que não são disponíveis aos próprios sujeitos, já que elas só podem ser adquiridas no processo de interação com outros. Esses diferentes padrões de reconhecimento representam pré-requisitos intersubjetivos que compõem as estruturas gerais de uma vida bem sucedida. No entanto, dois desses padrões – direito e solidariedade – apresentam um potencial para novos desenvolvimentos normativos, de modo que uma variável histórica está presente nas condições normativas de autorrealização. Assim, “o que pode ser considerado como uma pré-condição intersubjetiva de uma boa vida transforma-se em um fator historicamente variável, determinado pelo nível real de desenvolvimento dos padrões de reconhecimento” (HONNETH, 2007, p.89).

Por sua vez, o desenvolvimento dos padrões de reconhecimento pressupõe uma luta por reconhecimento, que só se constrói na relação com o outro. É no encontro com o outro que as identidades se constroem de modo relacional e que a própria ideia de autorrealização se configura. Por sua vez, como “luta”, o reconhecimento não pode ser concedido ou doado. Do mesmo modo não está restrito a fins específicos, nem se limita a conquistas de direitos garantidos pelo Estado, vai além. O reconhecimento “não é um prêmio final que liberta grupos oprimidos” (MENDONÇA, 2009, p. 147). É um processo permanente, no qual a sociedade reflexivamente se transforma e altera padrões de relação social. A luta por reconhecimento é um processo inacabado e dialógico, marcado pela dinâmica de desrespeitos e reconhecimento, de modo dialético e sem um final.

A perspectiva de Honneth abre interessantes possibilidades de análise para o entendimento dos conflitos sociais e das lutas políticas contemporâneas. No entanto, Honneth deixa em aberto uma questão importante, como aponta Souza (2000), que é a de “como os grupos oprimidos no seu reconhecimento social logram estabelecer vínculos associativos e de solidariedade” (p.156).

A perspectiva de luta por reconhecimento de Honneth, ainda está em desenvolvimento, como ressalta Souza (2000). Ao longo dos anos tem sido alvo de diferentes críticas. Algumas o levaram a novos desenvolvimentos em trabalhos posteriores (HONNETH, 2008a; 2008b; 2008c). No âmbito das críticas à abordagem de Honneth, vale destacar brevemente alguns pontos do debate em torno dos conceitos de reconhecimento e

redistribuição¹², realizados entre o autor e Nancy Fraser. Porém, não é o foco e nem o escopo do presente trabalho detalhar essa discussão.

Fraser (2007) argumenta que há uma tendência de transição das lutas pela redistribuição para aquelas por reconhecimento, bem como um movimento político mais amplo no âmbito desse deslocamento. No entanto, a autora aponta que essa dissociação entre reconhecimento e redistribuição é uma falsa antítese, uma vez que nenhum deles sozinho é suficiente para se pensar a justiça, propondo uma perspectiva dualista baseada em um conceito amplo de justiça que abarque tanto redistribuição quanto reconhecimento, envolvendo a noção de paridade de participação. Fraser acredita que Honneth tenha subsumido as lutas por distribuição de renda ao reconhecimento e que assume uma visão culturalista reducionista da distribuição, ao supor que as desigualdades econômicas estão enraizadas na ordem cultural (FRASER, 2007).

Por sua vez, Honneth (2007) aponta que na abordagem de Fraser há uma redução do reconhecimento social, em uma única dimensão, como se fosse apenas a aceitação cultural de formas distintas de vida ou todas as demandas que possam caber dentro da bandeira de “política da identidade”. Fraser descaracterizaria a abordagem de Honneth ao esvaziar o conceito de reconhecimento a uma simples luta pela valorização de identidades culturais minoritárias (MENDONÇA, 2009).

Para Honneth (2007), a concepção de que há uma tendência de passagem das lutas sociais da redistribuição para o reconhecimento é equivocada, ressaltando que, do mesmo modo que os movimentos sociais de hoje não podem ser reduzidos a objetivos culturais justos, os do século XIX e início do século XX não podem também serem reduzidos a meras demandas materiais. Para Honneth (2007), o reconhecimento abarca a dimensão das demandas por redistribuição, de modo que as lutas por reconhecimento estão presentes em todos os conflitos por redistribuição.

O autor destaca que as demandas por redistribuição material estão assentadas em uma ética democrática a partir de duas fontes. Na noção de igualdade perante a lei, que promete tratamento igual para todos os membros de uma comunidade democrática, de modo que a concessão de direitos sociais e a redistribuição têm a função normativa de dar a cada cidadão a oportunidade de participar do processo democrático de formação pública de uma comunidade. E na concepção normativa de que cada membro de uma sociedade democrática deve ter a chance de ser socialmente estimado por suas atividades e capacidades individuais.

¹² Para mais detalhes quanto a esse debate, consultar: Fraser; Honneth (2003), Mattos (2004; 2006), Pinto (2008), Mendonça (2009), dentre outros.

Para Honneth (2003), esse padrão de estima social corresponde ao que Fraser denomina de “distribuição justa”, isto é, “as regras que organizam a distribuição dos bens materiais derivam do grau de estima social desfrutado pelos grupos sociais, de acordo com as hierarquias institucionalizadas de valor ou uma ordem normativa” (p.92).

Mattos (2006) aponta que, para Honneth, as análises sobre a distribuição devem considerar a incorporação parcial feita pelo *Welfare State* do recurso de estima social. Para o autor, o avanço do princípio de igual tratamento legal ocorreu independentemente ou à custa da noção de desempenho diferencial. Com isso, uma menor quantidade dos recursos passa a ser distribuída sob o princípio de direitos sociais, enquanto a maior parte continua sob a égide do princípio do desempenho, que é a única justificativa e forma de legitimação da desigualdade capitalista (MATTOS, 2006). Souza (2009) enfatiza que a noção de desempenho diferencial e a ideologia da meritocracia são o que permitem a legitimação da desigualdade social nas sociedades modernas.

Desse modo, contrapondo-se a Fraser, Honneth (2007) ressalta que

[...] os conflitos sobre distribuição, contanto que eles não estejam meramente preocupados apenas com a aplicação das regras institucionalizadas, são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades, atributos e contribuições. Desta forma, as próprias lutas pela distribuição, ao contrário da hipótese de Nancy Fraser estão travadas em uma luta por reconhecimento (p. 92).

Honneth (2007) coloca que as regras de distribuição devem ser vistas como expressão institucional de um dispositivo sociocultural que determina qual é o nível de estima que determinadas atividades ocupam em um dado momento, não podendo ser simplesmente derivadas das relações de produção. Assim, é uma luta pela definição cultural que torna uma atividade socialmente necessária e valiosa. Partindo dessas considerações, o autor ressalta que um desafio se apresenta às democracias em face do desemprego estrutural, uma vez que há um número crescente de pessoas que não tem a oportunidade de obter o reconhecimento das habilidades adquiridas, ligadas a estima social. Diante desse contexto, o autor destaca que

[...] podemos esperar um número crescente de lutas por reconhecimento, direcionadas às definições institucionalizadas e medidas de estima social que governam quais atividades e habilidades podem alcançar reconhecimento simbólico e material. Sem uma ampliação radical do significado de “trabalho”, e o que pode sensivelmente e justificavelmente ser incluído dentro disso, essa luta por reconhecimento que está se aproximando não pode ser resolvida prontamente (HONNETH, 2007, p.93).

Por mais que estejam em curso processos de desemprego estrutural, informalidade, precarização e flexibilização (CASTEL, 2000b; KOWARICK, 2009; HONNETH, 2008c), o trabalho apresenta grande relevância no mundo socialmente vivido, não somente por assegurar a subsistência material, mas também pelo fato de que a maioria da população deriva sua identidade do seu papel no processo organizado do trabalho (HONNETH, 2008c).

3.2. Limites e possibilidades da luta por reconhecimento no contexto brasileiro

Até que ponto a perspectiva de luta por reconhecimento contribui para a compreensão da realidade brasileira? Até que ponto auxilia no entendimento da dinâmica de organização de catadores pesquisada nesse trabalho? Essas questões iniciais são o ponto de partida da reflexão proposta neste tópico.

A abordagem teórica de luta por reconhecimento, ao ser transposta para o contexto brasileiro, depara-se com uma configuração social bastante diferenciada da realidade original em que foi elaborada. Em seu contexto de origem vigoram princípios de igualdade socialmente disseminados e instituídos, que por sua vez inexitem no Brasil (SOUZA, 2009). A sociedade brasileira é marcada por uma elevada desigualdade social, de caráter estrutural e naturalizada cotidianamente (SOUZA, 2004; 2009; SPINK, M. J.; SPINK, P. K., 2006; KOWARICK, 2009). Desta forma, quais as implicações de uma desigualdade social naturalizada e estrutural para os processos por meio dos quais se constrói uma luta por reconhecimento?

Para problematizar essa questão recorre-se às discussões de Jessé Souza no seu recente trabalho “A ralé brasileira: quem é e como vive” (2009). Embora, existam diversas abordagens e perspectivas em torno do fenômeno da desigualdade social brasileira (TELLES, 2006; SCHWARTZMAN, 2004; REIS, 2000; BARROS, et. al., 2000; KOWARICK, 2009; dentre outros) optou-se por explorar a perspectiva de Souza (2009), uma vez que essa possui vários pontos de interlocução com a discussão de luta por reconhecimento de Axel Honneth, bem como porque propõe uma compreensão alternativa da desigualdade social no Brasil.

Para Souza (2004; 2009), a naturalização da desigualdade e a produção de “subcidadãos” em países periféricos de modernização recente como o Brasil, não é fruto de uma suposta herança pré-moderna e personalista, como nas explicações baseadas no binômio personalismo/patrimonialismo, mas resultado de um processo de modernização que se

implantou gradativamente no país a partir do século XIX. O processo de modernização brasileiro constituiu toda uma classe de indivíduos precarizados, sem capital cultural nem econômico e, principalmente, desprovida das pré-condições sociais, morais e culturais que permitiriam essa apropriação; e, dessa forma, sem oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social.

O processo de modernização no Brasil foi marcado pela importação das duas instituições centrais do racionalismo ocidental – o mercado capitalista e o Estado centralizado. Toda a socialização e aprendizado dos indivíduos é, em grande medida, um aprendizado das necessidades dessas duas instituições e da forma de se moldar a elas. Assim, busca-se a disciplina e o autocontrole, uma vez que esses são os imperativos para que mercado e Estado se reproduzam. Esses imperativos são obedecidos de forma naturalizada, porque se quer ter bons salários e prestígio social, que são monopolizados por essas instituições. Desse modo, o mercado e o Estado, longe de serem neutros, possuem estruturas morais, tornadas invisíveis, que guiam a vida de todos cotidianamente, por meio de uma hierarquia valorativa naturalizada. “Assim, como não refletimos sobre o ato de respirar, mas apenas respiramos, também não refletimos sobre toda a concepção de mundo moral e emocional que essas instituições nos obrigam a seguir” (SOUZA, 2009, p.109).

Souza (2009) buscou compreender essa hierarquia valorativa, que perpassa a eficácia institucional do mercado e do Estado, a partir da análise de Charles Taylor da revolução valorativa do Ocidente e das fontes do *self* moderno¹³. Seriam duas as fontes morais que estariam por de trás do funcionamento das sociedades modernas, suas instituições e da ação cotidiana de todos os indivíduos – a dignidade do trabalho produtivo e útil e o expressivismo. A dignidade do trabalho produtivo foi transformada em um valor maior, a partir do qual tanto a autoestima como o respeito, o reconhecimento que os outros irão demonstrar, dependem do trabalho feito pelos indivíduos e da importância relativa dele. Essa concepção envolve a noção de cálculo, raciocínio prospectivo, e autocontrole como seus pressupostos. Além disso, essa concepção é a base da noção moderna de cidadania, uma vez que o princípio de dignidade baseada no trabalho, ao contrário da honra pré-moderna, privilégio de alguns, pressupõe o reconhecimento universal entre iguais, e direitos subjetivos de caráter universal. Por sua vez, a segunda fonte moral, o expressivismo envolve a busca da singularidade e da originalidade dos indivíduos, defendendo que cada pessoa deve viver de acordo com sua natureza subjetiva peculiar e com autenticidade (SOUZA, 2004; 2009).

¹³ Para melhor entendimento de como se deu essa revolução valorativa no Ocidente ao longo dos séculos, sugere-se consultar Taylor (1998) e Souza (2000; 2004; 2009).

A sociedade brasileira, cuja modernização foi seletiva e excludente, não logrou universalizar os pressupostos para o trabalho produtivo e útil para todas as classes, bem como não possibilitou a realização efetiva da expressividade individual, que é algo alcançado por poucos.

O processo de incorporação dessas fontes morais se dá por meio de um *habitus* de classe, conceito de Pierre Bourdieu, que significa tornar corpo, tornar automático, irrefletido. De modo que, é no processo de socialização familiar, que se aprende, incorpora os pressupostos emocionais e morais para obter respeito e reconhecimento. Mas nem todas as classes sociais têm possibilidades de incorporação efetiva de tais pré-condições sociais (SOUZA, 2009).

No Brasil, a divisão de classes nunca é percebida ou discutida ao não ser no seu aspecto econômico, nas diferenças de renda, em função de uma visão economicista dominante no país. Os fatores imateriais das classes são completamente invisíveis, principalmente o processo de socialização familiar. No entanto, é esse processo dentro dos lares das famílias de classes média e alta, que oferecem todas as pré-condições sociais, emocionais, morais e econômicas para criar um indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida. Ao esquecer esse aspecto fundamental, a visão economicista universaliza os pressupostos da classe média para todas as classes inferiores como se as condições de vida fossem as mesmas, de modo a esconder “a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu nascimento” (SOUZA, 2009, p.22).

Como a legitimação do mundo moderno está fundamentada na noção de meritocracia, existe a crença de que se superou as barreiras de sangue e nascimento nas sociedades modernas, levando-se em conta somente o desempenho diferencial dos indivíduos. Mas nunca é dito que existem pré-condições sociais para o sucesso supostamente individual, de modo que o fracasso dos indivíduos das classes não privilegiadas é visto como culpa individual.

O indivíduo privilegiado por uma aparente talento inato é, na verdade, produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classe indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer racional) são capacidades e habilidades de classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que cai do céu, mas é produzido por heranças afetivas de culturas de classe distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. (SOUZA, 2009, p.22-23)

Souza (2009) destaca que, diferentemente das classes média e alta, a “ralé” é marcada pela ausência de incorporação em qualquer medida significativa dos pressupostos emocionais e morais tanto da dignidade do trabalho – disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo – quanto da expressividade – culto da sensibilidade –, o que a torna uma classe desprezada e não reconhecida. Uma típica família da ralé brasileira é bastante diferente de uma família de classe média, geralmente apresenta traços marcantes de desestruturação familiar. Grande parte das famílias tem a mãe como figura central, uma vez que os homens, freqüentemente trocam de parcerias e abandonam os filhos. Um elemento marcante da desestruturação familiar é o domínio de relações instrumentais caracterizadas pelo abuso afetivo dos mais fortes em relação aos mais fracos, como por exemplo, o fato freqüente e assustador de abuso sexual dos pais em relação às filhas e filhos, e dos mais velhos em geral em relação aos mais novos (SOUZA, 2009). Com relações familiares desse tipo é complicado o indivíduo desenvolver autoconfiança (HONNETH, 2003). Os indivíduos dessa classe social, desde criança, também não têm a possibilidades de desenvolver os pressupostos para a dignidade do trabalho. Como Souza (2009) ilustra na seguinte passagem:

Será que basta que o pai ou a mãe diga, abstratamente, o quanto a escola é importante para vencer na vida, como acontece comumente na ralé, se o exemplo desses pais, em que a escola foi tão pouco eficaz na realidade cotidiana, nega o que eles afirmam da “boca para fora”? Se essas disposições para o comportamento, como a disposição para se concentrar, aprendizado difícil já que oposto à dispersão dos inúmeros estímulos imediatos, não se aprendem como uma simples “ordem” ou “conselho” é porque ela exige “identificação afetiva” como o exemplo prático de quem ensina (p.413)

Para Souza (2009), o nosso maior conflito é o “abandono social e político, “consentido por toda sociedade”, de toda uma classe de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações enquanto tal” (p.21). Essa classe só é percebida como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos. A modernidade no Brasil é deficiente e periférica, uma vez que nunca foi realizado um esforço social e político direcionado e refletido de efetiva equalização das condições sociais das classes inferiores. Não houve uma homogeneização das pré-condições psicossociais indispensáveis a uma integração bem-sucedida na sociedade de mercado para todas as classes sociais. Pelo contrário, predominou uma crença no progresso econômico, como se a expansão do mercado fosse a resolução de todos os problemas sociais do país. Desse modo, o argumento principal de Souza (2009) é:

[...] que o aspecto mais central e mais importante, por isso mesmo o mais reprimido e obscurecido pela visão superficial e enganosa dominante, é a invisibilidade social, analítica e política do que chamamos provocativamente de ralé estrutural brasileira.

Essa é a classe, que compõe cerca de 1/3 da população brasileira, que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas corpo mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem a nossa sociedade. Essa é também a razão da dificuldade de seus membros construírem qualquer fonte efetiva de autoconfiança e de estima social, que é por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma. (p.122)

Souza (2009) destaca que os membros das classes não privilegiadas desde cedo já estão fadados a um destino de classe inexorável, de não reconhecimento e precariedade. Todo processo de dominação social e desigualdade se fundamenta em mecanismos de violência simbólica que escondem a violência real e inclusive a tornam aceitável e desejável até para suas vítimas. Um desses mecanismos é o deslocamento das verdadeiras causas da injustiça social para referências e culpados inofensivos que não incomodam ninguém, como uma elite má e abstrata, que alude a todos e a ninguém, ou em oposições simplistas como, Estado corrupto *versus* mercado virtuoso. O autor coloca que existe um consenso inarticulado que envolve toda a sociedade brasileira “que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente, e é esse consenso que permite a reprodução da maior desigualdade social do planeta dentre as sociedades complexas” (SOUZA, 2009, p.422). Tal consenso é obviamente não admitido, o que permite sua eficácia como consenso real, produzindo cotidianamente a desigualdade brasileira, sem que ninguém se sinta responsável por isso.

Nesse contexto, como podem surgir sentimentos de injustiça coletivos e ter luta por reconhecimento, no âmbito da ação pública, em uma sociedade, na qual a desigualdade é naturalizada e legitimada por mecanismos de violência simbólica?

Para Souza (2009), as possibilidades de luta por reconhecimento, no âmbito de uma ação política, são muito pequenas, para não dizer impossíveis. Ao responder – “Por que não existe revolta na ralé brasileira? Por que sua resistência jamais atinge o estágio político?” (p.410) – o autor argumenta que o processo de socialização familiar desses indivíduos impossibilita o desenvolvimento da autoconfiança, que é a base para uma ação política autônoma. Além disso, para aqueles que sofrem as maiores privações e humilhações, a miséria é vivida não apenas como natural, mas como merecida, em função da culpa individualizada que é a base da ideologia do mérito, de modo que resta para esses indivíduos apenas a ilusão de saídas mágicas ou o ressentimento individualizado contra algumas pessoas. Souza (2009) aponta que “sem uma percepção realista da própria situação, não existe também ação política racional e de longo prazo possível” (p.419), de modo que a miséria mais desumana não é condição necessária para uma luta social e política.

Na visão de Pinto (2008), também está fora de possibilidade que parcelas da população brasileira em situação de pobreza construam uma luta por reconhecimento no âmbito de uma ação pública. Essa impossibilidade, para a autora, seria em função do déficit de bem-estar social no país, e também pelo fato de que sempre existiria ação estatal, considerada tanto como ausência ou presença de políticas públicas, que independe do indivíduo ou grupo social. A autora reforça esse argumento colocando que “os pobres na América Latina, ou a massa de miseráveis no mundo, estão muito mais expostos a sofrerem as ações de alguém, que distribui ou que lhes reconheçam, do que serem sujeitos do auto-reconhecimento” (PINTO, 2008, p.47).

Para Pinto (2008), em cenários de grande pobreza e desigualdade social como os presentes no Brasil, a noção de reconhecimento fica limitada a um reconhecimento externo, isto é, “o outro reconhece e age sem necessariamente construir uma relação com o reconhecido” (p.48). A autora aponta que o outro quase sempre é um agente estatal que atua por meio de políticas públicas. Para a autora, mesmo que na abordagem de Honneth o reconhecimento seja recíproco, ou seja, pressupõe a relação como o outro, “não resolve a questão, porque podemos estar frente a uma situação em que o outro reconhece a falta, sem que o reconhecido se reconheça” (p.48).

Outra implicação da desigualdade social, nos processos de luta por reconhecimento, se expressa na forma como a cidadania se institucionalizou no país. Marshall (1967) em sua clássica formulação da construção da cidadania mostra que o desenvolvimento dos direitos na Inglaterra seguiu uma seqüência evolutiva histórica, na qual os direitos civis foram conquistados no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX. No Brasil, como destaca Carvalho (2003) houve muitas diferenças em relação à Inglaterra, ocorreu maior ênfase nos direitos sociais, bem como os direitos foram adquiridos em outra seqüência, ou melhor, foram invertidos. Primeiro vieram os direitos sociais implantados em um contexto de cerceamento dos direitos políticos e redução dos civis durante um governo ditatorial. Depois seguiram os direitos políticos, de forma peculiar, já que a maior expansão do voto ocorreu em outro período ditatorial, no qual os órgãos de representação política eram decorativos. E, por fim, vieram os direitos civis, mas que ainda assim continuam inacessíveis à maioria da população, principalmente no que se refere à segurança individual, à integridade física e ao acesso à justiça (CARVALHO, 2003). Na construção da cidadania não haveria um único caminho, cada nação a partir de suas condições sociais e aspectos históricos constrói um percurso específico (CARVALHO, 2003; SAES, 2000) que, por sua vez, está relacionado com as relações sociais e o nível de desigualdade de cada país.

No Brasil, grande parcela da população se encontra destituída de direitos básicos (CARVALHO, 2003; TELLES, 2006; SOUZA, 2004, 2009; KOWARICK, 2009), inserida em relações sociais, nas quais a desigualdade social é naturalizada cotidianamente. Como ressalta Souza (2009) não vigora um princípio de igualdade no país, pelo contrário, há um consenso inarticulado que permite tratar as classes sociais de forma desigual. Nesse sentido, a sociedade brasileira, fica mais próxima da configuração social de sociedades pré-modernas, já que o acesso a direitos é desigual em função de pertencimento a classes privilegiadas que possuem as pré-condições morais e sociais para a dignidade do trabalho e para o exercício da cidadania (SOUZA, 2009). Embora exista a Constituição de 1988, que em tese assegura a todos, sem qualquer distinção, acesso a direitos civis, políticos, sociais e ambientais (BRASIL, 2003), a incorporação efetiva do princípio de igualdade e direitos universais às práticas e relações sociais inexistem. Nesse contexto social, o exercício efetivo da cidadania e o reconhecimento jurídico, que vai além envolve o autorrespeito, ficam extremamente comprometidos.

Vale destacar também, a questão da redistribuição, que no Brasil é sem dúvida fundamental. E em especial, no fenômeno aqui pesquisado, a dinâmica de organização de catadores, uma vez que há uma luta por sobrevivência, para acesso a um mínimo de recursos econômicos para necessidades básicas, como a alimentação. Embora, Fraser (2007) acuse Honneth de subsumir as lutas por redistribuição pelo reconhecimento, a categoria de reconhecimento, conforme afirma Honneth (2007), abarca a dimensão das demandas por redistribuição. Para o autor, as lutas por reconhecimento estão presentes em todos os conflitos por redistribuição.

Há limitações na aplicação da abordagem de luta por reconhecimento no contexto brasileiro, como apontado acima, mas por outro lado, há possibilidades também. A perspectiva traz interessantes elementos para compreensão das lutas sociais, na medida em que oferece uma matriz interpretativa atenta à dimensão moral dos conflitos sociais, bem como capaz de perceber a complexidade de tais conflitos nas dimensões material, simbólica e legal (MENDONÇA, 2009). A abordagem de Honneth (2003) permite analisar as formas morais ligadas às situações de privação e sofrimento, considerando os desrespeitos que os indivíduos sofrem no cotidiano, inclusive aqueles que não são debatidos publicamente.

Como destaca Souza (2000), a teoria do reconhecimento, ao tornar objeto de reflexão e de crítica, os aspectos opacos e naturalizados da realidade social, possibilita perceber a dor e o sofrimento humanos nem sempre visíveis, o que é uma interessante novidade teórica em um

contexto político e teórico em que há predominância da força bruta do dado e de uma visão economicista baseada em números (SOUZA, 2009).

No capítulo seguinte problematiza-se a luta dos catadores da Asmare à luz das discussões teóricas esboçadas acima.

4. A LUTA DOS CATADORES DA ASMARE A PARTIR DA LEITURA DE NARRATIVAS

Eu falava não é pra pegar roupa, não é pra pegar vale, a associação é para ser reconhecido no Brasil todo e nós somos reconhecidos no Brasil todo. (Catadora da Asmare)

Neste capítulo apresenta-se a leitura das narrativas em torno da luta dos catadores da Asmare e seus possíveis desdobramentos em políticas públicas para esse grupo social. Seguindo a perspectiva sugerida por Czarniawska (2000; 2004), discute-se os diversos sentidos, tramas, contradições e conexões entre as narrativas dos entrevistados e, ao mesmo tempo, problematiza-se as narrativas à luz da base teórica adotada, buscando conectar saberes e possibilidades de interpretação. Desse modo, essa pesquisa busca ser mais uma voz dentro do campo-tema (SPINK, 2003) dos catadores da Asmare em Belo Horizonte - MG.

De 1987 a 2010, período analisado, os catadores passaram por diversos conflitos, em um processo repleto de idas e vindas. Ao longo do tempo ocorreram mudanças na forma de interação e nos sentidos atribuídos ao catador e ao trabalho que este desempenha, tanto pela população como pelo poder público local. Essa atribuição de novos sentidos e significados gerou repercussões, em ambos, na luta dos catadores da Asmare e na forma como o poder público local passou a lidar com esse grupo.

A construção e análise da história são feitas a partir de uma divisão em períodos, tendo claro, no entanto, que o processo não foi linear, mas pelo contrário, como testemunham as narrativas que vão e voltam, entre acontecimentos, passado e presente, em um processo de criação e recriação de significados (CZARNIAWSKA, 2000; 2004). Essa divisão em períodos é realizada apenas em termos analíticos, para facilitar a construção da história e da sua releitura a partir da abordagem teórica de conflito social e luta por reconhecimento (HONNETH, 2003; 2007), bem como para discutir os desdobramentos em políticas públicas.

4.1. Em meio ao lixo e “confundidos” com o lixo: o início de um novo “olhar” com a chegada da Pastoral de Rua (1987-1992)

Antigamente os catadores de papel era misturado ao lixo. As pessoas não tratavam eles como cidadão, né? Era muita discriminação, quando a gente tava separando papel debaixo das marquises, chegava polícia com fiscal, punha todo mundo para correr, sabe? (Catadora da Asmare)

A dinâmica de luta dos catadores da Asmare se inicia no ano de 1987, quando chegam à capital mineira algumas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento, trazendo a experiência e a metodologia de trabalho já desenvolvida em São Paulo (SP), na OAF, junto à população em situação de rua.

Uma das irmãs conta que, em São Paulo no final da década de 1970, a OAF passou por uma profunda transformação com o objetivo de mudar a forma de apoio à população em situação de rua, em um contexto que propiciou esse processo, como narra abaixo:

Fomos revitalizar aquela organização [a OAF] reconhecendo o protagonismo da população, reconhecendo que as pessoas eram protagonistas de sua ação [...] a gente foi entendendo, nesse processo de organização das comunidades eclesiais de base, nesse boom que tava dando, esse entendimento novo em relação a pedagogia do oprimido, que realmente reconhecia as pessoas como sujeitos de sua história, né? Foi o tempo que tava eclodindo a questão dos metalúrgicos, a questão do ABC era do, do Partido dos Trabalhadores. Era o tempo que tava emergindo, né, os atores sociais, como sujeitos realmente, né? Então, a gente que atendia essa população, a gente se perguntava se essa população de rua, ela poderia também? A gente romper com aquela lógica, né, romper com essa lógica da caridade, do cuidado, né, mesmo que eram espaços positivos, mas assim, né, eles serem sujeitos. Mudar, modificar completamente a metodologia. Isso nos levou a fazer uma mudança na instituição, né, e a reconhecer a população, a gente voltar pra ruas e a reconhecer a população de uma outra forma. (Coordenadora da Pastoral de Rua)

É interessante observar, nessa fala, o contexto de surgimento e os pressupostos da metodologia de trabalho adotada pelas Oblatas de São Bento, como a influência das ideias de Paulo Freire¹⁴ e a ênfase dada em torno da possibilidade da população de rua ser protagonista da própria história.

¹⁴ Autor de diversos livros voltados para a educação popular, dentre eles “Pedagogia do Oprimido” que propõe uma pedagogia dialógica e emancipatória do oprimido, que contribua para a sua libertação e transformação em sujeito autor da própria história.

Ao chegarem à capital mineira, criaram a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, em 1987, seguindo a mesma proposta do trabalho desenvolvido em São Paulo. Uma das irmãs beneditinas narra que inicialmente reuniram alguns agentes pastorais e pessoas da Igreja, que tinham algum contato com a população em situação de rua. Começaram mapeando os lugares de maior concentração de moradores de rua e perceberam que um número expressivo de pessoas sobreviviam da cata de materiais no lixo. Identificaram grupos na beirada do Rio Arrudas, em uma casa abandonada na Avenida Barbacena e diversos grupos espalhados pelo centro da cidade. Todos os catadores moravam nas ruas. Mesmo aqueles que tinham casa, em geral voltavam somente no final de semana, uma vez que trabalhavam durante a noite e tinham que triar e vigiar o material recolhido, fato ressaltado nas narrativas de todos os catadores entrevistados.

A irmã beneditina conta que os catadores eram literalmente “confundidos” com o lixo, que *“a sociedade não acreditava, ninguém, né, reconhecia eles às vezes nem como pessoas”*. Não eram considerados dignos de respeito e consideração pela sociedade (SENNETT, 2004), sofriam diferentes formas de desrespeitos (HONNETH, 2003), que foram referenciadas em todas as narrativas.

Os catadores eram alvo de diversas ações de violência, como a agressão física. Nas chamadas “operações limpeza”, executadas pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) com o apoio da polícia, contam que eram expulsos à força dos locais em que trabalhavam e o material que recolhiam era levado para o aterro sanitário. Uma catadora relata que jogavam tudo dentro do caminhão, *“às vezes tinha até criança dentro de alguma caixa e eles iam jogando”*. Um ex-agente pastoral narra, que um dia viu uma dessas “operações limpeza”, na qual um filho de um atual associado da Asmare foi jogado junto aos materiais no caminhão compactador, e o pai desesperado pulou dentro do caminhão e salvou o filho.

Embora a política institucional da SLU, de 1979 a 1992, fosse de repressão, havia ações solidárias de alguns funcionários responsáveis pelas “operações limpeza”, como avisar com antecedência para os catadores quando seriam realizadas algumas ações de fiscalização (DIAS, 2002).

Os catadores contam que também sofriam agressão física da polícia, como uma catadora que relembra o dia em que sua mãe apanhou de um policial. Além da agressão física sofrida externamente, havia muita violência nas relações entre eles, como relata um ex-agente pastoral. As mulheres eram muito agredidas fisicamente, sempre eram espancadas pelos companheiros. No entanto, essa violência em suas relações pessoais não foi narrada pelos

catadores. É interessante observar que em suas narrativas, buscam mostrar a harmonia entre eles e enfatizar a violência que sofriam principalmente por parte do poder público local.

Nessas condições, caracterizadas pelos maus-tratos físicos, a autoconfiança dos catadores fica altamente comprometida (HONNETH, 2003). Outra forma de desrespeito presente nas narrativas refere-se à privação de direitos, como a negação do direito ao trabalho, à alimentação, à saúde, à educação, e à moradia, dentre outros direitos que configuram o exercício da cidadania. A privação e a destituição de direitos caracterizavam a situação desse grupo e a caracterizam ainda hoje, como será discutido mais à frente. Um catador conta que,

[...] eu achava que eu num era um cidadão, eu já era, mas eu achava que num era, [...] eu achava que eu num tinha o mesmo direito que todos tinha, eu achava que meu direito era menos do que de todo mundo. [...] Depois que eu vim aprender isso, eu tenho o mesmo direito que ocê tem, que qualquer um tem. (Catador associado da Asmare)

Nessa fala, assim como em outras que relatam as condições nas quais viviam, é possível notar como a autorrelação prática do autorrespeito era algo difícil de desenvolver, diante dos desrespeitos sofridos e do reconhecimento negado (HONNETH, 2003).

A relação estabelecida entre os catadores e os responsáveis pelos depósitos de compra de material era marcada pela exploração do trabalho daqueles, o que também se constituía em uma forma de privação de direitos. Nas narrativas dos catadores, apenas um, que atualmente é liderança do MNCR, destaca a exploração a que estavam submetidos anos atrás. Narra que havia servidão por dívida, em função de empréstimo de carrinho ou de dinheiro, na qual o catador tinha que continuar vendendo exclusivamente para um depósito. Conta que geralmente havia certa ilegalidade com as balanças de pesagem de materiais. Um ex-agente pastoral relata que, naquela época, era comum os depósitos possuírem uma mercearia com venda de alimentos e pinga, de modo que os catadores ficavam endividados e quase todo material entregue era para pagamentos de dívidas, chegando a situações muito próximas de trabalho escravo.

Um aspecto interessante nas narrativas de quase todos os catadores é que os depósitos de compra de materiais não são retratados como exploradores de trabalho. A ênfase maior é que o “grande vilão” era a poder público municipal, se configurando muitas vezes na pessoa de alguns prefeitos. Já nas narrativas dos atuais e ex-membros da Pastoral de Rua, tanto o poder público local quanto os atravessadores eram considerados os “grandes inimigos” dos catadores e os principais responsáveis pela injustiça social sofrida pelo grupo.

Os catadores, além de não serem considerados indivíduos moralmente imputáveis, em pé de igualdade na interação com outros, enfrentavam outra forma de desrespeito – a degradação e a ofensa (HONNETH, 2003). Em várias histórias e acontecimentos, todos os catadores relatam a discriminação e os preconceitos sofridos. Uma catadora enfatiza, com voz forte e sofrida, que “*catador de papel era visto como lixo*”. Eram vistos pela população como marginais ou mendigos e não como trabalhadores, como relata a catadora:

Antigamente o catador de papel era visto como marginal, não era como trabalhador, como se tivesse sujando a cidade. A gente sofreu muito preconceito nas ruas, né? [...] Teve muita discriminação, né, polícia, né? [...] O que me marcou muito também foi uma vez a moça que tava jogando papel em mim, né, abusando, uma estudante, mas nesse tempo não tinha Asmare não (Catadora da Asmare).

A partir dessa fala é possível identificar os desrespeitos e como a autoestima era afetada (HONNETH, 2003). Mas, além do reconhecimento recusado, é possível observar, no trecho “*nesse tempo não tinha Asmare não*”, que houve mudanças na forma de interação com as pessoas e no modo como os catadores eram vistos e que viam a si mesmos, após a formação da associação.

É interessante notar que os três domínios de reconhecimento, e os correspondentes desrespeitos, formulados por Honneth (2003) na prática encontram-se muito imbricados, cruzando-se o tempo todo. A primeira esfera de reconhecimento, a dedicação emotiva, com sua correspondente forma de desrespeito, os maus-tratos e a violação, na prática apresentou-se imbricada às outras duas esferas. Por exemplo, quando um catador era alvo de uma “operação limpeza” não era somente seus direitos civis que eram violados, mas sua integridade física também, já que geralmente eram agredidos fisicamente nessas ações. E ao mesmo tempo eram ofendidos e degradados, uma vez que a atividade que faziam não era considerada trabalho, mas sim uma forma de perturbação da ordem pública e da limpeza urbana.

De modo geral, esse era o contexto em que viviam os catadores, caracterizado por muitos desrespeitos. Outro elemento importante para entendimento desse contexto social é a história de vida dos catadores, como as relações familiares, quando e como foram para as ruas e quando começaram a catar materiais no lixo. As histórias dos entrevistados, apesar de diferentes e únicas, carregam muitas condições em comum, como a migração da zona rural, a desestruturação familiar, o alcoolismo e o trabalho na infância, como pode ser observado na história de uma catadora de 60 anos de idade:

A família veio do município de Serro, interior de Minas Gerais, com o sonho de uma vida melhor na cidade grande. Eram de origem rural, trabalhavam na agricultura. Ao chegar a Belo Horizonte, o sonho foi se desfazendo. Inicialmente moraram no aglomerado Pedreira Padre Lopes, onde ela nasceu, mas com três meses de idade, o pai morreu e a mãe sem alternativas vai para a rua com os filhos. A catadora conta, com olhar triste, que a mãe *“perdeu tudo, perdeu até a cidadania. Porque lá pelo menos prantando, no cabo da enxada ela era reconhecida como cidadã, né? Aqui ela veio apanhá de polícia. Depois ela veio catá papel. Minha mãe sofreu muito”*. Ela narra que começou a catar papel com oito anos de idade para ajudar a mãe, nunca foi à escola. Aos dezesseis anos teve o primeiro de doze filhos, que foram criados a partir da cata de papel e nas ruas. Para aguentar o sofrimento cotidiano começou a beber. O uso de bebida alcoólica era algo generalizado entre os catadores.

A rua como lar, a desestruturação familiar, os desrespeitos, o alcoolismo, enfim o conjunto das condições sociais dessa catadora estava longe de proporcionar as pré-condições sociais, materiais, emocionais e morais para a inserção no mercado de trabalho capitalista e para obtenção de qualquer forma de reconhecimento social nas sociedades modernas, como aponta Souza (2009).

Foi diante desse contexto social que a Pastoral de Rua iniciou o trabalho junto aos catadores. Um dos aspectos fundamentais foi a forma de aproximação, ou seja, a metodologia de abordagem adotada. A coordenadora da Pastoral conta que se aproximavam para conversar e escutar, por meio de pequenos encontros, buscando estabelecer laços de confiança mútua. Uma catadora da Asmare relata que inicialmente a coordenadora da Pastoral se aproximava disfarçada de vendedora de picolés ou de pipocas, já que geralmente eles evitavam conversar e desconfiavam de qualquer pessoa que se aproximasse.

Um ex-agente pastoral também reforça que a aproximação era baseada na escuta e em conversas. À medida que estabeleciam alguns vínculos de confiança iam discutindo a situação de vida dos catadores, as condições de trabalho, os problemas e ao mesmo tempo mostravam que o trabalho de catação era importante para o meio ambiente e para a sociedade. Ele relata que passavam quase todas as tardes de domingo com o grupo que morava no terreno, onde hoje se localiza o galpão-sede da Asmare. Nos domingos, os catadores bebiam muito e trabalhavam menos. Quando a equipe da pastoral chegava, reduziam as doses de bebida alcoólica e no fim do dia o grau de sobriedade era maior. Os agentes pastorais chegavam, sentavam junto à roda, cantavam, escutavam histórias e iam conversando. Também realizavam festas e comemorações junto com os catadores, como conta uma catadora que morava com um grupo em uma casa abandonada na região central.

A interação da equipe da Pastoral com os catadores buscava reconhecer o outro, com um olhar diferente, em um processo de socialização baseado em valores e princípios cristãos. Essa forma de interação parece que foi o ponto-chave e a base de toda a dinâmica de organização que viria nos anos seguintes.

Em 1988¹⁵ ocorreu uma “operação limpeza” que foi narrada pelos catadores, ex-agentes pastorais e pela coordenadora da Pastoral, como um acontecimento marcante para o processo de construção da Asmare. Durante a madrugada do dia 22 de agosto daquele ano houve uma ação violenta de retirada de um grupo de catadores do terreno ocupado, que era da antiga Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU), hoje sede da Asmare. A prefeitura e a polícia militar derrubaram todas as barracas de lona, expulsaram com violência os catadores, inclusive com agressão física. Ao amanhecer a equipe da Pastoral soube do ocorrido e foi atrás dos catadores, que estavam espalhados em diversos locais da cidade. A coordenadora da Pastoral narra que, após conseguir reencontrá-los, fizeram uma reunião para discutir o que havia acontecido, os estimulando para a luta pelos seus direitos. Os catadores voltaram a ocupar o terreno e a Pastoral buscou espaços de denúncia da violência sofrida por aquele grupo. Conta que conseguiram apoio da Pastoral de Direitos Humanos e na Câmara de Vereadores, do vereador Patrus Ananias (PT). Como primeira forma de denúncia, elaboraram junto com os catadores uma Carta aberta à População de Belo Horizonte. Segue um trecho do documento:

*A prefeitura fez de nós um lixo; nós catadores de papel, temos família e filhos para cuidar, hoje vivemos do papel. Se não fosse por nós, a prefeitura não conseguiria limpar a nossa cidade. A prefeitura chegou no dia 22 de agosto, às quatro horas da manhã, com fiscais jogando os barracos para o chão com as coisas e todos nós dentro. A gente não teve tempo nem para tirar as coisas; perdemos tudo o que tínhamos: documentos, pertences, perdemos o papel. Os barracos estavam na Avenida do Contorno, à beira do Rio Arrudas, por trás da Rodoviária, e ali ficamos sem nada e sem ter para onde ir. Por que a Prefeitura judia de nós, catadores de papel? Vocês têm família, são seres humanos que nem nós, gostaríamos de levar a vida que nós levamos, vivendo debaixo dos viadutos e marquises, correndo da polícia? Vocês dependem do povo como nós dependemos do lixo para a gente viver. Estamos todos na rua. O que é que podem fazer pela gente?*¹⁶

Nesse trecho é interessante analisar, em especial, três frases – “*Vocês dependem do povo como nós dependemos do lixo para a gente viver. Estamos todos na rua. O que é que*

¹⁵ O período corresponde à gestão do prefeito Sérgio Ferrara do PMDB (1986-1988).

¹⁶ Fonte: Trecho da carta citado por Maria Cristina S. Magalhães, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte no Primeiro Seminário Nacional sobre População de Rua (1992), transcrito no livro – ROSA, C. M. M. (Org.). População de Rua Brasil e Canadá. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 40.

podem fazer pela gente?” Essas frases denotam a relação do Estado com a população na mesma medida da relação do catador com o lixo, ambos em situação de dependência. O Estado é para todos e pressupõe a dependência da população, bem como o processo de universalização de direitos e deveres. Do mesmo modo, o catador depende do lixo para sobreviver já que lhe foi negado direitos básicos. Essas frases expressam de forma simples e profunda que “não existem direitos se não for para todos”, uma vez que o Estado é universal. No entanto, a situação retratada nesse trecho evidencia uma tensão, uma contradição: a negação total de reconhecimento jurídico e de outras esferas de reconhecimento.

Por sua vez, esse evento, narrado como causador de muito sofrimento, fortaleceu os vínculos deles com a Pastoral e entre eles próprios. Deu-se início a um processo de mobilização e reivindicação, ainda que incipiente. A coordenadora da Pastoral conta que a partir desse acontecimento fizeram de tudo para criar uma associação para defesa de direitos. Ressalta que realizavam reuniões e atividades pedagógicas, nas quais discutiam as condições de vida, a importância do trabalho de catação, e principalmente a necessidade de luta por direitos. A coordenadora narra que aos poucos eles foram percebendo que era importante a organização para luta por direitos e para melhorar as condições de vida.

Nesse período, a Pastoral também reivindicava novas posturas e ações da prefeitura, que reconhecessem o potencial e o trabalho dos catadores. Uma das principais reivindicações, na época, era a construção de um cadastro com o perfil socioeconômico dos catadores, que foi realizado em 1989 pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária¹⁷ (DIAS, 2002).

Outro elemento importante, nessa dinâmica, foi o apoio da Cáritas Brasileira, a partir de 1989. Na época, a Cáritas estava criando o escritório regional em Belo Horizonte e um dos coordenadores foi procurado pela Pastoral e convidado para atuar junto aos catadores. O coordenador conta que anteriormente trabalhava no triângulo mineiro apoiando trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele narra que ficou impressionado com a situação de miséria dos catadores, mas que aquela era uma experiência de trabalho que queria muito vivenciar, especialmente pelo fato de já ter sido frade franciscano. A partir daquele ano, o coordenador passa a atuar ativamente no processo de organização dos catadores.

Durante o ano de 1989, intensificou-se a atuação junto aos catadores, com o objetivo de estimular a formação de uma associação. Os catadores narram que foram feitas diversas reuniões, em diferentes espaços de encontro como viadutos, ruas, terrenos ociosos e espaços

¹⁷ Esse período corresponde à gestão Pimenta da Veiga do PSDB (1989 -1990)

religiosos. Um catador conta como se deram essas reuniões, no período próximo à formação da Asmare, conforme trecho abaixo:

Nas nossas reuniões foi falado, que nós ia montar uma associação, e nós nem sabia o quê que era isso, pra nós mudar de vida. Mudar de vida como? Sair da rua, ter sua casa própria, você ter o direito de ir e vir, esse direito de ir e vir eu já tenho, cê ter conta pra pagar, você ter conta de telefone a pagar, conta de água, conta de luz e pra você ter tudo isso você tem que largar esse vício aí de lado, porque aqui vai ser uma coisa séria. E se você continuar assim, você não vai poder continuar com nós. Então, vai ser pessoas escolhidas. Você quer trabalhar com nós? Eu quero. E você aí? Eu não. Algumas pessoas, eu não, porque acho melhor continuar com o vício, ah não, eu quero! Eu quero, eu quero ir embora, então toma sua passagem. Tinha muita gente que não era daqui na época, pessoas que vem tentar a vida em outro lugar [...] então, nós que acreditamos ficamos, [...] nós tamo aí ainda, os antigos, somos nós, então, porque nós acreditamos e acreditamos e achamos melhor deixar o vício e continuar. (Catador da Asmare)

Nessa fala, é interessante explorar um aspecto em especial. Há uma ênfase nas expectativas de mudança de vida, associadas ao exercício de direitos, como a moradia e o direito de ir e vir. A expectativa de possuir um lar e poder mantê-lo (“ter as contas para pagar”), algo oposto ao cotidiano nas ruas, constitui uma expectativa em torno do que lhes era negado. De forma implícita, parece ser possível identificar indícios de expectativas morais de reconhecimento, à medida que, para mudar a vida, pressupõe-se obter aquilo que se apresenta como negação em suas próprias vidas. Mas, esse sentido parece estar mais visível quando eles comparam o antes e o depois da Asmare em suas vidas, ao atribuírem mudanças ligadas à dignidade, apontando sua falta no período anterior à formação da associação. A problematização em torno de possíveis expectativas morais de reconhecimento (HONNETH, 2003) é realizada mais à frente.

A coordenadora da Pastoral conta que posteriormente trouxeram catadores de São Paulo que já estavam organizados na Coopamare, para troca de experiências e para mostrar para os catadores de Belo Horizonte que era possível.

Esse processo culminou com a formação da Asmare, inicialmente com 10 associados, em assembléia realizada em 27 de abril de 1990. A oficialização da associação ocorreu em 01 de maio de 1990, com uma festa.

Um ex-membro da Cáritas relata que, no início, de organização da Asmare, o grupo sofreu ameaças de grandes atravessadores de recicláveis do município, que tentavam inviabilizar a participação dos catadores em reuniões e encontros com a Pastoral, ameaçando tomar os carrinhos. Mas que apesar disso, as reuniões eram sempre cheias. Destaca que a assembléia de fundação da Asmare contou com a participação de aproximadamente 300

catadores. Embora, o número de catadores que quiseram formar a associação tenha sido pequeno. Um catador, atualmente liderança do MNCR, conta que a Asmare começou com 20 associados, ressaltando que era um número insignificante considerando a quantidade de catadores que existia em Belo Horizonte na época.

4.1.1. Os primeiros anos da Asmare: principais reivindicações, dificuldades e conquistas

Os primeiros anos da Asmare foram intensos em mobilizações e reivindicações. Os catadores narram que fizeram diversas passeatas com os carrinhos pelo centro da cidade e manifestações em frente à prefeitura. Um ex-membro da Cáritas relata que buscavam mostrar para a população belo-horizontina que os catadores não eram mendigos e nem marginais, mas trabalhadores reivindicando o direito de trabalhar. Conta que a praça da rodoviária era o marco das reivindicações. Concentravam-se ali e subiam a Avenida Afonso Pena. Mas, muitas vezes, a maior parte dos catadores chegava bêbada, aqueles que estavam sóbrios eram colocados nas beiradas e o restante ficava no meio do grupo, durante as passeatas. O ex-membro da Cáritas narra que, um dia, uma caminhada foi desastrosa, porque enquanto um caminhão de recolhimento de ossos em açougues passava, um osso de boi caiu no chão. Um catador bêbado pegou o osso e correu. A mídia local registrou uma foto no momento e destacou apenas isso, em matéria publicada no dia seguinte no jornal, retratando os catadores como mendigos. Ele relata que foram muitas as dificuldades, mas prosseguiram sem desistir.

É interessante notar como o ex-membro da Cáritas ressalta a imagem negativa associada ao catador, que era reforçada por todos, e que tentar mudá-la foi muito difícil pelo fato de os catadores se encontrarem em uma situação de muita degradação, em que a dependência de bebida alcoólica era muito forte, de modo que eles também reforçavam, mesmo sem saber, a própria imagem negativa que possuíam.

Todos os entrevistados narram que, na época, a relação com a prefeitura era de muito conflito. Continuavam as ações de repressão, na gestão do então prefeito Eduardo Azeredo (1990-1992), do PSDB. A Pastoral de Rua buscava estabelecer diálogos com a gestão municipal, mas não obtinha resultados satisfatórios. Na Câmara Municipal, conseguiram apoio de alguns vereadores. Os mais citados nas narrativas dos catadores e ex-agentes

pastorais, respectivamente, foram Antonio Pinheiro (PSB), João Bosco (PT) e Patrus Ananias (PT)¹⁸.

O ex-membro da Cáritas conta que também buscaram apoio de uma engenheira sanitária, que era funcionária do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) e atuava na área de gestão de resíduos sólidos. A engenheira narra que apoiou o processo de organização dos catadores, colaborando nas capacitações, com cursos sobre resíduos sólidos e reciclagem, e na elaboração de um projeto de galpão. Ela narra que suas ações foram no sentido de apoiar a Pastoral na área técnica, tendo participado de diversas reuniões em diferentes locais como viadutos, terrenos e espaços religiosos no centro da cidade.

É importante frisar que a Pastoral de Rua articulou uma rede de apoio aos catadores, constituída em sua maioria por pessoas ligadas à Igreja Católica. Essa rede de apoio foi fundamental para as conquistas dos primeiros anos da Asmare e para as novas relações estabelecidas com o poder público nos anos seguintes.

A partir de mobilizações e articulações de apoio, já no primeiro ano de formação da Asmare, uma das conquistas foi a inserção na Lei Orgânica do Município de que a coleta seletiva deveria ser feita preferencialmente por cooperativas de trabalho (BELO HORIZONTE, 1990)¹⁹. Na época em que a Lei Orgânica estava em elaboração, havia um dispositivo que previa a futura implantação de coleta seletiva na cidade. O ex-membro da Cáritas narra que no período, a tendência do município era privatizar o serviço. Ele relata que realizaram mobilizações, reivindicações, e buscaram apoio para impedir que a preferência fosse dada ao setor privado, no caso de uma futura implantação da coleta seletiva, uma vez que comprometeria o acesso dos catadores aos materiais recicláveis. O relator da Lei Orgânica foi Patrus Ananias, na época vereador, que apoiava os catadores, tendo se aproximado desse grupo a partir de sua vinculação com a Igreja Católica.

Outra reivindicação junto ao poder público era a construção de um galpão para realizarem a triagem e a estocagem do material. Novamente realizaram diversas manifestações, passeatas e negociações, até que em 1992 é construído um galpão com infraestrutura mínima no terreno ocupado pelos catadores. A construção do galpão foi narrada pelos catadores como uma grande vitória. No entanto, a próxima reivindicação foi pela ligação do sistema de água no local. O ex-membro da Cáritas narra a manifestação que fizeram em frente à prefeitura para ligarem a água:

¹⁸ Não foi possível realizar entrevista com nenhum dos três ex-vereadores.

¹⁹ Capítulo III, que trata do saneamento básico, art. 151, inciso VII: “A coleta e a comercialização dos materiais recicláveis serão feitos preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho” (BELO HORIZONTE, 1990).

Eu me lembro de uma cena muito bonita [...] nós paramos com uma Kombi, a prefeitura não queria que eles permanecessem lá [no atual galpão-sede da Asmare], cortou a água e aí nós fomos reivindicar uma torneira de água na prefeitura com eles, a polícia inviabilizou o acesso, a D. Maria Brás pegou o carro de som e foi a primeira vez que eu vi um dos catadores ter coragem de falar publicamente da situação deles e aí ela soltou, outro vinha, pegava, eles denunciaram toda aquela situação. Aí entramos, a polícia na frente pela Afonso Pena, e a gente entrou escondido pela Rua Goiás e foi passando de turma menor e nós ocupamos o gabinete do prefeito pra garantir a primeira conversa, foi nesse nível, né. Então, foi um processo muito doloroso. (Ex-membro da Cáritas)

A reivindicação para ligar a água também foi lembrada e narrada por quatro catadores. Nessa fala, porém, é interessante analisar, não somente a coragem dos catadores de manifestarem publicamente suas condições sociais, mas ao verbalizarem os desrespeitos podem ter demonstrado a falta da autorrelação prática ligada ao reconhecimento jurídico, o autorrespeito. Honneth (2003) coloca que empiricamente é possível constatar o autorrespeito por meio de sua falta, em situações nas quais os próprios grupos atingidos discutem publicamente a privação de direitos fundamentais. Essa situação é perceptível em eventos como o Festival Lixo e Cidadania, e outros²⁰, nos quais os catadores expõem os desrespeitos que sofrem.

Com a construção do galpão e posterior ligação da água a associação foi aos poucos se estruturando. Uma catadora conta que os primeiros carrinhos foram doados por um Padre e irmãs de caridade, a prensa foi doada pela Cáritas Brasileira e a balança pela Arquidiocese de Belo Horizonte.

A coordenadora da Pastoral de Rua relata que buscaram escolas próximas para os filhos dos catadores frequentarem e houve um esforço para conseguir moradias, já que a maioria deles não tinha casa. Uma ex-agente pastoral e um catador contam que, na época, algumas áreas em Belo Horizonte estavam em processo de ocupação. Alguns catadores conseguiram lotes nessas áreas e a Pastoral forneceu materiais de construção. Aos poucos e ao longo dos anos seguintes, foram conseguindo casas para todas as famílias.

No final de 1992, ainda houve outra conquista considerável. No mês de dezembro foi assinado um convênio de cooperação entre a Prefeitura, a Asmare e a Mitra Arquidiocesana²¹, que viabilizava a manutenção do galpão.

²⁰ Ao participar do 7º Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte em 2008, foi possível observar a falta do autorrespeito, quando os catadores manifestavam todos os desrespeitos sofridos e que ainda sofrem. Também em outros eventos como 1º Diálogos Negócios Inclusivos (São Paulo – 2009) e Seminário Reciclagem: metodologias sustentáveis para os resíduos e a inclusão social (São Paulo – 2010).

²¹ Figura jurídica da Arquidiocese de Belo Horizonte, que representa juridicamente a Pastoral de Rua.

É interessante notar nas narrativas dos catadores e dos atores de apoio envolvidos na construção da Asmare o quanto os primeiros anos da associação foram marcados por mobilizações e reivindicações. A ênfase de que cada conquista daqueles anos foi marcada por muita “*luta*” como dizem os catadores, ou como ressalta uma ex-agente pastoral “*cada coisa ali tem um significado e foi fruto de muita luta dos catadores*”.

As reivindicações desse período eram principalmente pelo exercício de direitos, como o direito ao trabalho, de ir e vir, de acesso à alimentação, moradia, dentre outros e, por sua vez, para mudanças nas interações cotidianas entre catadores e a população de Belo Horizonte, em uma luta para serem considerados indivíduos em pé de igualdade na interação com outros. Ao mesmo tempo, estava imbricada uma luta contra a degradação e a ofensa, assim como, contra a violação da integridade física, que geralmente ocorria nas “operações limpeza” realizadas pela SLU com apoio da polícia.

Além disso, é fundamental observar o papel da Igreja Católica em todo o processo, como nas mobilizações e na articulação de apoios. Muitas pessoas apoiaram os catadores em função de seus vínculos com a Igreja. Vale ressaltar novamente as concepções e a metodologia desenvolvida pelas Irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento e também a presença de um membro da Cáritas que trazia a experiência de atuação junto ao MST.

As irmãs beneditinas foram as primeiras a “enxergar” a dimensão do sofrimento vivido pelos catadores e a problematizar a relação que a sociedade e o poder público tinham com esse grupo. Nesse período, os sentidos atribuídos ao catador e ao trabalho que desempenham eram associados à mendicância, à delinquência, à sujeira, e à perturbação da limpeza urbana, tanto pelo poder público municipal quanto pela população de Belo Horizonte. As ações do poder público eram de repressão, com a realização de inúmeras “operações limpeza”. Dias (2002), ao analisar os documentos da SLU, do período de 1979 a 1992, aponta que as expressões mais usadas referindo-se aos catadores eram “perigo”, “ação criminosa”, “sujeira”, “atrapalha a limpeza”, “ação predatória” e “mendigos”.

Buscando contrapor esses sentidos, a Pastoral de Rua atribuía aos catadores e ao trabalho de catação novos significados, ressaltando o valor da vida humana, a situação de pobreza, a exploração e a violência a que estavam submetidos, enfim, a injustiça social presente nessa dinâmica. Os considerando como trabalhadores, cujo trabalho contribuía para a sociedade, para a limpeza urbana e para preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar que esses sentidos em construção faziam parte de um contexto maior. O final da década de 1980 foi marcado pela redemocratização do país, pela construção da “Constituição Cidadã”, em 1988, em um período de mudanças significativas na conjuntura

política e social do país. Por sua vez, no início da década de 1990, a questão ambiental ganhava maior repercussão pública, principalmente com a realização da Eco-92 no Brasil. A partir dessa conferência a reciclagem começou a ser bastante difundida no país (PORTILHO, 2005). Para Honneth (2003), o entorno político e cultural é fundamental para que as experiências de desrespeitos se tornem a base direcionadora de formas de resistência política.

4.2. De “inimigos da limpeza urbana” a “agentes prioritários” do programa de coleta seletiva: o início de uma nova relação com o Poder Público Local (1993 - 1998)

O pessoal queria que a gente limpasse a cidade, a ideia que a gente tinha, que passava, era que as pessoas queriam que a gente pegasse aquele bando de resíduos sólidos, materiais e “humanos” coletasse, compactasse e levasse tudo pro aterro sanitário. (Ex-coordenadora do programa de coleta seletiva)

Nas eleições municipais de 1992, a coligação Frente BH Popular, liderada pelo PT com o candidato Patrus Ananias, foi vitoriosa. Nessa gestão teve início um novo trabalho quanto à gestão de resíduos sólidos em Belo Horizonte. O cargo de Superintendente da SLU foi ocupado pela engenheira sanitarista do CETEC que, assim como Patrus Ananias, já apoiava a Asmare. Ao assumir o cargo, a ex-superintendente conta que iniciou o processo de construção do programa de coleta seletiva, em um trabalho conjunto com a Pastoral de Rua, Cáritas e Asmare.

Uma ex-analista de mobilização social, que trabalhou de 1993 a 2002 na SLU, conta que o processo foi muito participativo com a criação de grupos de trabalho com técnicos da SLU, membros da Pastoral de Rua, da Cáritas e da Asmare. A ex-analista enfatiza que tudo era decidido conjuntamente buscando decisões consensuais. Já uma ex-coordenadora do programa de coleta seletiva destaca algumas dificuldades do processo, como exemplo relata que um dos componentes das organizações de apoio aos catadores foi convidado a se retirar dos grupos de trabalho, em função do constante embate e conflito.

A partir das reuniões e discussões conjuntas, por meio dos grupos de trabalho, estruturaram o programa de coleta seletiva²². Definiram que a coleta seletiva seria ponto a ponto, ou seja, por meio de Locais de Entrega Voluntária (LEVs), nos quais a população colocaria os materiais recicláveis já separados em casa. E os catadores realizariam a coleta com seus carrinhos de tração humana. Foi executado o convênio entre a Prefeitura, a Asmare e a Pastoral de Rua e adicionado um termo aditivo, que ampliava o escopo de atuação da prefeitura e reconhecia formalmente a Asmare como parceira prioritária do programa de coleta seletiva de Belo Horizonte. As atribuições do poder público consistiam em criar as condições necessárias para o funcionamento da associação, como prover toda a estrutura logística e operacional de suporte ao trabalho dos catadores, com galpões de triagem e implantação dos LEVs, assessorar no processo de capacitação dos catadores por meio da SLU e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), e repassar recursos financeiros mensais para manutenção das instalações, bem como para fornecimento de uniformes, de equipamentos de segurança individual e de vales-transporte para os catadores. Também coube a prefeitura divulgar para a população a coleta seletiva e mostrar a importância do trabalho da Asmare, ressaltando os benefícios ambientais, sociais e econômicos. À Pastoral de Rua cabia a responsabilidade pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Asmare, apoiando os catadores em seu trabalho e organização. À Asmare, por sua vez, cabia a realização da coleta de recicláveis, cuidar do galpão, cadastrar e identificar os associados, ampliar a associação e zelar pelo bom andamento de todo o trabalho.

Vale ressaltar que o convênio, com o respectivo repasse de recursos à Asmare foi estabelecido no âmbito na SMDS, ao qual se mantém até hoje, na atual Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS). Conforme as narrativas de uma ex-analista de mobilização social e de um catador, que atualmente é liderança nacional do MNCR, o convênio ficou na SMDS por questões jurídicas, uma vez que, na época, a SLU não podia estabelecer esse convênio. É importante apontar que nesse período a SMDS passou a ter como um de seus programas básicos, o Programa da População de Rua, em um trabalho articulado com a Pastoral de Rua, e no convênio ficou estabelecido que seriam encaminhados à Asmare ex-moradores de rua, via SMDS, como forma de inserção profissional, relação a qual se mantém até hoje. No entanto, atualmente o Programa de População de Rua não é o principal da SMAAS, conforme aponta a analista de políticas públicas dessa secretaria.

²² Para mais detalhes quanto à estrutura do programa de coleta seletiva de Belo Horizonte e a relação entre poder público e a Asmare, nesse período, consultar Dias (2002).

Já o ex-membro da Cáritas, a analista de políticas públicas da SMAAS e uma das atuais coordenadoras do programa de coleta seletiva apontam que a manutenção do convênio na SMASS foi o que possibilitou sua continuidade ao longo dos anos, pois, segundo os mesmos, se estivesse no âmbito da SLU talvez já tivesse sido encerrado. Por outro lado, um catador da Asmare, atualmente liderança do MNCR, ressalta que o reconhecimento dos catadores pelo poder público local é retratado como um trabalho de assistência social. Destaca que uma das lutas do MNCR é pelo pagamento dos serviços prestados pelos catadores por parte dos municípios, por meio de contratos de prestação de serviços, como permite a Lei Nacional de Saneamento Básico nº 11.445/07.

Como parte da estruturação do programa de coleta seletiva, a ex-superintendente narra que as “operações limpeza” e a fiscalização foram retiradas e teve início uma nova abordagem junto aos catadores. Conta que contrataram psicólogos, sociólogos e pedagogos para estruturar equipes multidisciplinares de abordagem aos catadores, em um trabalho conjunto com a Pastoral de Rua. Esses profissionais compunham a Assessoria de Mobilização Social (AMS)²³ da SLU, que foi criada especialmente para a construção do programa de coleta seletiva e para o desenvolvimento de novas ações em termos da política de limpeza urbana, como a sensibilização e a educação ambiental junto à população.

Uma das primeiras ações da equipe da AMS e da Pastoral de Rua foi o cadastramento dos catadores existentes na cidade e dos principais locais de agrupamento. A ex-superintendente relata que identificaram 49 pontos de concentração de catadores e de acúmulo de materiais recicláveis na região central. Conta que o prefeito estabeleceu um prazo para a SLU resolver a situação, uma vez que a concentração de catadores, realizando triagem de materiais na região central da cidade, era alvo de constantes reclamações da população e de críticas da mídia local. Como também reforça uma ex-coordenadora do programa de coleta seletiva, ao lembrar das inúmeras ligações de reclamação que a SLU recebia diariamente. A ex-coordenadora também relata o nível de rejeição da população em relação aos catadores:

[...] o pessoal queria que a gente limpasse a cidade, a ideia que a gente tinha, que passava, era que as pessoas queriam que a gente pegasse aquele bando de resíduos sólidos, materiais e humanos coletasse, compactasse e levasse tudo pro aterro sanitário. A impressão, eu falo, que é a melhor, a forma como eu traduzo o sentimento que a gente tinha. As pessoas, ‘olha essa cidade tá imunda, aqueles catadores’, quer dizer eles reclamavam dos catadores tanto quanto do lixo, era uma dificuldade absurda isso daí. Então, paralelamente, com a limpeza da cidade, que era tirar o processo de catação das ruas, e isso era um problema grave também pro prefeito. (Ex-coordenadora do programa de coleta seletiva)

²³ Para mais detalhes quanto à atuação da Assessoria de Mobilização Social consultar Dias (2002)

Nessa fala, assim como em outras, é possível perceber a ausência de relações de respeito (HONNETH, 2003; SENNETT, 2004) e a percepção daquele contexto e da situação dos catadores como “refugo humano”, ou seja, considerados indivíduos redundantes, dispensáveis, que compartilham o universo semântico de “rejeitos”, “restos”, “lixo” (BAUMAN, 2005) e, por sua vez, literalmente sobrevivendo do lixo, vivendo em meio ao lixo e “confundidos” com o lixo, em uma situação, na qual a metáfora de Bauman (2005) em certa medida se encaixa de forma interessante. Embora, os catadores não sejam de modo algum dispensáveis nas diferentes cadeias produtivas da reciclagem²⁴, uma vez que são a base de sustentação de quase todas as cadeias (BOSI, 2008). Essa fala também demonstra a constante tensão entre desrespeito e reconhecimento (HONNETH, 2003). Tensão esta dialética e constitutiva do conflito social em que se inserem os catadores.

A abordagem de rua junto aos catadores realizada pela Pastoral de Rua e a equipe da SLU continuava, mas era um processo gradual de aproximação e convencimento que demandava tempo. A ex-superintendente narra que em uma reunião com essa equipe, estabeleceu um prazo para levarem os catadores para o galpão, que alugaram e reformaram. No entanto, passado o prazo estabelecido, ainda não tinham os convencido a irem para o galpão e pediam mais tempo. Conta que deu mais dois meses, mas passado esse período, os catadores ainda não aceitavam, uma vez que desconfiavam e não queriam sair das ruas. Ela destaca que fizeram uma ação meio radical, que a Pastoral de Rua e a equipe de psicólogos e sociólogos da SLU foram contra. Recolheram todos os materiais dos catadores e levaram para o galpão, os informando que seria o novo local de trabalho deles. Os catadores foram levados para o galpão da Rua Curitiba, em julho de 1994. Com essa ação foram retirados 46 pontos de triagem nas ruas, fornecendo espaço de trabalho para 85 catadores, que se tornaram associados da Asmare (DIAS, 2002).

A ex-superintendente destaca que foi um período muito tenso e que a ação foi muito criticada pela Pastoral, que considerou um atropelo ao processo de educação popular. Vale ressaltar, que nas narrativas dos membros da Pastoral e da Cáritas não foi mencionada essa situação de conflito, ou qualquer divergência quando retratavam esse período. Pelo contrário, enfatizam como a melhor época e de avanços consideráveis.

Por outro lado, a ex-superintendente também relata as diversas dificuldades que tiveram na organização dos catadores no galpão da Rua Curitiba. Foram muitos os problemas em função do alcoolismo, do uso de drogas, com casos de agressão física extrema entre eles,

²⁴ Cada tipo de material possui uma cadeia produtiva específica como o papel, o papelão, o alumínio e os diferentes tipos de plástico.

levando a hospitalização de catadores, depredação do galpão, dentre outras situações. A ex-agente pastoral e a ex-coordenadora do programa de coleta seletiva também contam esses problemas ocorridos. É possível notar nas narrativas que os catadores desse galpão não se identificavam com a associação, uma vez que o processo de organização foi forçado. Diferentemente dos catadores do galpão-sede da Asmare, que passaram por um processo diferente por meio do trabalho de apoio desenvolvido pela Pastoral de Rua durante anos.

O galpão-sede da Asmare e o galpão da Rua Curitiba tinham estrutura de trabalho, com divisões para triagem, balança, prensa, banheiros e refeitórios. E contavam com uma equipe de acompanhamento da Pastoral de Rua, da SLU e da SMDS. Além de terem sido contratados administrador, contador e auxiliares administrativos para gestão administrativa da associação, por meio do convênio estabelecido entre PBH, Pastoral de Rua e Asmare.

No âmbito desse convênio, uma das atribuições da prefeitura era a realização de capacitações com os associados da Asmare. A ex-superintendente conta que realizavam um conjunto de capacitações abarcando várias questões desde direitos humanos até doenças sexualmente transmissíveis. Uma catadora relata que aprendeu muito e que todo novo associado passava por capacitações antes de ingressar na Asmare. Alguns elementos, em especial, foram ressaltados nas narrativas dos catadores quanto às capacitações, como a noção de cidadania e a questão ambiental. Um catador, atualmente liderança do MNCR, destaca que a noção de direitos era algo muito distante da realidade que vivia:

A gente tinha perdido tudo, ou seja, perdeu a cidadania. Nós não tínhamos nenhuma referência, né? Eu tava na rua, quando falava na capacitação pra mim, por exemplo, o quê que era cidadão, eu falava que era o cara que morava aqui atrás na Savassi, morava na zona sul. Então, a gente foi entendendo o que seria ser isso, né, um cidadão. Então, a partir daí sim, falamos: 'não, eu sou, eu sou, e eu tenho os meus deveres, mas também sei claro quais são os meus direitos'. E a partir daí a gente vai retomando, né, o controle da sua própria vida, nesse sentido. E aí a gente, através dessas capacitações que trabalham esse contexto social, esse resgate do vínculo familiar que muitos tinham perdido né, porque tinha a questão dos vícios, né, isso não quer dizer que acabou tudo, tem muitas pessoas ainda que tem esse problema. (Catador da Asmare, atualmente liderança do MNCR)

Nesse trecho, a partir da referência às capacitações também é possível observar a falta do autorrespeito em face dos desrespeitos enfrentados cotidianamente (HONNETH, 2003). Outro elemento presente nessa fala refere-se à primeira esfera do reconhecimento, a dedicação emotiva, ao ser apontado “*esse resgate do vínculo familiar que muitos tinham perdido né*”. A perda dos vínculos familiares e a agressão física faziam parte do cotidiano de muitos catadores, o que comprometia o desenvolvimento da autoconfiança (HONNETH, 2003).

A importância ecológica do trabalho que realizam foi outro aspecto ressaltado nas narrativas de todos os catadores entrevistados, que apontam esse aprendizado com as capacitações. Como pode ser observado na fala abaixo.

Ninguém ligava pro meio ambiente, esse negócio do reciclável ninguém sabia, não tinha essa importância, cê não via falar disso [...] há 20 anos atrás, vamos dizer assim, cê num via essa divulgação de material reciclável como hoje não, cê não ouvia falar não, eu nem via falar o que era material reciclável, nem sabia o que era isso. (Catador da Asmare)

Esse novo significado atribuído ao lixo, que passa a ser reciclável, a partir de um processo de ressemantização (CARMO, 2008), torna-se um argumento para reforçar a importância do trabalho dos catadores. No entanto, vale ressaltar que a política de apoio desenvolvida pelo poder público não decorreu necessariamente da ressemantização do lixo, uma vez que a dinâmica de luta dos catadores, estimulada e construída a partir do trabalho da Pastoral de Rua foi a base para a reivindicação de uma política de apoio ao trabalho desse grupo, como detalhado anteriormente.

Nas narrativas dos catadores entrevistados também foram apontadas mudanças na forma de se relacionar com os outros, como destaca uma catadora “*eu aprendi muita coisa aqui, tá? Eu vim pra cá eu era feito uma égua de madrinha, eu era brigadeira, gostava d’uma briga, hoje não. Aprendi a conviver com os outros, antes eu era feito uma égua dando coice, hoje não.*” É interessante observar nessa fala a mudança na forma de interagir com os outros, sendo construídas novas relações cotidianas entre o grupo e nas interações com diversas outras pessoas.

Outras ações desenvolvidas nesse período, ressaltadas pela ex-superintendente foram a contratação de estagiários para dar reforço escolar e desenvolver atividades pedagógicas com os filhos dos catadores e a criação de oficinas. Uma ex-agente pastoral e quatro catadores também destacaram as oficinas que foram criadas em 1995, como a de costura, de papel artesanal, de objetos de materiais recicláveis e a marcenaria. A última é uma oficina escola para os filhos dos catadores, onde são construídos os carrinhos utilizados pelos catadores e os contêineres para armazenamento de recicláveis, além de outros objetos. Nesse mesmo ano foram realizadas melhorias na infra-estrutura operacional do galpão-sede da Asmare, e, em 1996, foi alugado mais um galpão, localizado na Rua Itambé, Bairro Floresta.

Paralelamente, e como parte desse conjunto de ações, era desenvolvido um trabalho pela AMS de sensibilização da população quanto à coleta seletiva, o trabalho do catador e a limpeza urbana como um todo. Uma ex-coordenadora do programa de coleta seletiva conta

que o trabalho de mobilização social buscava mudar o imaginário da cidade quanto ao catador e aos problemas do lixo. Ela destaca que tinham um grupo de teatro que realizava diversas atividades utilizando a arte para mobilizar a população, em variados locais como escolas, praças, ruas e demais espaços públicos. A ex-coordenadora conta que realizavam ações como a “SLU fora do ar”, na qual ruas que chegavam a ser varridas até 20 vezes ao dia, ficavam um dia inteiro sem serem limpas e o grupo de teatro realizava atividades lúdicas de educação ambiental nessas ruas durante tais ações. Ela ressalta ainda que as ações de mobilização social ganhavam repercussão pública em toda a cidade, porque a mídia local quase sempre acompanhava tais atividades da SLU.

Dentre as atividades de mobilização social, o grande destaque em quase todas as narrativas, inclusive da ex-coordenadora, é o Carnaval dos Catadores, iniciado em 1994. O desfile dos catadores ocorria depois da apresentação da tradicional Banda Mole de Belo Horizonte, o figurino era todo feito de materiais recicláveis. A ex-superintendente conta que fizeram um contrato com uma designer para construção do bloco. Participavam do desfile, os catadores da Asmare, funcionários da SLU e simpatizantes. A ex-superintendente destaca que o Carnaval dos Catadores virou manchete nos jornais. Alguns catadores lembram com saudades os tempos do Carnaval, que atualmente não é mais realizado (o último desfile ocorreu em 2006).

O Carnaval dos Catadores pode ser entendido como um mecanismo simbólico de valorização social do trabalho desenvolvido pelos catadores, associado à questão ambiental, e ao mesmo tempo do valor social daqueles indivíduos. Seria uma forma de apontar a importância negligenciada das propriedades e capacidades apresentadas pelos catadores dado os desrespeitos e à falta de consideração a esse grupo nas práticas e relações sociais cotidianas (HONNETH, 2003).

Havia uma argumentação em torno da importância de apoiar a atividade realizada pelos catadores, não só na dimensão social, com a geração de trabalho e renda, mas também quanto às dimensões ecológica e econômica. Era ressaltada a importância dos catadores na promoção da reciclagem que, por sua vez, contribui para reduzir a contaminação de solos e rios e aumenta a vida útil dos aterros sanitários que é um dos grandes problemas urbanos, devido à falta de espaço e ao alto preço para destinação dos resíduos sólidos. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva narra que foi feita uma estimativa da quantidade de papel recolhida pelos catadores, inclusive daqueles que trabalhavam para depósitos. Conta que chegaram a um número considerável de toneladas/dia que deixava de ir para o aterro, o

que segundo ela representava uma economia para os cofres públicos em termos de coleta e tratamento de lixo, e isso fornecia mais um argumento para apoiá-los.

A ex-coordenadora também conta que na época não era realizado um trabalho junto aos depósitos, uma vez que era algo muito contestado pelos membros da Pastoral e da Cáritas, que consideravam os depósitos “inimigos” dos catadores e do processo em construção.

Vale ressaltar que, além da coleta seletiva por meio dos LEV’s, outra ação desenvolvida pela SLU foi junto aos grandes geradores, como narram a ex-superintendente e a ex-coordenadora da coleta seletiva. A ex-superintendente destaca que fizeram um trabalho de mobilização e articulação com grandes geradores para repasse de recicláveis para a Asmare. Chegaram a conseguir 62 doadores de materiais. Mas a ex-coordenadora destaca que nem sempre era fácil, pois havia casos, como as gráficas, que os depósitos já recolhiam o material. Nesse período, e ao longo dos anos seguintes, a Asmare conseguiu várias doações de materiais, estabelecendo acordos para recolhimento de materiais nos grandes geradores, como shoppings, indústrias, bancos, comércios, dentre outros²⁵. Uma catadora, de 65 anos, que busca materiais com seu carrinho todos os dias, conta que tem dois pontos de coleta de materiais em comércios do centro da cidade há quase vinte anos.

Ao longo desses anos, a Asmare foi se estruturando e crescendo. O número de associados em 1993 era 31, passando para 156 em 1994, 183 em 1995 e 210 em 1997 (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). Uma ex-analista de mobilização social narra que, nesse período, o grau de integração com o poder público era tão grande que a Pastoral de Rua teve a ideia de criar uma gestão colegiada da Asmare, na qual participavam agentes da Pastoral, da Cáritas, membros da SLU e da SMDS para contribuir na gestão técnico-operacional da associação. Essa relação se manteve na gestão seguinte da Prefeitura de Belo Horizonte.

Nas eleições de 1996 venceu Célio de Castro (PSB) que era vice-prefeito na gestão anterior. A nova gestão deu continuidade à política desenvolvida na SLU, incluindo o programa de coleta seletiva. As narrativas dos catadores, dos membros do poder público e da equipe da Pastoral e Cáritas ressaltam a continuidade do trabalho.

Uma ex-analista de mobilização social conta que, na gestão Célio de Castro (1997-2000), o cargo de superintendente da SLU foi ocupado por outra pessoa, em função de questões políticas ligadas a barganhas entre partidos coligados. Mas o prefeito impôs a condição de que toda equipe da SLU continuasse apesar da troca da superintendente e, assim, foi feito. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva também narra que foi realizado

²⁵ Para mais detalhes quanto às relações da Asmare com o setor privado, ver Cardoso (2003).

concurso público para alguns cargos. A manutenção da equipe, incluindo cargos efetivos e de confiança, contribuiu para continuidade do trabalho desenvolvido. A ex-analista de mobilização social também ressalta que, embora não tenham ocorrido mais investimentos, houve continuidade de tudo o que foi feito.

Nesse período, em âmbito nacional a questão dos catadores começava a ganhar repercussão pública, principalmente com a criação do FNLC, em 1998. A ex-superintendente de limpeza urbana na gestão Patrus Ananias (1993-1996) foi uma das criadoras do Fórum e do Programa Nacional Lixo e Cidadania como oficial de projetos do UNICEF. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva da mesma gestão também foi trabalhar no Programa Nacional Lixo e Cidadania.

De modo geral, esses são os principais aspectos abordados nas narrativas, retratando esse período. É importante notar que em todas as narrativas é enfatizada uma transformação, a partir da gestão petista de Patrus Ananias (1993-1996): a passagem de um estado, no qual os catadores eram vistos como marginais e “inimigos da limpeza urbana” para outro, no qual passam a ser considerados trabalhadores e “agentes prioritários” do programa de coleta seletiva.

Outro aspecto fundamental perceptível nas narrativas foram os sentidos que conduziram a construção do programa de coleta seletiva e que, simultaneamente, eram reforçados e reconstruídos. A Pastoral de Rua, como base e estimuladora da organização dos catadores, buscava construir novos sentidos em torno do catador e do seu trabalho, enfatizando a injustiça social e a função ecológica do trabalho que desempenham. Esses mesmos sentidos presentes na dinâmica de organização dos catadores estão presentes nas narrativas em torno das ações de construção do programa de coleta seletiva. Em certa medida porque pessoas que antes apoiavam os catadores passaram a ocupar cargos importantes no Poder Executivo local, como o prefeito e, principalmente, a superintendente de limpeza urbana. Mas também pelo fato de a construção do programa de coleta seletiva, ter sido um processo participativo e conjunto, entre poder público, Pastoral de Rua, Cáritas e Asmare. Essa gestão municipal parece que foi caracterizada pela abertura à sociedade civil e pela construção de projetos voltados para grupos sociais marginalizados. Soma-se a esses elementos, a repercussão pública da questão ambiental, especialmente com a realização da Eco-92, no Brasil no ano de 1992.

Por outro lado, os sentidos que nortearam a elaboração do programa de coleta seletiva eram reforçados, em um contínuo processo de construção e reconstrução, com implicações também na dinâmica de organização dos catadores. Ao formalizar o catador como agente

prioritário da coleta seletiva, reforçava-se que não se tratavam de mendigos, nem de marginais, mas de trabalhadores em condições precárias. As ações de mobilização social e educação ambiental empreendidas, com destaque para o Carnaval dos Catadores, buscavam mudar o imaginário social da cidade em torno do catador e do seu trabalho, e da limpeza urbana como um todo. Nesse processo, também reforçava-se no cotidiano dos catadores novos significados em torno de suas condições sociais e do seu trabalho, o que fortalecia a luta do grupo.

4.3. Desdobramentos políticos e sociais: disseminação da experiência e a construção de novos espaços de articulação política (1999-2004)

*E aí foi se percebendo que a Asmare não poderia ficar isolada aqui em Belo Horizonte.
(Coordenadora da Pastoral de Rua)*

A partir de 1999, surgiu uma demanda junto à Pastoral de Rua e à Asmare para disseminação da experiência de organização de catadores para outros municípios. Uma ex-agente pastoral narra que essa demanda começou principalmente a partir do Programa Nacional Lixo e Cidadania, com a campanha “Crianças no Lixão Nunca Mais”. Ela conta que, na época, quem realizava esse trabalho de apoio à organização de catadores eram os técnicos da Pastoral que trabalhavam dentro da Asmare. Os agentes pastorais ajudavam na gestão da associação e realizavam atividades de capacitação junto aos catadores. Ela relata que começaram a discutir a possibilidade de realizarem esse trabalho, mas achavam complicado porque a Pastoral de Rua atuava no âmbito de Belo Horizonte e não possuía figura jurídica que permitisse uma atuação mais ampla. A ex-agente pastoral narra que em conversa com o arcebispo da arquidiocese, ele os aconselhou a criarem uma nova organização para terem mais autonomia.

O ex-membro da Cáritas também conta sobre o conselho do arcebispo, que os alertava para o fato de que com a chegada de um novo arcebispo, que estava próxima, havia o risco da atuação da Pastoral ser vetada. O ex-membro da Cáritas relata que as arquidioceses às vezes passam por grandes transformações com a chegada de um novo arcebispo. Por exemplo, pode ocorrer o encerramento de toda uma atuação social desenvolvida por Pastorais. É interessante

notar como as dinâmicas internas da Igreja Católica, interferem na atuação junto a grupos sociais marginalizados. Ou seja, uma mudança de concepção dentro da Igreja pode alterar significativamente os rumos de trabalhos já desenvolvidos.

Assim, em 2001, criaram o INSEA e os agentes pastorais que trabalhavam dentro da Asmare foram saindo aos poucos da associação. Em 2002, a Asmare passou a ser gerida pelos próprios catadores, mas contando com funcionários administrativos, pagos pelo convênio estabelecido com a prefeitura.

As primeiras ações de disseminação ocorreram em 1999, ainda pela Pastoral de Rua em conjunto com a Asmare. Realizou-se um trabalho piloto de consultoria, no âmbito do Programa Nacional Lixo e Cidadania, nos municípios de Brumadinho e Ibirité, que são da região metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo era erradicar o trabalho infantil nos lixões desses municípios. Em 2000 a atuação da consultoria já havia sido ampliada para 14 cidades de Minas Gerais e para 33 no final de 2001, mas já via INSEA.

A ex-agente Pastoral narra que encaminharam projetos de disseminação da experiência para algumas organizações internacionais como a Misereor²⁶ e a InterAmerican Foundation²⁷ (IAF) para obtenção de financiamento. Ela conta que a equipe da Pastoral de Rua achava de fundamental importância espalhar essa experiência para outros municípios em busca de fortalecer os catadores no estado. Além disso, ela destaca que abria possibilidades de articulação de associações para realizarem comercialização conjunta direto para as indústrias. Relata que já havia discussões de que os catadores da Asmare não podiam ficar apenas no processo de coleta e triagem, que era necessário diversificar as atividades e pensar em alternativas de melhoria de renda.

A coordenadora da Pastoral narra que foram percebendo que a Asmare não poderia ficar isolada em Belo Horizonte e começaram um trabalho de fortalecimento de organizações de catadores no estado e também no país. Ela considera a contribuição da Asmare importante nesse processo. Por ser um grupo maior conseguiram levar essa experiência de organização para outros lugares. A coordenadora conta que a Pastoral de Rua buscou evidenciar que a situação de precariedade e miséria, na qual os catadores estão submetidos, não era apenas nas ruas, mas também em lixões em todo o país.

²⁶ Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha que, há mais de 50 anos, está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. Mais informações: <http://www.misereor.org/>.

²⁷ A IAF é um órgão independente do governo dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não-governamentais e de base comunitária da América Latina e Caribe. Mais informações: http://www.iaf.gov/index/index_po.asp.

Nesse período, a Asmare era referência para o estado de Minas Gerais e ganhava repercussão nacional e internacional. Vale ressaltar, os diversos prêmios e homenagens que a Asmare e o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte receberam, como: Comenda de Mérito Ambiental concedida à Asmare pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 1997; Prêmio Cláudia “Mulher do Ano”, no qual uma catadora liderança foi uma das cinco finalistas, em 1999; Prêmio UNESCO recebido pela Asmare, em 1999, categoria Ciência e Meio Ambiente; Título “Construtor do Progresso”, categoria dignidade profissional, concedido a uma catadora liderança, pela FIEMG, em 2000; Prêmio concedido, em 2000, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pelo International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), um órgão consultivo da ONU, na categoria Gerenciamento de Resíduos Sólidos, dentre outros (DIAS, 2002).

Esses prêmios tornaram-se uma forma de reforçar a importância do trabalho desenvolvido em Belo Horizonte e ao mesmo tempo reforçavam os sentidos em torno do valor social dos catadores e do trabalho desempenhado por esse grupo. Isto pode ser entendido como uma contribuição para que os catadores não sejam desvalorizados a priori em suas interações. Os prêmios têm um valor simbólico significativo, interferindo no cotidiano dos catadores, como narra uma catadora da Asmare:

Agora a gente pode chegar nas lojas e comprar. Hoje a gente é reconhecido: ‘Ah, cê trabalha na Asmare’, ‘Ah, já vi vocês na televisão’, ‘já vi vocês desfilando no carnaval de vocês’, ‘já vi entrevista da sua irmã que foi na ONU nos EUA, recebeu o prêmio de mulher do ano na revista Cláudia’. Aí foi todo mundo reconhecendo a gente como trabalhador, foi da onde a gente pode comprar nas lojas. Antes a gente não podia comprar nas lojas, né?. Pode fazer cartão de banco, coisa que a nós não tinha, farmácia... Então, foi reconhecendo e agora nós tamo reconhecidos agora como trabalhador, mas antigamente nós era discriminado, a população não reconhecia isso como um trabalho (Catadora fundadora da Asmare).

Essa fala é muito rica de significados. Um deles é a importância simbólica desses prêmios no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos catadores, interferindo no cotidiano e ao mesmo tempo mostrando as tensões entre os desrespeitos enfrentados e o reconhecimento social (HONNETH, 2003). Outro aspecto interessante foi destacar o “*poder chegar nas lojas e comprar*”, que também foi ressaltado nas narrativas de outros catadores entrevistados. Anteriormente não era permitida a entrada de catadores em diversos estabelecimentos comerciais como os citados pela catadora. Mesmo quando tinham dinheiro e queriam comprar, por exemplo, comida em alguma lanchonete no centro da cidade, os estabelecimentos se recusavam a vender, tão elevada era a discriminação e os desrespeitos.

Assim, o “poder entrar nas lojas e comprar” tem um significado maior para os catadores do que simplesmente consumir.

A irmã dela, que recebeu essas duas homenagens citadas em sua narrativa, relatou em uma conversa espontânea que, antes na escola, o filho dela era filho de uma “mulher que catava lixo” e depois que ela foi à ONU, virou o filho da “mulher que foi à ONU”. Ao relatar isso na conversa, ela indagou logo em seguida “por que eu tive que ir para a ONU para ser considerada?”. Essa fala é muito interessante à medida que questiona a negação de reconhecimento social (HONNETH, 2003).

Nesse período, também teve início o processo de formação do MNCR. A coordenadora da Pastoral conta que por meio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, do qual faz parte, articularam inicialmente grupos de Minas Gerais, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Ela relata que começaram com reuniões restritas, depois foram ampliando, fazendo diversos encontros até que em 1999, realizaram o 1º Encontro Nacional de Catadores em Belo Horizonte, no qual já se planejou a realização do 1º Congresso Nacional de Catadores em Brasília. A coordenadora narra que a constituição do movimento nacional, em 2001, foi o ápice à medida que:

Ao perceber que eles não são sozinhos, que essa realidade não é exclusiva de Belo Horizonte, nem de Minas, que isso está no Brasil é que pode fortalecer a sua luta. Isso foi abrindo, né, também o encontro com outros movimentos sociais, que vão percebendo. Acho que é essa pedagogia, esse trabalho que vai mostrando, né, e o resultado de acreditar no protagonismo, eu acho que acreditar que eles são capazes e que eles vão além. (Coordenadora da Pastoral de Rua)

É interessante notar nessa fala alguns aspectos da metodologia usada no processo de organização dos catadores da Asmare e sua relação com o movimento nacional, como: “ao perceber que eles não são sozinhos, que essa realidade não é exclusiva de Belo Horizonte” e “acreditar no protagonismo”. Essa pedagogia pode ser entendida como uma forma de tentar mostrar para os catadores que os desrespeitos que eles sofrem individualmente, atingem muitos outros (HONNETH, 2003).

Outro espaço de articulação política construído foi o Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais (FELC-MG)²⁸, em 2000. O fórum foi criado por membros da Pastoral de Rua, Cáritas, pessoas que apoiaram os catadores desde a formação da Asmare e por

²⁸ Para mais informações quanto ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania de MG, consultar Dias (2009).

organizações que foram se aproximando da temática²⁹. Uma das principais iniciativas do FELC-MG foi a elaboração do projeto de lei de aposentadoria diferenciada para catadores. A aposentadoria para os catadores atualmente é uma das reivindicações do MNCR.

Em busca de ampliar a atuação da Asmare, em 2001, foi criado o Reciclo Espaço Cultural, um bar que realizava shows de samba, palestras e outras atividades culturais, no qual eram inseridos profissionalmente ex-moradores de rua. Uma ex-agente pastoral conta que a ideia desse bar era propiciar um espaço de diálogo com a sociedade, realizar atividades culturais, divulgar a importância da reciclagem e do trabalho dos catadores, além de gerar trabalho para ex-moradores de rua. No espaço também eram vendidos objetos de materiais recicláveis produzidos nas oficinas da Asmare. Ela conta que a ideia de criar esse espaço veio há alguns anos atrás, quando realizavam um evento chamado “Casa Ecoar”, no qual durante um fim de semana, abriam uma casa com uma série de peças confeccionadas a partir do lixo.

O Reciclo, assim como o Carnaval dos Catadores, pode ser entendido como um mecanismo simbólico de valorização social dos catadores e do trabalho que desempenham (HONNETH, 2003). Porém, em 2009, o espaço foi fechado em função de redução da quantidade de clientes e de dificuldades financeiras.

Nas justificativas dadas em torno desse acontecimento, uma catadora aponta que “*o Reciclo fechou porque do mesmo jeito que a gente trabalha com público, a gente trabalha com população de rua, né, que não tá preparada pro mercado. A gente apostou no Reciclo aí as pessoas não estão preparadas para o mercado*”. É interessante observar que é atribuída culpa à população de rua, pelo fechamento do bar. Já em uma conversa espontânea após a interrupção de uma entrevista, pode-se observar a desqualificação da população de rua, por parte de outro catador:

Catador: Eles tão dando casa pros maloqueiro tudo, maloqueiro modo de dizer, né? Porque na hora que passa a Copa esses trem, eles vende tudo, troca tudo a troco de cachaça e volta pra rua. A gente que precisa não pega esses trem.

Catadora: A Copa tá mexendo com todos os moradores de rua. As pessoas vão pra rua por várias situações, cada um tem uma situação.

Catador: Ou mais, um prédio desse pra pra população de rua, eu acho que já sabia que eles vai vendê. Quando que população de rua ia ser asseada pra morar num prédio?

²⁹ Atualmente integram o FELC-MG: Assembléia Legislativa do Estado de MG, por intermédio dos deputados André Quintão e Almir Paraka; Centro Universitário Izabela Hendrix; Comitê de Solidariedade e Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil; Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG); INSEA; Ministério do Trabalho e Emprego – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; MNCR-MG; Pastoral de Rua – Regional Leste II; PUC Minas; Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); UEMG; e UFMG/DESA.

Catadora: Pagar condomínio, água e luz, né?

Catador: Eles não gostam de limpeza.

Catadora: Mas tem muita gente que eu conheço que foi pra apartamento e tá bem.

Catador: Eu tô falando dos maloqueiros.

Catadora: Mas esses maloqueiros não vão pra apartamento agora não, eles vão pro centro de referência primeiro.

Catador: Mas eles já tão levando, já tão tudo no Barreiro e no Santa Maria. Por fora vai ficar bonito, mas por dentro eu te garanto que até essas ratazanas vai tê. O pessoalzinho porco!

Nessa conversa pode-se perceber a desqualificação do outro, para reafirmar o próprio valor. Como discute Souza (2009) a construção da autoestima, em alguma medida pelo menos, se dá, muitas vezes, em contraposição aos membros da mesma classe social, se diferenciando a partir do “estigma” da delinquência. Estigma que é aceito a partir de um consenso social inarticulado que impõe de forma arbitrária a noção de delinquência associada àqueles que compõem a ralé estrutural (SOUZA, 2009).

Além do Reciclo, outra ação em busca de fortalecer a Asmare foi o processo de formação de uma rede de comercialização conjunta e a criação de uma fábrica de processamento de plásticos. A partir de 2002, o INSEA e a Asmare começaram a realizar reuniões entre oito associações e cooperativas de catadores do estado de Minas Gerais em busca de formar uma rede. O objetivo era construir alternativas conjuntas para as dificuldades enfrentadas pelas associações e cooperativas, como melhorar o processo de comercialização e agregar valor aos recicláveis. A Asmare, representando a rede em construção, conseguiu apoio da IAF para realizar um estudo de viabilidade de implantação de uma unidade industrial de reciclagem de plástico na região metropolitana de Belo Horizonte. Com o estudo de viabilidade, posteriormente conseguiram doações de recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil (FBB), da Brasil Prev e do Ministério do Trabalho e Emprego³⁰ (MTE). A obtenção desses recursos ocorreu a partir de 2003, quando tiveram início as ações de apoio aos catadores do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores. Também conseguiram apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, que cedeu um terreno por comodato para a instalação da fábrica (Decreto Nº 11.929, de 24/01/2005).

Nesse período, também foi criado um espaço de encontro entre catadores de todo o país – o Festival Lixo e Cidadania – realizado anualmente em Belo Horizonte, desde 2002. O Festival tornou-se um espaço de diálogo do MNCR e de anúncio de conquistas nacionais, principalmente de ações do governo federal.

³⁰ A unidade de processamento de plásticos envolveu um investimento de cerca de R\$ 4,2 milhões.

Nas narrativas que retratam esse período é possível observar os novos sentidos em construção e reconstrução. O foco deixou de ser a organização interna da Asmare, como na fase anterior, e passou a ser o desenvolvimento de ações externas. Nessa linha pode-se destacar desde o Reciclo até ações que ultrapassam as fronteiras do município. Acompanhando as mudanças em âmbito nacional, principalmente iniciadas pelo FNLC, começou a atividade de disseminação da experiência para outros municípios de Minas Gerais. Simultaneamente, ganhava força a ideia de articulação dos catadores do país, culminando com a criação do MNCR que demandou esforços, assim como em outras regiões, de mobilização de catadores de várias cidades. Também ganhavam força ideias de criação de redes de comercialização conjunta e de agregar valor e avançar em algumas cadeias produtivas, configurando-se concretamente no projeto de construção de uma fábrica de beneficiamento de plásticos. Desse modo, a atuação da Pastoral de Rua e da Asmare passou a ter um novo foco de concentração de esforços para além do âmbito local. No entanto, nesse período começaram a ocorrer mudanças no âmbito local que afetaram a relação entre poder público e Asmare, como detalhado a seguir.

4.3.1. Mudanças no âmbito local e suas implicações na relação entre Poder Público e Asmare

No âmbito municipal, com as eleições de 2000, Célio de Castro (PSB) foi reeleito prefeito de Belo Horizonte. No entanto, em 2001, por motivos de saúde, o então prefeito se afastou do cargo e Fernando Pimentel (PT), seu vice, assumiu a prefeitura interinamente, em novembro do mesmo ano, mas permaneceu até o final do mandato em razão de problemas de saúde que levaram à aposentadoria de Célio de Castro.

Dentre as principais mudanças narradas nesse período destaca-se a reforma administrativa, implementada em 2001, visando à descentralização da Prefeitura de Belo Horizonte (Lei nº 1284 de 30/12/2000). Essa reforma trouxe grandes implicações para a SLU e, por sua vez, para o programa de coleta seletiva. A SLU deixou de ser autarquia e se tornou Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU) e foram criadas subsecretarias regionais. As narrativas das funcionárias da SLU, que trabalharam nesse período, convergem na percepção de que a reforma foi um equívoco, que provocou a desestruturação da SLU. Uma ex-analista de mobilização social narra que a SLU já funcionava de forma descentralizada,

sob o ponto de vista técnico-operacional. A autarquia possuía a unidade central, que coordenava e realizava o planejamento, e as divisões de limpeza, que executavam as atividades operacionais. A ex-analista relata que a reforma veio de cima para baixo, sem considerar a forma de funcionamento da superintendência e sem consultar ninguém. Destaca ainda que, com a reforma, foi reduzido o desempenho e a capacidade da SLU em termos de coordenação da política de gestão de resíduos sólidos.

Nesse período, houve grande insatisfação dos funcionários e muitos se desligaram do órgão. A ex-analista de mobilização social sintetiza a situação da SLU da seguinte forma: *“hoje a SLU vive de uma fama plantada nas duas gestões anteriores [Patrus Ananias (1993-1996) e Céllio de Castro (1997-2000)], assim, continua prestando um serviço, mas muito aquém do que fazia antes”*. Ela conta também que esse processo gerou um distanciamento da Asmare e alguns conflitos que afetaram o programa de coleta seletiva.

A atual chefe do Departamento de Programas Especiais da SLU e duas coordenadoras do programa de coleta seletiva contam que, em 2005, foi feita uma contra-reforma em uma tentativa de retornar ao formato anterior, mas que não adiantou, uma vez que a SLU já estava totalmente desestruturada. As entrevistadas ressaltam que os desafios cotidianos são imensos, uma vez que foi reduzida a capacidade de coordenação e controle da unidade central sob as regionais.

Nesse período, as relações entre poder público e Asmare começaram a enfraquecer, em comparação com o período anterior. Ao mesmo tempo, a SLU começou a ser procurada por outras associações e cooperativas de catadores, que foram surgindo em Belo Horizonte a partir de 2000. Uma assessora técnica da SLU conta que a Gerência de Desenvolvimento Econômico e Social da PBH, que hoje não mais existe, dentro de uma política de geração de trabalho e renda, estimulou a criação de cooperativas de trabalho em cada regional de Belo Horizonte³¹. Ela narra que estimularam a criação, principalmente de cooperativas de reciclagem, mas não comunicaram com a SLU. Destaca ainda que essa Gerência estimulou e forneceu apoio inicial para a formação dessas cooperativas, mas logo em seguida se eximiu de qualquer responsabilidade. De acordo com a assessora, esta foi uma ação totalmente desarticulada com o programa de coleta seletiva da SLU.

A atual chefe do Departamento de Programas Especiais da SLU conta que as novas associações e cooperativas começaram a procurar a SLU pedindo apoio para montar a estrutura de trabalho e materiais recicláveis do programa de coleta seletiva. Conta que fizeram

³¹ Esse processo ocorreu depois da Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte.

um esforço para conseguir resolver o problema, uma vez que a SLU passava por um momento difícil. A primeira cooperativa a apoiarem foi a da regional Barreiro, a Coopersoli. Ela narra que buscaram um local para instalação do galpão de triagem e recursos financeiros. Inicialmente, instalaram LEVs no Bairro Barreiro e buscaram apoio na Asmare, para que os membros da Coopersoli aprendessem a realizar a triagem de materiais. Posteriormente outras cooperativas e associações também foram pedir apoio à SLU.

Essas novas associações e cooperativas eram compostas de um público diferente da Asmare, predominando desempregados e grupos de mulheres, alguns ligados a associações de bairro e movimentos de luta por moradia. Uma assessora técnica da SLU relata que, além dessas organizações, uma das associações que procurou a SLU era formada por egressos da Asmare, que em função de um conflito interno formaram outra associação.

Nesse contexto, com a existência de mais associações e cooperativas, a SLU iniciou em 2002 a modalidade de coleta seletiva porta a porta, ou seja, a população separa os materiais em casa e semanalmente, em horário pré-determinado, os materiais são recolhidos. Essa modalidade começou, a princípio, na região do Barro Preto, da Savassi e da Avenida Silviano Brandão, pelos catadores com carrinhos motorizados que depois, por problemas técnicos e de manutenção, foram desativados. A partir de 2003, implementaram a coleta em mais alguns bairros, com a utilização de caminhões próprios da SLU (SLU, 2009).

No final de 2003, começaram as discussões e reuniões para a criação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte (FMLC-BH)³², que foi oficializado em 2004. Passaram a integrar o fórum, organizações ligadas à temática, membros do poder público local, e todas as associações e cooperativas de catadores do município, incluindo a Asmare³³.

A assessora técnica da SLU, atual responsável pela coordenação do FMLC-BH narra que a constituição do fórum deu relevância a essas outras associações e cooperativas que existem em Belo Horizonte. Mas destaca que a Asmare quase não participa das reuniões, apenas quando tem um interesse específico, uma vez que há um conflito, já que, para a Asmare, o fórum não representa os catadores históricos, mas grupos de desempregados. A

³² Para mais detalhes quanto ao Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte, consultar Dias (2009).

³³ Integram o fórum as seguintes associações e cooperativas: Asmare; Associação dos Recicladores de Belo Horizonte – Associrecycle (criada em 2001); Associação de Trabalhadores em Materiais Recicláveis da Pampulha – Astemarp (criada em 2002); Comunidade Associada para a Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha – Comarp (criada em 2004); Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de BH – Coopemar-Oeste (criada em 2001); Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região – Coopersoli Barreiro (criada em 2003); Cooperativa Solidária de Trabalhadores e Grupos Produtivos de Venda Nova – Coopersol/Venda Nova (criada em 2002); e Associação dos Carroceiros das Regiões Norte, Venda Nova e Pampulha (criada em 1999).

atual chefe do departamento de programas especiais narra que há uma disputa entre a Asmare e as outras associações e cooperativas de catadores existentes na cidade, que teve início quando a SLU começou a desviar materiais recicláveis, antes destinados a Asmare, para outras sete associações. Ela relata que há uma rivalidade entre catadores históricos e não-históricos, os últimos ingressaram na atividade recentemente em função do desemprego.

Já o ex-membro da Cáritas narra que o poder público local desconsiderou os catadores ainda não organizados, que trabalham em depósitos, e começou a criar “associações de desempregados”. Segundo ele deixaram a Asmare de lado, com o discurso de que a associação não aceitava o programa de coleta seletiva, porque ‘ela queria tudo para ela’. Relata também que foram criados dois grupos, de um lado os catadores organizados da Asmare com os não organizados, e de outro as associações criadas pela prefeitura, que ele aponta que foram criadas para justificar a terceirização do serviço para o setor privado, que estava por vir. O ex-membro da Cáritas narra que o FMLC-BH se tornou um mecanismo de legitimação das ações do poder público local, de modo que deixaram de participar do fórum municipal, atuando intensivamente no FELC-MG. Os dois fóruns, por sua vez, não estabelecem diálogo.

A responsável por uma dessas novas organizações que se constituíram, a Coopersoli, e também coordenadora da Redesol³⁴, uma rede de associações e cooperativas de materiais recicláveis de Belo Horizonte, Vespasiano e Raposos, conta que não possuem nenhuma relação com a Asmare. Ela narra que já tiveram relação com o MNCR, por meio da Redesol, mas que depois se sentiram “*usadas e boicotadas*”. Porém, não quis contar o conflito que ocorreu.

É interessante observar a existência de disputa entre a Asmare e as associações e cooperativas de materiais recicláveis criadas mais recentemente em Belo Horizonte. Há uma competição entre elas em detrimento de laços de solidariedade. Parece que há uma competição pelo acesso a determinados bens materiais e simbólicos, por meio de uma diferenciação entre catadores históricos e catadores não-históricos. Os dois grupos participam de redes distintas, a Cataunidos e a Redesol, respectivamente. A Redesol e seus integrantes não são ligados ao MNCR. Por sua vez, os dois grupos possuem articulações políticas, apoiadores e acesso a recursos governamentais diferenciados. O que é uma interessante contradição desse processo, uma vez que há disputa entre grupos em situação de desigualdade

³⁴ A Redesol é composta pelas seguintes organizações: Coopersoli, Associrecycle, Coopersol/Leste, Coopersol/Noroeste, Reciclando, Coopemar, Coopersol/Venda Nova e Comarp de Belo Horizonte, Ascar de Raposos, e Coopervesp de Vespasiano.

social que compõem uma mesma classe social desprovida das pré-condições sociais para obtenção de qualquer forma de reconhecimento (SOUZA, 2009). O que pode ser interpretado como uma limitação para a possibilidade de luta por reconhecimento.

Outro aspecto interessante é a forma como se referem ao lixo. Ainda que nas narrativas dos catadores da Asmare e da coordenadora da Redesol haja convergência em torno da noção de lixo como reciclável, na narrativa da última há um incomodo com a palavra lixo não presente nas narrativas dos catadores da Asmare. Além disso, a coordenadora da Redesol não se referia como catadora e nem como integrante de uma cooperativa de catadores, mas sim como integrante de um empreendimento de recicladores.

Os acontecimentos retratados acima foram o começo de outras mudanças que vieram nos anos seguintes e que, por sua vez, levaram a novos conflitos na relação entre poder público e Asmare, como detalhado no próximo tópico.

4.4. Avanços em âmbito nacional *versus* inflexões no âmbito local (2005-2010)

A partir de 2005, iniciam-se novos conflitos entre Asmare e poder público local. Nas eleições de 2004, Fernando Pimentel (PT) foi reeleito prefeito de Belo Horizonte. Em sua gestão ocorreram alterações na estrutura do programa de coleta seletiva e novos conflitos na relação com os catadores.

Os principais acontecimentos narrados foram a interdição do galpão-sede da Asmare, a terceirização do serviço de coleta seletiva e a criação de um decreto que regulamentava a atividade de catação com o estabelecimento de regras, tais como o horário que os catadores poderiam sair nas ruas com os carrinhos de tração humana.

A interdição da Asmare, ocorrida em julho de 2006, foi um acontecimento narrado, especialmente pelos catadores e ex-membros da Pastoral e da Cáritas. O ex-membro da Cáritas conta que a fiscalização da Regional Centro Sul da PBH e a polícia militar chegaram para realizar a interdição da Asmare devido à falta de equipamentos de combate a incêndio. Ele argumenta que de fato a associação não tinha sistema contra incêndio, mas que o galpão foi construído e entregue pela prefeitura sem essa estrutura. Ele relata que desinterditaram a Asmare e formaram grupos para reforçar a vigilância durante noite, para evitar qualquer acidente. Posteriormente instalaram os equipamentos e reabriram oficialmente, mas ele conta que até hoje a prefeitura nega a licença de funcionamento. O ex-membro da Cáritas considera

que essa foi uma ação proposital da PBH, uma vez que na época estavam acirrando-se os conflitos em função da terceirização dos serviços de coleta seletiva.

Uma catadora conta que no dia da interdição do galpão-sede chamaram os catadores do galpão da Rua Ituiutaba³⁵ e fizeram uma grande barreira humana tentando impedir a interdição. Ela ressalta que foi um momento muito difícil e que o coordenador da associação foi agredido fisicamente. Relata, também, que tinham o projeto do sistema de proteção contra incêndios, mas que não estava implantado por falta de recursos financeiros. Em sua narrativa, essa ação é atribuída à PBH. Outros dois catadores também narram a interdição dessa forma, mas atribuem essa ação ao Corpo de Bombeiros. Já uma ex-coordenadora do programa de coleta seletiva, conta que a interdição da Asmare foi solicitada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), em face das condições de risco do local.

É interessante observar nas narrativas em torno do mesmo evento, não qual organização solicitou ou executou a interdição, mas as condições precárias de trabalho dos catadores e a responsabilidade do poder público local, uma vez que a associação está prestando um serviço público de recolhimento de materiais recicláveis. Além disso, é importante notar os novos desafios na continuidade da política de apoio ao trabalho dos catadores, como será discutido mais à frente.

Tanto antes da interdição da Asmare quanto depois, ocorreram incêndios nos dois galpões da associação. Em alguns casos, como um incêndio ocorrido em 2008 no galpão da Rua Ituiutaba, o corpo de bombeiros não soube explicar a causa (JORNAL O TEMPO, 2008). Um ex-agente pastoral narra que a Asmare sofreu vários incêndios que, ao que tudo indica, foram criminosos. Relata que na época que ocorreu o último incêndio no galpão-sede, realizavam um reforço da segurança com revezamento entre os catadores para realizar a vigilância à noite. Domingo era o único dia em que ficava somente o segurança pago pela prefeitura via convênio e foi justamente o dia da semana em que ocorreu um incêndio que destruiu todo o galpão, restando apenas parte dele. O ex-agente da Pastoral narra que há indícios de que esse último incêndio foi criminoso.

Uma catadora conta que depois do último incêndio ocorrido no galpão-sede, a Asmare foi reformada com apoio financeiro da Petrobrás e foi instalado um sistema contra incêndio, mas que já está tudo quebrado. Ela relata que os próprios catadores não cuidam do espaço e teme que o galpão-sede seja interdito novamente, já que precisam instalar um novo sistema

³⁵ Em 2002, os galpões da Rua Curitiba e Itambé foram fechados e foi alugado um galpão maior na Rua Ituiutaba, Bairro Prado. Esse galpão foi comprado pela prefeitura em 2009, a partir de recursos do PAC - Resíduos Sólidos.

de proteção contra incêndio. Mas aponta que a Asmare não tem condições financeiras para arcar com as despesas. A catadora também reclama da falta de apoio da PBH, recorrendo aos novos significados atribuídos ao lixo e ao trabalho do catador:

Não demora eles descerem pra cá, por causa do sistema de incêndio, tem que ter, né? [...] eu acho que eles tinha que apoiar mais as associações, isenta essas coisas, a associação de catadores está ajudando o meio ambiente e não tem valor nenhum, só o convênio.(Catadora da Asmare).

A terceirização dos serviços de coleta seletiva, executada em 2007, foi outro acontecimento considerado marcante. Um catador da Asmare, atual liderança do MNCR, conta que fizeram diversas manifestações e passeatas contra a terceirização e que foi um período muito difícil. Muitos temiam que o trabalho de catação nas ruas fosse inviabilizado com a terceirização. Em quase todas as narrativas é ressaltado o conflito que ocorreu entre Asmare, MNCR e PBH, mas os sentidos atribuídos ao acontecimento divergem.

De um lado, especialmente por alguns membros do poder público, a terceirização da coleta seletiva ocorreu em função tanto da incapacidade operacional da SLU, quanto da incapacidade das organizações de catadores de realizarem o serviço de coleta porta a porta. Uma das coordenadoras do programa de coleta seletiva narra que a superintendente da época optou pela terceirização, argumentando que a SLU não tinha capacidade de realizar a coleta porta a porta e nem as associações de catadores tinham. Ela relata uma experiência que tiveram de coleta porta a porta no Bairro Sion, realizada pela Asmare, que teve início em dezembro de 2004. Conta que emprestaram um caminhão, que coletava os materiais seguindo um roteiro estabelecido. No entanto, relata que a associação parou de coletar em alguns pontos do roteiro, coletando apenas naqueles de maior quantidade de materiais recicláveis. Com isso, a SLU começou a receber reclamações da população, que informava separar o material e colocar na rua, mas que não era recolhido. Destaca que tiveram vários problemas até que encerraram essa forma de coleta em 2006. Esse acontecimento também foi narrado pela assessora técnica da SLU. Nas narrativas, essa experiência é ressaltada como mais um argumento para a terceirização dos serviços, reforçando a incapacidade operacional e técnica da Asmare para realização da coleta porta a porta.

Por outro lado, em algumas narrativas, a terceirização é vista como uma forma de predominância dos interesses do “grande capital” em uma tentativa de excluir o catador do processo, ou seja, de retirar desse grupo sua fonte de sobrevivência. Esses sentidos estão presentes nas narrativas da coordenadora da Pastoral, de uma ex-agente pastoral, do catador

liderança do MNCR e principalmente na do ex-membro da Cáritas. O último narra que a terceirização dos serviços de coleta convencional e seletiva foi legitimada a partir de uma estratégia iniciada anteriormente, a saber, a reforma administrativa que provocou o desmonte da SLU e reduziu sua capacidade de prestação de serviços. Ele relata que simultaneamente a esse processo, ocorreu o abandono da Asmare pelo poder público, que adotou mais outra estratégia para justificar o modelo terceirizador, que foi a criação de outras associações e cooperativas sem considerar os catadores não organizados de depósitos. O ex-membro da Cáritas destaca que a terceirização dos serviços de coleta seletiva em Belo Horizonte ocorreu à medida que houve predominância dos interesses do grande capital em um mercado que passa a despertar o interesse de outros segmentos com maior poder econômico e político, o que, segundo ele, poderia explicar o desmonte da SLU, que era reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade dos serviços que prestava.

É interessante notar os diferentes sentidos atribuídos à terceirização dos serviços de coleta seletiva e, sobretudo, a inflexão na política de apoio aos catadores, como será discutido mais à frente.

Com o início da terceirização em 2007 (Contrato SLU/DR.JUR. nº1071/036/07), a empresa contratada passou a realizar a coleta porta a porta em 21 bairros. Já a SLU, com recursos próprios, executa a coleta em 9 bairros. Desse modo, são contemplados apenas 30 bairros de um total de 148 existentes em Belo Horizonte. Uma das coordenadoras do programa de coleta seletiva destaca “*que a gente brinca de fazer coleta seletiva*”, porque a quantidade de bairros atendidos e a porcentagem do que é reciclado em comparação ao total de resíduos sólidos gerados no município é muito pequena. Em 2009, apenas 0,8% do total de resíduos sólidos gerados na cidade foram destinados a reciclagem a partir do programa de coleta seletiva (SLU, 2009).

Outro acontecimento narrado pelos catadores e por ex-agentes pastorais foi a criação de um decreto que regulamentava a atividade de catação de resíduos no município. O ex-membro da Cáritas conta que a elaboração desse decreto não envolveu a participação de catadores ou qualquer organização da sociedade civil ligada ao tema. Dentre as regras, estabelecia que a catação nas ruas seria permitida somente entre às 19:30 e 7:00, argumentando que a presença dos catadores nas ruas atrapalhava o trânsito. Ele narra que essa ação era uma estratégia da prefeitura associada ao processo de terceirização, uma vez que com o estabelecimento desse horário, quando o catador passasse, o material já teria sido recolhido, levando-o a desistir por não encontrar mais material. O ex-membro da Cáritas relata que foram até aos depósitos, conversaram com os catadores não organizados e realizaram

manifestações e mobilizações conjuntas contra o decreto. Buscaram apoio no MP-MG, que exigiu que a prefeitura refizesse o decreto por meio de um grupo de trabalho com participação de catadores, organizações de apoio, MP-MG e prefeitura. Desse modo, o decreto foi todo reconstruído e publicado em 2008 no final da gestão Pimentel (Decreto nº 13.378, de 12/11/2008).

A gestão Fernando Pimentel (2002-2008), incluindo o período que substituiu Célio de Castro, foi apontada em todas as narrativas como um período que se iniciam novos conflitos entre Asmare e poder público, com destaque para os três eventos mencionados acima. Alguns entrevistados também mencionam outras ações e acontecimentos reforçando essa perspectiva. O ex-membro da Cáritas conta que diminuíram muito a atuação da SMAAS, reduzindo a abordagem junto à população de rua e houve aumento da fiscalização, principalmente com o processo de revitalização das praças da região central. Destaca que voltaram com ações de repressão mais camufladas, muitas vezes criminalizando a população de rua e os catadores. Fato também reforçado nas narrativas de dois catadores. Um catador da Asmare conta que voltaram as ações de fiscalização e perseguição aos catadores, que os fiscais tomam os carrinhos nas ruas, mas que existe um esquema: *“eles tomam ali na esquina, a gente vai e busca ali, eles devolvem, sem pagar multa, sem pagar nada”*. Outro catador narra que, um dia, ao tentar cortar caminho pela Praça Raul Soares, região central de Belo Horizonte, como sempre fez, um guarda municipal o impediu de passar com seu carrinho de tração humana, o informando que estava proibida a passagem de carrinhos pela praça depois de sua revitalização. O catador conta que questionou o fiscal e começou a dizer da importância do trabalho dos catadores, que poupava inclusive as árvores da praça. Nisso chegou um rapaz, que interferiu na conversa e pediu para registrar uma foto dele, conta que logo depois passou pela praça com o seu carrinho.

É importante observar que houve um retorno de ações de repressão ao trabalho dos catadores. Embora, tais ações não sejam tão extremas quanto antes, como no caso das “operações limpeza”, elas não são menos lesivas à integridade física, social e à dignidade dos catadores. Os desrespeitos continuam com a privação de direitos, a degradação e a ofensa e até mesmo a agressão física, como narrado no evento de interdição do galpão-sede da Asmare (HONNETH, 2003).

Uma ex-agente pastoral aponta que os movimentos populares têm muita rixa com o governo Pimentel, porque sua gestão acabou com muita coisa que foi construída nos anos anteriores, como articulações com os movimentos e, principalmente, o trabalho anterior desenvolvido na assistência social. Uma ex-analista de mobilização social da SLU ressalta

que essa gestão foi marcada por um momento de um PT mais privatista, com uma agenda mais compatibilizada com a linguagem de privatização e flexibilização.

É interessante notar nas narrativas de alguns catadores, de membros de organizações de apoio e de antigos e atuais funcionários da SLU que, nesse período, o poder público passou de “apoiador” da Asmare a novamente “inimigo”, mas com uma conotação distinta daquela atribuída até 1993.

As narrativas, do catador, que atualmente é liderança do MNCR, da coordenadora da Pastoral, da ex-agente pastoral e do ex-membro da Cáritas convergem na percepção de que o poder público local se torna novamente o principal “inimigo” à medida que muda sua concepção em torno da gestão do lixo, principalmente com a terceirização dos serviços. O ex-representante da Cáritas destaca que “[...] *o nosso inimigo não é esse sujeito que tá atravessando, o nosso grande inimigo é aquele que quer tirar de toda essa cadeia e passar pra grande indústria, pra grande empresa, né, o serviço de limpeza urbana*”.

Já as narrativas de uma antiga e de uma atual funcionária da SLU retratam essa mudança na relação com o poder público, que se torna novamente “inimigo”, a partir de outras perspectivas. A atual chefe do Departamento de Programas Especiais da SLU conta que depois da gestão Patrus Ananias (1993-1996) não houve mais investimento e incentivo para o programa de coleta seletiva. Ela destaca que foi tudo “*sangue dos funcionários da SLU*”, com remanejamento de recursos e “*jogo de cintura*” para manter o programa. E que, no entanto, quem sempre apoiou e defendeu os catadores, ou seja, os técnicos, hoje são considerados inimigos pelos catadores. Já a ex-analista de mobilização social da SLU narra que quando os catadores começaram a pensar em um movimento nacional, acentuou-se um discurso contra o governo, que ela considera como um bom aglutinador de membros a um movimento social. Narra que com isso acirrou-se o discurso de autonomia da Asmare, o que contribuiu para criar insatisfação dentro do governo, por sequer ser reconhecido por estar fazendo a sua parte. Ela destaca que quando isso foi minimizado ou nem mencionado, criou-se insatisfações dentro do governo por não serem reconhecidas as ações realizadas.

Por outro lado, é interessante observar que os atravessadores locais, isto é, os donos de depósitos do município, deixaram de ser considerados “inimigos”. O ex-membro da Cáritas relata que a relação com os depósitos se modificou, ao invés de bater de frente, começaram a se aproximar, em busca de melhorar as condições de trabalho dos catadores. Ele relata que é importante apoiar o atravessador para que o catador não perca o direito de trabalhar, uma vez que a prefeitura não cria alternativa para os catadores não organizados, que dependem dos galpões dos atravessadores para triarem os materiais. Aponta, também, que os depósitos

pagam um valor próximo ao que o associado da Asmare recebe e a estrutura do local de trabalho é parecida. Além disso, ele destaca que há certa unidade entre os catadores da Asmare e dos depósitos, exemplificando que toda vez que vão fazer uma manifestação, todos se unem, como durante as manifestações contra a terceirização dos serviços e contra o decreto municipal, em 2008.

Durante esse período de acirramento de conflitos com a PBH, prosseguia-se a busca de ampliar a atuação da Asmare e as possibilidades de geração de renda. Em 2005, foi inaugurado o Reciclo II Espaço Cultural, seguindo a mesma concepção do projeto anterior, o Reciclo I. Mas, ao invés de um bar, foi montado um restaurante, onde também são vendidos os artesanatos produzidos nas oficinas de reciclagem da Asmare. Nesse espaço trabalham ex-moradores de rua nas atividades de garçom, ajudante de cozinha e atendente. Também ocorreu a formalização da rede de associações e cooperativas de catadores, iniciada em 2002. Forma-se então, a Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária³⁶(Cataunidos), no ano de 2006.

Nesse período, dava-se início a construção da unidade de processamento de plásticos da rede. O objetivo era beneficiar o plástico coletado pelas nove associações da Cataunidos, de modo a agregar valor ao material recolhido e eliminar a figura do atravessador, gerando uma maior renda para os catadores. Em 2007, a unidade industrial³⁷ estava em fase de testes e começou a funcionar em 2008. Entretanto, ocorreram diversos problemas e dificuldades (RUTKOWSKI, 2008)³⁸. Em 2009, houve interrupção das atividades da fábrica, que está fechada. Alguns catadores e ex-agentes pastorais contam que a fábrica está fechada por falta de capital de giro e por outros problemas de operacionalização e gestão. Por meio da Cataunidos também iniciaram a comercialização conjunta de materiais recicláveis, mas ocorreram problemas e atualmente não é mais realizada (RUTKOWSKI, 2008).

³⁶ As associações e cooperativas que formam a rede são: a Asmare, a Associação de Catadores de Papel e Recicláveis de Betim – Ascapel, a Associação dos Catadores do Vale do Paraopeba – Ascavap, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem – Asmac, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Igarapé – Apaig, a Cooperativa de Reciclagem e Trabalho de Itaúna – Coopert, a Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima – Ascavap, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pará de Minas – Ascamp, e a Associação dos Trabalhadores de Papel e Materiais Recicláveis de Ibirité – Astrapi.

³⁷ A fábrica da Cataunidos tem capacidade para processar 350 kg de plástico por hora, sendo o produto final gerado, o *pellet*, um plástico granulado que dá origem a novos produtos. Essa fábrica foi o primeiro empreendimento de catadores dessa natureza da América Latina.

³⁸ Para mais detalhes quanto à formação da rede Cataunidos e da fábrica de processamento de plásticos, seus problemas e dificuldades consultar Rutkowski (2008).

Vale ressaltar que durante as entrevistas com uma ex-agente pastoral, com o ex-representante da Cáritas e com os catadores, quando perguntados sobre a Cataunidos e a fábrica, contavam que estava tudo parado, mas que iriam retomar o funcionamento. No geral, falavam pouco e encerravam o assunto. No caso dos catadores, com exceção da liderança do MNCR, foi possível perceber que eles não sabiam quase nada sobre a fábrica e a Cataunidos. Era como se não fosse deles, fato também observado por Rutkowski (2008). Já o catador liderança do MNCR aparentemente evitou falar do assunto para não contradizer o discurso do movimento nacional que destaca, como um dos objetivos dos catadores: “lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem [...]” (MNCR).

Mas, de modo geral, é interessante observar o “quase silêncio” em torno do insucesso de uma estratégia – a fábrica da Cataunidos – que segue um discurso de mercado, como agregar valor, avançar na cadeia produtiva etc. Em um contexto social, no qual os catadores encontram-se destituídos de todas as condições sociais, emocionais e morais para inserção no mercado capitalista (SOUZA, 2009).

Vale ressaltar que a situação das associações e cooperativas integrantes da rede Cataunidos ainda é muito frágil, inclusive da Asmare, com condições precárias de trabalho, dificuldades financeiras e diversos outros problemas (RUTKOWSKI, 2008). A busca de avançar na cadeia produtiva de um tipo de plástico ocorreu sem o preparo necessário da base, no sentido de fortalecer as associações e cooperativas e, principalmente, os catadores, em termos de formação e melhoria nas condições de trabalho.

A estratégia de avançar na cadeia produtiva do plástico, com a criação da fábrica da Cataunidos, revelou-se uma interessante contradição do processo à medida que segue um discurso de mercado em um contexto social em que as condições são totalmente desiguais para competir no mercado. Há dificuldades de gestão dentro das próprias associações, como na Asmare com condições precárias de trabalho e diversos outros desafios. Os catadores, em certa medida, acabam sendo cobrados por algo que lhes foi negado pela própria dinâmica da desigualdade social brasileira, já que não houve uma homogeneização das condições psicossociais e morais indispensáveis a uma integração bem-sucedida na sociedade de mercado para todas as classes sociais (SOUZA, 2009).

4.4.1. Desafios atuais e novas inflexões no desenvolvimento da política de apoio ao trabalho dos catadores em Belo Horizonte

Nas eleições de 2008, Márcio Lacerda (PSB) foi eleito prefeito de Belo Horizonte. Quanto à sua gestão, em termos do programa de coleta seletiva, as narrativas da coordenadora da Pastoral, da integrante do INSEA, do ex-membro da Cáritas, de três catadores da Asmare e de atuais funcionários da SLU convergem. Uma catadora e o ex-membro da Cáritas contam que em uma reunião abordando o programa de coleta seletiva, o atual prefeito deixou claro que iria continuar com o programa, mas que entre a cidade limpa e o programa de coleta seletiva, a prioridade seria a cidade limpa por meio da coleta convencional. Deixou claro que não pretende investir no programa de coleta seletiva. Uma das coordenadoras do programa de coleta seletiva conta que a concepção do atual prefeito é bem economicista. Em sua visão, compensa mais pagar o catador para ficar em casa do que investir na coleta seletiva. Outra coordenadora do programa, por sua vez, aponta que a maioria das associações e cooperativas integrantes do programa não encaminha para a SLU os dados referentes à quantidade de materiais recicláveis coletados e triados, de modo que não possuem dados para argumentar com o prefeito.

Nessa gestão municipal, a participação da Asmare no programa de coleta seletiva se manteve do mesmo modo. Mas, em 2010, teve início um conflito entre a prefeitura e as outras associações e cooperativas de Belo Horizonte, integrantes da Redesol. A atual chefe do departamento de programas especiais da SLU conta que foi estabelecido um convênio entre a SLU e as cooperativas da Redesol, com duração de seis meses, prevendo o pagamento de água, energia elétrica e vigilância dos galpões das cooperativas. Não englobava aluguel, uma vez que a SLU, por meio de recursos do Conselho Municipal de Saneamento e do PAC-Resíduos Sólidos, comprou galpões e concedeu uso para quase todas as associações e cooperativas.

Com o encerramento dos convênios, as associações e cooperativas estão reivindicando a continuidade do apoio financeiro por mais tempo. No entanto, uma assessora técnica da SLU destaca que a orientação do atual prefeito é reduzir ao máximo os custos da Superintendência. A representante da Redesol conta que estão articulando apoio e negociando com a prefeitura a continuidade dos convênios, uma vez que é difícil as associações e cooperativas se sustentarem sem o apoio financeiro da prefeitura para manutenção dos galpões. Em 2010, a partir de reivindicações, foi criado um grupo de trabalho composto por

membros da SLU, da Redesol e de organizações de apoio às cooperativas para negociação em torno dos convênios. Com esse acontecimento, o ex-membro da Cáritas conta que a Redesol se aproximou do FELC-MG e também do CMRR. Já a representante da Redesol relata que estão participando de algumas reuniões do FELC-MG e no CMRR, mas que antes não eram convidados.

Atualmente a relação entre Asmare e PBH consiste no convênio estabelecido desde 1993, que fica no âmbito da SMAAS com repasse de recursos financeiros para pagamento de funcionários do setor administrativo do galpão-sede e fornecimento de uniformes e vale-transporte para os catadores. Já as despesas de água, luz e vigilância dos dois galpões ficam a cargo da SLU. Há repasse de materiais do programa de coleta seletiva para o galpão da Rua Ituiutaba, onde é realizado apenas triagem de materiais da coleta seletiva e de doações. Além disso, nesse galpão há três veículos alugados, para recolhimento de materiais nos grandes geradores. A SLU paga o aluguel de dois deles e a Asmare de um. No galpão-sede ficam os catadores que trabalham com os carrinhos de tração humana nas ruas e que, por sua vez, também realizam a triagem dos materiais recolhidos individualmente e de algumas doações que são entregues nesse galpão. Atualmente a Asmare é constituída de 250 associados.

No ano de 2009, das 4.735,53 toneladas de materiais recicláveis triados, prensados e comercializados pela Asmare, apenas 1.033,73 toneladas, ou seja, 22% foram provenientes do programa de coleta seletiva por meio da coleta porta a porta e dos LEV's. O restante, 3.701,80 toneladas (78%), foi recolhido pelos catadores por meio de carrinhos de tração humana (1.917,67 toneladas) e obtido por meio de doações (1.783,33 toneladas) (SLU, 2009). É interessante observar que a quantidade de materiais recicláveis recolhidos pelos catadores e obtidos por meio de doações é superior à quantidade destinada à associação pela SLU. Embora a SLU também destine materiais para mais seis associações e cooperativas integrantes do FMLC-BH, a quantidade recolhida de recicláveis ainda é muito pequena. Já a empresa contratada para realizar a coleta porta a porta em 21 bairros, no ano de 2009 recolheu, ao todo, 3.912,82 toneladas de materiais recicláveis (SLU, 2009). Quantidade pequena se comparada ao total recolhido pela Asmare, no mesmo ano, por meio do trabalho dos catadores com os carrinhos manuais e de doações.

É importante destacar que a estrutura da Asmare e as condições de trabalho dos catadores ainda são muito precárias. Os dois galpões da associação possuem divisões de áreas para realização da triagem, mas não possuem bancadas, de modo que os catadores improvisam estruturas de apoio para triarem os materiais. O galpão-sede da Asmare atualmente poderia ser descrito como um espaço cheio de ratos, com resíduos a serem

destinados para o aterro sanitário espalhados pelo chão, com um cheiro insuportável, tanto que uma catadora diz que *“tem dia que a gente nem come, por causa do cheiro de rato morto”*. O estado de desorganização do galpão foi alvo de reclamações pelos catadores em diversas conversas, nas quais relembavam a época que tinha mutirão de limpeza e de organização do espaço. A maioria deles realiza a triagem sem usar luvas, algumas vezes machucando as mãos, mas dizem que preferem assim. A administradora da Asmare relata que são disponibilizadas luvas para todos, mas que eles não usam. No galpão-sede, a maioria dos catadores sai todos os dias com seus carrinhos de tração humana para buscar materiais, retornando para a Asmare com os carrinhos abarrotados e com muito peso, que são descarregados no dia seguinte. O uso de carrinhos de tração humana é algo muito questionado, especialmente por antigos e atuais funcionários da SLU entrevistados, pelo fato de exigir muito esforço físico e acarretar riscos à vida dos catadores, como acidentes de trânsito. Além disso, muitos associados que ainda puxam carrinhos são pessoas idosas.

Quanto à renda gerada para cada associado, os catadores reclamam que reduziu muito em função dos baixos preços dos materiais recicláveis, principalmente nos últimos dois anos. Os preços dos recicláveis abaixaram consideravelmente a partir de 2008 em função da crise financeira mundial, uma vez que os preços flutuam de acordo com as condições do mercado, dado que o lixo tornou-se objeto de valor (CARMO, 2008). Os recicláveis depois de triados, prensados e enfardados são vendidos para dois grandes depósitos de Belo Horizonte. Mesmo com a criação da Cataunidos não foi possível viabilizar vendas conjuntas direto para a indústria. Soma-se a isso, a redução de materiais recicláveis disponíveis aos catadores. A administradora da Asmare conta que empresas que antigamente doavam latinhas para a associação, hoje não doam mais, assim como outros doadores de diferentes materiais. Relata também que a qualidade e quantidade do material que chega ao galpão vem diminuindo cada vez mais. Esse fato também foi abordado pelos associados, como destaca uma catadora *“vai chegando um tempo que a reciclagem vai acabar [...] porque hoje em dia as pessoas tão descobrindo o que é material reciclável e tão aproveitando pra eles, entendeu?”*. A redução dos materiais recicláveis disponíveis aos catadores são um dos resultados da valorização social do lixo, que desperta o interesse de outros segmentos da sociedade, como aponta Carmo (2008).

Além das dificuldades apontadas acima, há os problemas internos, os conflitos, as insatisfações e reclamações quanto à associação, como a desconfiança quanto à gestão financeira, principalmente pelo fato da renda dos catadores ter reduzido e da situação financeira da Asmare não estar favorável. Alguns catadores se referiam a Asmare, como *“eles*

lá em cima”, ou diferenciando eles e a Asmare, como se não fossem parte da associação. A gestão da associação também é complicada. Apenas dois catadores se envolvem. Depois da criação do MNCR, uma das lideranças da associação acabou se afastando para se dedicar integralmente ao Movimento. Por sua vez, os membros da Pastoral de Rua que atuavam dentro da Asmare saíram para trabalhar no INSEA. Continuaram a apoiar a Asmare, mas apenas em questões maiores ou emergenciais, e não mais no cotidiano da associação. Embora alguns catadores em suas narrativas ressaltassem a ideia de autonomia, que “*catador é quem deve gerir toda a associação*”, relembavam com saudades “*os bons tempos da Asmare*”, da época da equipe da Pastoral em que “*todo mundo andava na linha*”, lembrando até dos mutirões de limpeza. Uma ex-agente pastoral ressalta que a gestão da Asmare exige muito em função do número de catadores. É uma associação grande, de um tamanho que não é viável, argumentando que empreendimentos menores são melhores para que os catadores dêem conta de conduzir e realizar a gestão.

Considerando as dificuldades e problemas apontados acima é interessante observar as atuais reivindicações apresentadas nas narrativas dos catadores. Uma delas ressaltada principalmente pelos catadores idosos é a aposentadoria, como relata uma catadora: “*agora a questão é aposentar. Eu trabalho desde criança, hoje tenho 60 anos e nunca paguei INSS [contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social]*”. A catadora também destaca que estão lutando por isso. Vale ressaltar que há um projeto de lei para aposentadoria diferenciada de catadores, de iniciativa do FELC-MG. Essa reivindicação, por sua vez, relaciona-se com a negação do reconhecimento jurídico (HONNETH, 2003).

Outra reivindicação apontada, mas apenas por uma catadora liderança da Asmare e por um catador, que atualmente é liderança do MNCR, é o pagamento pelos serviços prestados pelos catadores por parte do poder público local, como permite a Lei nº11.445/07. Outras duas reivindicações mais citadas são a necessidade de maior acesso aos materiais recicláveis, que tem reduzido, e a questão da comercialização e do baixo preço de venda do material. No entanto, é importante destacar que quatro catadores ao apontarem as dificuldades e problemas enfrentados os atribuíam como própria culpa dos catadores, ressaltando a falta de união, a pouca colaboração ou então os atribuíam a má administração da associação.

De modo geral, essa é a situação atual da Asmare. Como é possível notar, as condições de trabalho dos catadores ainda são precárias. Depois do avanço obtido na década de 1990, não houve mudança significativa nesse aspecto. Os catadores continuam puxando carrinhos de tração humana, a triagem é feita em galpões sem estrutura adequada, a renda contínua baixa e suscetível às flutuações do mercado de recicláveis, e a venda dos materiais continua

sendo feita para atravessadores. Fato, inclusive, retratado nas narrativas de uma ex-agente pastoral e da ex-superintendente da SLU na gestão Patrus Ananias (1993-1996). Ainda que tenham ocorrido diversas mudanças e acontecimentos ao longo desses anos, as condições de trabalho continuaram as mesmas. Mesmo com tentativas de uso de carrinhos elétricos, que não deram certo, ou com tentativas de aumentar a renda, por meio da criação da Cataunidos e da construção da unidade de processamento de plásticos, não houve avanços nesse aspecto.

Além disso, é importante apontar que paralelamente aos avanços em âmbito nacional, evidenciava-se uma inflexão na política de apoio ao trabalho dos catadores em Belo Horizonte. A partir dos anos 2000 ocorreram avanços consideráveis em âmbito nacional como a grande repercussão pública da questão da sobrevivência de milhares de pessoas a partir do lixo, por meio do FNLC, a criação do MNCR e o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para os catadores pelo governo federal, a partir do governo Lula. Como contextualizado no segundo capítulo, existem variadas ações voltadas para os catadores por meio do CIISC, além de decretos e leis, com destaque para a PNRS, aprovada em 2010, que prevê como condicionalidade a inserção dos catadores em programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros.

Mas em Belo Horizonte, de forma paralela, evidenciavam-se as dificuldades no desenvolvimento da política construída na década de 1990. A partir de 2001, houve inflexões na política voltada para os catadores e na relação entre Asmare e poder público local, em comparação com a relação antes estabelecida nas gestões Patrus Ananias (1993-1996) e Célio de Castro (1997-2000). Esse processo teve início com a reforma administrativa da PBH que desestruturou a SLU e, por sua vez, afetou o programa de coleta seletiva. Já a gestão Fernando Pimentel (2002-2008) caracterizou-se pela realização de ações que acirraram os conflitos entre catadores e poder público, como a terceirização dos serviços de coleta seletiva e o decreto determinando os horários que os catadores poderiam circular com os carrinhos de tração humana. Por sua vez, o programa de coleta seletiva tem resultados muito baixos, como apontado anteriormente, mesmo com a terceirização dos serviços, a quantidade recolhida é muito pequena em comparação à quantidade de resíduos sólidos gerados no município. Além disso, há muitos catadores em Belo Horizonte que não estão organizados e não recebem nenhum apoio do poder público local, geralmente trabalhando dentro de depósitos, uma vez que a triagem em vias públicas é proibida. Embora não se saiba o número de catadores não organizados existentes em Belo Horizonte, em algumas entrevistas, como a do ex-representante da Cáritas e da ex-analista de mobilização social da SLU, foi ressaltado que o número é grande, inclusive maior que o número de catadores vinculados a associações ou

cooperativas. Mas vale ressaltar que os catadores não organizados, também ficam à margem das políticas desenvolvidas pelo governo federal.

Observa-se que mesmo com o fortalecimento do MNCR e com conquistas consideráveis em âmbito nacional, como as políticas federais de apoio a esse grupo social, de modo geral no cotidiano dos catadores da Asmare ainda não houve melhorias. Pelo contrário, as dificuldades e os desafios são muitos como os apontados acima. Do mesmo modo, ainda que tenha ocorrido alguma forma de reconhecimento social, os desrespeitos continuam de diferentes formas, não tão extremos quanto antes, mas não menos lesivos (HONNETH, 2003).

Mas é importante destacar que além dos desrespeitos pode-se interpretar a existência de expectativas morais de reconhecimento (HONNETH, 2003) nas narrativas dos catadores à medida que invocam o passado como modo de dotar o presente de sentido.

Nas narrativas dos sete catadores entrevistados é possível interpretar a existência de expectativas morais de reconhecimento, principalmente quando comparam o antes e o depois da Asmare, em termos de mudanças em suas vidas. Vale ressaltar que durante as entrevistas e conversas espontâneas não foi mencionado pela pesquisadora, em momento algum, palavras como respeito, dignidade, cidadania, reconhecimento, ou qualquer termo parecido. Mas foram palavras quase sempre mencionadas pelos catadores. Como pode ser observado na narrativa de um catador fundador da Asmare:

Minha dignidade, minha dignidade, isso ai mudou por completo. Hoje eu sou um sujeito, eu sou um cidadão, eu não me sentia, eu não me sentia um cidadão, hoje eu me sinto um cidadão comum, normal, como qualquer uma outra pessoa [...] Eu não sabia me valorizar, hoje eu dou valor na minha pessoa, porque eu hoje, primeiro, porque eu sei que tem pessoas que eu não posso ser importante pra elas, mas o trabalho que eu faço é importante demais pra todo mundo, queira ou não queira, aquele que quer e aquele que não quer, também é importante, não só pra ele como em geral. Então, hoje eu tenho essa consciência, por isso que eu sou tranquilo, porque antes não, antes eu fazia, eu vendia o almoço pra comprar a janta, eu trabalhava só mesmo por dinheiro e não é que hoje eu não trabalhe por dinheiro, trabalho sim pelo dinheiro, mas hoje eu sei o que eu tô fazendo, eu sei a importância do meu trabalho, mas antes eu não ligava pra isso, não me importava não, e hoje eu me importo e muito. (Catador da Asmare)

É interessante observar que aquilo que é apontado como mudança apresentava-se como negação total, como: “*eu não me sentia um cidadão, hoje eu me sinto um cidadão comum*” e “*eu não sabia me valorizar, hoje eu dou valor na minha pessoa.*” Outro aspecto interessante é a ênfase dada à importância do trabalho que realiza e do próprio reconhecimento dessa importância, antes inexistente. Pode-se interpretar, nessa fala, que a importância dada ao exercício de direitos e a ser estimado pela sua contribuição na sociedade pode-se constituir em expectativas morais de reconhecimento, uma vez que eram formas de

reconhecimento totalmente negadas e que ainda continuam sendo negadas (HONNETH, 2003).

Essa ênfase na dignidade também pode ser interpretada como uma luta diária, porque os desrespeitos continuam como o catador conta:

Mas eu tenho o mesmo direito que qualquer outra pessoa tem. O direito meu é o mesmo de qualquer um, é de entrar na loja comprar, de entrar num restaurante e almoçar. Eu tenho que saber respeitar o restaurante, né, com certeza eu não vou querer entrar num restaurante lá no centro da cidade do jeito que eu tô aqui todo sujo, só se eu precisar entrar pra trocar um dinheiro num banco do jeito que tô aqui, eu entro. Porque um dia desses, eu fui lá na loja do Ponto Frio pra mim ver lá uma máquina de lavar, eu vi que alguns vendedores fez cara feia, fez desfeita, né? Fez desfeita, mas aí teve um lá que chegou lá, foi o Sr. Jarbas, que é o gerente, e perguntou o que eu queria. Eu queria dar uma olhada numa máquina de lavar, me tratou com todo carinho eu fui lá olhei a máquina e comprei. Então, por isso, também tem a pessoa que se deixa a desejar também sabe, tem pessoa que se põe por baixo, tem pessoa que se põe por baixo também. Ah num vou entrar ali porque não quero e tal e aí, eu não, eu só pros cocos mesmo, se eu tive de entrar eu entro mesmo, se tiver de trocar um dinheiro no banco e se tiver sujo eu troco também, não quero saber não, desde que eu tô comprando eu não tô roubando, então, eu sou tranquilo nessa parte aí. (Catador da Asmare)

Há uma riqueza de elementos que podem ser interpretados nessa fala, mas que não cabe explorá-los aqui, de modo que serão ressaltados apenas alguns aspectos. É interessante observar que há uma associação entre o direito como a possibilidade de consumir, de ter acesso a bens de consumo básico, com destaque para “o poder entrar” em estabelecimentos comerciais, o que até pouco tempo era negado aos catadores, como ressalta “*de entrar num restaurante e almoçar*”. Outro aspecto que o catador destaca, ao contar sobre a compra de um eletrodoméstico é “*eu vi que alguns vendedores fez cara feia, fez desfeita, né?*”, demonstrando os desrespeitos e a humilhação cotidiana. E ao mesmo tempo o esforço para mostrar a honestidade e a dignidade como trabalhador, já que às vezes se é confundido com um delinqüente, “*não quero saber não, desde que eu tô comprando eu não tô roubando, então, eu sou tranquilo nessa parte aí*”. Essa fala e de outros catadores, reforçam a situação daqueles que compõem essa classe invisível social e politicamente que Souza (2009) chama de ralé estrutural brasileira.

Por sua vez, na narrativa de uma catadora que ingressou na Asmare, em 1994, no galpão da Rua Curitiba, também é possível interpretar a presença de expectativas morais de reconhecimento (HONNETH, 2003). Ao contar sobre as reuniões de capacitação na época em que se associou destaca:

Nóis ia pra reunião, nós fazia reunião e era assim, se você perdesse uma reunião você tinha que reformar ela toda de novo. Ai eles perguntava assim: pra quê que

you need the meeting, for what do you associate. Some said it was for picking up the trash, others said it was for picking up clothes. I said no, no, it's not for picking up clothes, it's for picking up trash, the association is for being recognized in Brazil everywhere and we are recognized in Brazil everywhere. [...] It is for this that we are associated to be recognized as a worker, not as a marginal. At first, I considered us as a marginal, right? (Catadora da Asmare)

Na narrativa dessa catadora, é interessante observar sua ressignificação do passado em torno do “por que” se associar – “*Eu falava não é, não é pra pegar roupa, não é pra pegar vale, a associação é para ser reconhecido no Brasil todo*” – que pode ser interpretada como uma expectativa moral de reconhecimento, uma vez que seu cotidiano era marcado pela negação de qualquer forma de reconhecimento e ainda é, mas não de forma tão extrema quanto antes.

Mas vale ressaltar, que diversos outros sentidos também estariam presentes e que não é possível afirmar que todos os catadores se associaram e envolveram na luta em função de expectativas morais de reconhecimento. Muitos associados mais recentes estão na associação até conseguirem um trabalho melhor, como alguns jovens que realizam a prensagem dos materiais recicláveis. Há alguns também que em função da idade não conseguem mais se colocar no mercado de trabalho e ingressaram na associação em anos mais recentes, geralmente por ter algum familiar, amigo ou conhecido na Asmare.

4.4.2. Imbricações entre o âmbito local e o nacional: um breve apontamento

É interessante observar que alguns profissionais da área de gestão de resíduos sólidos, algumas pessoas ligadas à Igreja Católica, gestores públicos e políticos que atuaram na experiência de formação da Asmare e no programa de coleta seletiva de Belo Horizonte, passaram a atuar no âmbito nacional, seja dentro do governo federal e/ou em instâncias extra-institucionais ligadas ao tema como o FNLC.

A ex-superintendente de limpeza urbana na gestão Patrus Ananias (1993-1996), ao fim da gestão petista, foi atuar no UNICEF na criação do FNLC e do Programa Nacional e Lixo e Cidadania. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva do mesmo período, por sua vez, também foi trabalhar na construção do FNLC.

O Fórum se tornou um espaço de articulação política em torno do tema, contando com a participação de diferentes segmentos ligados a temática, incluindo agentes de apoio à

organização de catadores de várias regiões do país. Dentre os componentes do Fórum estão membros da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, como o ex-membro da Cáritas que se tornou militante do FNLC nos anos seguintes.

A partir de 2003, no governo Lula, tiveram início as ações de apoio aos catadores no âmbito federal. Uma das primeiras ações foi a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social de Catadores (CIISC). A ex-superintendente conta que com a criação do CIISC, o FNLC esvaziou-se porque grande parte dos integrantes do fórum foram trabalhar no governo federal em ministérios ligados diretamente ao tema ou com interfaces. Desse modo, passaram a participar das reuniões do CIISC representando os ministérios e não mais como representantes da sociedade civil dentro do FNLC. Já aqueles que não eram do governo, começaram a ser convidados para as reuniões do Comitê como o MNCR, o UNICEF, o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), dentre outros. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva também reforça esse acontecimento em sua narrativa.

Por sua vez, com a criação do MDS, em 2004, Patrus Ananias assume o ministério e convida para ocupar o cargo de secretária da SAIP/MDS a ex-superintendente da SLU de sua gestão municipal em Belo Horizonte. A ex-superintendente narra que passou a coordenar o CIISC e a construir parcerias para desenvolvimento de ações de apoio aos catadores. A ex-coordenadora do programa de coleta seletiva na gestão Patrus Ananias (1993-1996) também foi trabalhar no MDS na SAIP. Além dessas três pessoas, a ex-coordenadora conta que uma ex-analista de mobilização social da SLU também foi atuar no governo federal no MMA na área de saneamento. A ex-analista atualmente trabalha na Caixa Econômica Federal, que também integra o CIISC. Dentre seu campo de atuação, desenvolve projetos voltados para os catadores.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao envolvimento pessoal do ex-presidente no apoio aos catadores. A ex-superintendente relata que Lula assumiu o compromisso de, em sua gestão, desenvolver políticas voltadas para inclusão social e produtiva de catadores. Ela narra que o ex-presidente, ao visitar um aterro, viu uma pessoa comendo um pedaço de melancia podre, o que o sensibilizou muito. Conta, também, situações dos bastidores de elaboração de políticas públicas que reforçam o compromisso e o envolvimento pessoal de Lula para melhorar as condições dos catadores. Ela relata que quando estava para ser aprovada a Lei Nacional de Saneamento, em 2007, ele não aprovou, devolveu e disse que não estava abordando os catadores do jeito que ele queria. Mandou de volta para refazerem, de modo a prever melhores condições e possibilidades para o desenvolvimento do trabalho dos

catadores. Vale ressaltar também, o “Natal do Lula com os catadores”, realizado anualmente em São Paulo, desde 2003.

Além do Lula, a ex-superintendente aponta o papel desenvolvido por Gilberto Carvalho, que era chefe de gabinete do ex-presidente. Por ser uma pessoa ligada à Igreja Católica, aos movimentos sociais e ao MNCR, sempre apoiou os catadores. A entrevistada destaca que ele era a “porta de entrada” do movimento nacional dos catadores no governo federal. Fato também abordado na narrativa da atual administradora da Asmare.

É interessante observar as mudanças de papéis e o movimento rumo à atuação no governo federal, de pessoas que trabalharam na experiência de Belo Horizonte. Algumas delas foram procuradas pela Pastoral de Rua para apoiar os catadores, antes mesmo de ser construído o programa de coleta seletiva. Além disso, essas pessoas já possuíam relações de proximidade, seja profissionalmente ou de amizade. Na construção tanto da experiência de Belo Horizonte, quanto no desenvolvimento de políticas no governo federal, estão envolvidas pessoas que, para além da relação institucional, possuem relações de proximidade e/ou de grande envolvimento pessoal com a causa dos catadores.

Também é importante ressaltar o vínculo com a Igreja Católica de parte das pessoas envolvidas na construção de políticas para os catadores. A Igreja Católica, tanto em Belo Horizonte, como em âmbito nacional, com o MNCR, tem um papel fundamental na organização dos catadores e na articulação de uma rede de apoio.

Outro aspecto interessante foi o fato de militantes do fórum, representando diversas organizações da sociedade civil ligadas ao tema no país, terem passado a ocupar cargos do executivo federal, denotando mudanças de papéis e novas implicações na relação entre governo e sociedade civil. Além disso, os avanços na construção de ações, programas e políticas voltadas para os catadores no governo federal ocorreu em um contexto político favorável e com o então presidente envolvendo-se pessoalmente na questão.

Vale ressaltar que os comentários tecidos acima são de caráter exploratório, apontando alguns aspectos para análises em estudos futuros, uma vez que não é o foco dessa pesquisa analisar essas questões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período anterior à formação da Asmare e nos primeiros anos da associação (1987-1992), a situação dos catadores era caracterizada por desrespeitos extremos nas três esferas formuladas por Honneth (2003). Os catadores eram discriminados de diferentes formas pela população e alvo de ações de repressão por parte do poder público local.

Nas narrativas dos catadores é possível perceber que as três formas de reconhecimento recusado com os respectivos desrespeitos, na prática encontram-se imbricados, cruzando-se constantemente. Embora Honneth (2003) argumente que apenas a negação do reconhecimento jurídico e da estima social pode estar em condições de por em marcha conflitos sociais, no caso analisado parece não ser possível separar a esfera da dedicação emotiva com o correspondente desrespeito (os maus tratos físicos) das demais esferas de reconhecimento.

Como já apontado, os desrespeitos sofridos pelos catadores começaram a ser questionados publicamente pelas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento, que estabeleceram uma nova forma de interação com esse grupo. As irmãs beneditinas desempenharam um papel fundamental nessa dinâmica, estimulando a luta dos catadores e construindo redes de apoio, principalmente por pessoas ligadas à Igreja Católica.

Com a formação da Asmare, em 1990, intensificou-se a luta, com a realização de diversas reivindicações, sobretudo em torno de políticas públicas de apoio ao trabalho dos catadores. Já nos primeiros anos da associação foram obtidos desdobramentos consideráveis, como a inserção na Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte de que a prioridade na coleta e comercialização de materiais recicláveis seria de cooperativas de trabalho.

Mas as principais mudanças ocorreram a partir da gestão de Patrus Ananias (1993-1996), com a criação do programa de coleta seletiva e com a realização de um conjunto de ações de apoio ao trabalho desse grupo, continuadas na gestão de Célio de Castro (1997-2000). Nesse período, os catadores puderam ter acesso a um mínimo de direitos, ainda que de forma parcial, uma vez que eles saíram das ruas, passaram a ter um local de trabalho, puderam ter acesso à moradia, as crianças foram para escola, foram oferecidos cursos de alfabetização para os adultos, dentre outras mudanças. Em suas narrativas são ressaltadas as melhorias substanciais na vida e no cotidiano de trabalho. Houve a construção de novas formas de interação entre eles e na relação com outras pessoas, de modo que foram construídas novas autorrelações práticas, ainda que de forma ampla continuem com reconhecimento negado (HONNETH, 2003).

A partir desse período, os catadores, de “inimigos da limpeza urbana”, passaram a ser considerados “agentes prioritários” do programa de coleta seletiva, de modo que novos sentidos passaram a ser atribuídos ao catador e ao trabalho que desempenha. A ação do poder público local, nesse período, foi de forte cunho social, com ações articuladas entre SLU, Pastoral de Rua e SMDS.

A partir de 1999, a Pastoral de Rua começou a direcionar esforços na disseminação da experiência de organização de catadores para outros municípios de Minas Gerais. Também teve início o processo de articulação dos catadores em movimento nacional. Nesse período, novos sentidos são destacados nas narrativas quanto à luta dos catadores, como a necessidade de fortalecimento dos catadores por meio do MNCR, de criação de redes de comercialização e de formas de inserção mais justa nas diferentes cadeias produtivas da reciclagem.

Por outro lado, nesse período, evidenciavam-se novos desafios na condução da política desenvolvida na década de 1990. A SLU, em 2001, passou por um processo de descentralização que dificultou a coordenação da política de gestão de resíduos sólidos, afetando o programa de coleta seletiva. Ao mesmo tempo surgiram outras associações e cooperativas de catadores em Belo Horizonte que também demandaram apoio do poder público. Houve uma reconfiguração do programa de coleta seletiva, tendo início a coleta seletiva porta a porta em uma tentativa de ampliar o programa. Nessa época, começaram novos conflitos na relação entre poder público e Asmare, que se intensificaram na segunda gestão Fernando Pimentel (2005-2008). Nessa gestão, ocorreu uma inflexão na política de apoio ao trabalho dos catadores. Os serviços de coleta seletiva foram terceirizados, houve retorno de algumas ações de fiscalização e cerceamento ao trabalho dos catadores na região central da cidade, dentre outros acontecimentos discutidos no capítulo anterior.

Atualmente os resultados do programa de coleta seletiva são pequenos e as condições de trabalho dos catadores da Asmare continuam precárias. Depois do grande salto na década de 1990 não houve avanços significativos quanto às condições de trabalho dos catadores, do mesmo modo a situação de privação de direitos e negação de estima social (HONNETH, 2003) se manteve, ainda que não tão extrema quanto antes. Uma interessante contradição dessa dinâmica é que paralelamente aos avanços em âmbito nacional, principalmente com políticas federais de apoio ao trabalho dos catadores, em âmbito local aumentavam as dificuldades na continuidade da política desenvolvida. A atual gestão municipal de Belo Horizonte tem como concepção, em relação aos resíduos sólidos, não priorizar a coleta seletiva, mas reduzir custos. Em um contexto, de considerável repercussão pública da questão

do lixo e de construção de políticas de âmbito federal, com ênfase na inserção de catadores em programas de coleta seletiva.

As mudanças de governo demonstram o quanto a política de apoio ao trabalho dos catadores em Belo Horizonte ainda é frágil e dependente, muitas vezes, de vontade política; o que pode evidenciar a influência de pessoas e, por sua vez, a baixa institucionalização de políticas efetivas de apoio ao trabalho dos catadores no município. É importante destacar que a institucionalização de políticas não garante por si só o reconhecimento jurídico ou qualquer outra forma de reconhecimento, mas são elementos importantes para permitir principalmente o acesso a direitos, considerando a elevada desigualdade social brasileira.

Por outro lado, é importante destacar que nesses últimos anos houve um esvaziamento da luta dos catadores da Asmare em alguns aspectos, em contrapartida a um maior fortalecimento da luta nacional por meio do MNCR. Algumas formas de interação, que fortalecia a luta, como as festas, reuniões, encontros, que eram realizados com certa frequência na Asmare não são mais realizados. Ainda que com a formação do MNCR foram criados novos espaços de encontro entre catadores de todo o país, a maioria dos catadores da Asmare não tem participado dos eventos nos últimos anos. O movimento nacional é algo distante para a maioria dos catadores da Asmare e seu cotidiano. A partir das entrevistas e de conversas espontâneas foi possível perceber que a maioria não sabe quase nada a respeito do MNCR e que não participam mais de encontros do movimento nacional, nem mesmo do Festival Lixo e Cidadania que ocorre anualmente em Belo Horizonte. Quanto a esse último evento, uma catadora narra que não podem deixar de trabalhar durante uma semana, ou alguns dias, para participar do festival, uma vez que a renda está muito baixa, ressaltando: “*se nós trabalha, nós come, se nós não trabalha, não come não*”. Além disso, alguns mecanismos simbólicos da luta também foram aos poucos se esvaziando e, por sua vez, os significados que carregavam, como com o fim do Carnaval dos Catadores, em 2006, e o fechamento do Bar Reciclo I, em 2009.

É importante destacar que os catadores continuam sofrendo diferentes desrespeitos, como a negação de direitos que configuram o exercício da cidadania e formas de ofensa e degradação. Mas parece que alguns significados ajudam a impedir a desvalorização apriorística dos catadores, como o destaque dado à importância ambiental do trabalho realizado por eles. No entanto, o trabalho é uma dentre as possíveis esferas, na qual o indivíduo pode ser visto como contribuindo para a sociedade. O próprio Honneth (2003) nega a ideia de Mead de que o trabalho seria o único âmbito para a conquista da estima social.

Além disso, no engajamento por meio da associação os catadores puderam perceber seu valor social e restituir um pouco da autoconfiança, da autoestima e do autorrespeito perdidos. À medida que expõem o desrespeito vivenciado podem desenvolver uma estima mútua na experiência de reconhecimento que a solidariedade dentro do grupo pode gerar, ainda que haja negação de reconhecimento de forma mais ampla (HONNETH, 2003).

A partir da discussão feita no capítulo anterior, retratando os desrespeitos e as expectativas morais de reconhecimento presentes nas narrativas dos catadores, bem como a construção e reconstrução de novos sentidos em torno do catador, do seu trabalho e do lixo, parece ser possível haver luta por reconhecimento por parte de grupos que compõem a ralé estrutural. Ainda que seja complexa e marcada por contradições, que possibilitariam outras interpretações, a luta dos catadores da Asmare pode ser entendida como uma luta por reconhecimento. Luta esta, marcada pela constante tensão entre desrespeito e reconhecimento que, por sua vez, é constitutiva do conflito social em que estão inseridos.

5.1. Limitações teórico-metodológicas

É importante apontar algumas limitações teórico-metodológicas dessa pesquisa, uma vez que influenciaram na análise realizada. Quanto às limitações teóricas, é preciso ressaltar que a discussão de Axel Honneth poderia ter sido enriquecida e aprofundada com a inserção de alguns interlocutores, como Charles Taylor, Nancy Fraser, dentre outros, em uma problematização das diferentes perspectivas, pontos de convergência e limitações para compreensão do contexto brasileiro. Além disso, a inserção de discussões sobre movimentos sociais, especialmente a perspectiva de Alberto Melucci, também teria oferecido mais possibilidades de análise. No entanto, estas são possibilidades que poderão ser exploradas em estudos futuros.

Quanto às limitações metodológicas, vale destacar que o uso do levantamento e leitura de narrativas foi um desafio, uma vez que a aproximação com tal abordagem metodológica foi recente. A produção bibliográfica sobre esse método ainda é incipiente no Brasil e o uso no campo da administração pública é mais restrito ainda.

Os métodos de pesquisa adotados demandam um longo tempo para levantamento e análise, o que se tornou outro grande desafio nessa dissertação. Após a realização das entrevistas restaram menos de três meses para sistematização das narrativas, análise,

articulação com a base teórica e redação do texto final. Tempo insuficiente para amadurecer algumas questões presentes nesse trabalho. Por sua vez, o material empírico mostrou-se muito rico, apresentando possibilidades de interpretação que não foram possíveis de ser devidamente desenvolvidas e articuladas com literaturas pertinentes, mas que abrem possibilidades para estudos futuros.

5.2. Sugestões para estudos futuros

O estudo da luta dos catadores da Asmare revelou diferentes possibilidades para estudos futuros, uma vez que perpassa interessantes questões que poderiam ser aprofundadas. Uma delas é a análise da continuidade e descontinuidade de políticas públicas de apoio ao trabalho dos catadores e as respectivas (co) relações com as gestões do PT. Algo que poderia ser explorado na experiência de Belo Horizonte, bem como de outras cidades como São Paulo e Porto Alegre, cujas primeiras experiências de políticas de apoio ao trabalho de catadores também partiram de gestões petistas. Além disso, há possibilidades de estudos comparativos entre experiências, como as das cidades citadas acima.

Outra possibilidade seria a análise do papel da Igreja Católica e da religião, não somente nessa experiência, mas em outras e na própria formação do MNCR. Algumas organizações da Igreja Católica desempenham uma função primordial nesse processo, seja na formação de catadores, na construção de alternativas de geração de trabalho e renda, na mobilização, quanto na construção de uma rede de apoio, compostas por pessoas e organizações com capacidade de influenciar a construção de políticas públicas para esse grupo social. Além disso, seria interessante analisar a influência da religião na luta dos catadores.

Estudar o MNCR também seria relevante, uma vez que ainda há poucas pesquisas sobre esse movimento social que, por sua vez, apresenta características que possibilitariam análises sob diferentes perspectivas, de modo que, sua problematização a partir da luta por reconhecimento seria uma, dentre outras abordagens possíveis.

Outra rica possibilidade seria a investigação do alcance do tema da inclusão social e produtiva de catadores na agenda de políticas públicas do governo federal e os seus desdobramentos nos outros entes federativos. O alcance desse tema na agenda do governo

federal é algo bastante recente. Embora, os catadores já estivessem presentes em muitas cidades brasileiras há algumas décadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; BLIKSTEIN, I. **Análise da narrativa**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 403-428, 2006.

BANDEIRA, M. “O bicho”. In: BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**, Rio de Janeiro, Fronteira, 1993.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 ago. 2010.

BATISTA, J. C. **Da calçada ao galpão: um novo ator político conquistando políticas socioambientais e o direito ao trabalho**. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), 2004.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal” – o caso dos catadores de recicláveis. **RBCS**, vol.23, nº67, 2008.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMARGO, S. Axel Honneth e o legado da teoria crítica. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, nº 24, p. 123-138, 2006.

CAMPANI, D. B.; GRIMBERG, E. ; PIRES, J.; MAGALHÃES, T. **Programa Nacional Lixo & Cidadania**. In: Congresso Interamericano de Resíduos 2005, México, D.F; AIDIS / DIRSA; 2005. 1-9 p. Disponível em <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico2005/campani2.pdf>. Acesso em 26 abr. 2010.

CARDOSO, M. B. R. **A ASMARE e seus parceiros públicos e privados: uma rede de cooperação para a geração de trabalho e renda**. Belo Horizonte: PUC-Minas, Dissertação (Mestrado em Administração), 2003.

CARMO, M. S. F. **A Problematização do Lixo e dos Catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana**. Rio de Janeiro: FGV – EBAPE, Tese (Doutorado em Administração), 2008.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, p.17-50, 2000a.

CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, p. 235-264, 2000b.

CRIVELLARI, H. M. T.; DIAS, S. M.; PENA, A. S. *Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados*. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.) **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CZARNIAWKSA, B. **The uses of narrative in Organization Research**. Gothenburg: Gothenburg Research Institute – School of Economics and Commercial Law, Göteborg University, 2000. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.2.6530>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

CZARNIAWKSA, B. **Narratives in Social Science Research**. London: SAGE Publications, 2004.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, (Dissertação de mestrado), 2002.

FRASER, N. Reconhecimento sem Ética? **Revista Lua Nova**, nº 70, pp. 101-138, 2007.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical Exchange. Londres: Verso, 2003.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: GODOI, C. K. ; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saravia, p. 115-146, 2006.

GOHN, M. G. **Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONG"s e redes solidárias**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GONÇALVES, J. A.; OLIVEIRA, F. G. de; SILVA, D. T. A. da. Dezoito anos catando papel em Belo Horizonte. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 22, n. 63, 2008.

GRIMBERG, E. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, p.135-162, 1992.

HONNETH, A. Reconocimiento y obligaciones morales. **RIFP**, nº8, p.5-17, 1996.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, A. **Reconhecimento ou distribuição?** A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé, MATOS, Patrícia (Org.) Teoria crítica no século XXI. São Paulo, Annablume, p.79-93, 2007.

HONNETH, A. **Reification:** a new look at an old idea. Nova York, Oxford University Press, 2008a.

HONNETH, A. Observações sobre a reificação. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.68-79, 2008b.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento – Tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.46-67, 2008c.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACOBI, P. R.; TEIXEIRA, M. A. C. **Criação do capital social:** o caso da ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: FGV-EAESP, v.2, 1997.

JACOBI, P. R.; VIVEIROS, M. Da vanguarda à apatia, com muitas suspeitas no meio do caminho - gestão de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo entre 1989 e 2004. In: JACOBI, P. (Org.). **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil** - Inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 17-64, 2006.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: KOWARICK, L. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 179-220, 2002.

LEAL, A. C.; GONÇALVES, M. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. A reinserção do lixo na sociedade do capital: Uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na

reciclagem. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. Presidente Prudente, São Paulo, [s/n], 2002.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Tradução: João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Merton Porto Gadelha. Zarhar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre: UFRGS, Tese (Doutorado em Sociologia), 2004.

MATTOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 out. 2009.

MATTOS, P. **A sociologia política do reconhecimento** – As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MENDONÇA, R. F. Dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento. **RBCS**, vol. 24, n°70, p.143-154, Junho, 2009.

MENDONÇA, V. L. M. de. **Novos modos de subjetivação e cidadania: uma articulação necessária**. Belo Horizonte: PUC Minas, Dissertação (Mestrado em Psicologia), 2006.

NOBRE, M. Apresentação – Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PETTIGREW, A. M. Longitudinal field research on change: theory and practice. **Organization Science**, n.1, p. 267-292, 1990.

PINSKY, J; PINSKY, C. B. (Orgs.). **A história da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, C. R. J. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, 74, p.35-58, 2008.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.01-12, Edição Temática, 2005.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lng=pt&nrm=iso>.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de reciclagem de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSA, C. M. M. (Org.). **População de Rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995

RUTKOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários** – uma abordagem na Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), 2008.

SAES, D. A. M. **Cidadania e capitalismo** – uma abordagem teórica. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SAMSON, M. (Editado). **Rechazando a Ser Excluídos: La Organización de los Recicladores en el Mundo**. Publicado por Mujeres en Empleo Informal: Globalizando y Organizando (WIEGO), Cambridge, MA, USA, 2009.

SENNETT, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Tradução de Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, J. W. N. **O modelo de gestão de resíduos sólidos e a geração de emprego e renda**: A experiência da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação (Mestrado em Administração), 2000.

SOARES, L. S. **Práticas informacionais no contexto histórico-organizativo da ASMARE**: Associação dos catadores de papel, papelão e materiais reaproveitáveis de Belo Horizonte: um recurso para ação cidadã. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), 2005.

SOUZA, J. Uma teoria Crítica do Reconhecimento. **Lua Nova**, nº50, p.132-158, 2000.

SOUZA, J. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **RBCS**, vol.19, nº54, 2004.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira – quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**; 15 (2): 18-422; jul/dez. 2003.

SPINK, M. J. ; SPINK, P. Introdução. In: SPINK, M. J. ; SPINK, P. **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade**: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**. Edição Especial, nº 20, p. 70-77, 2008.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: TELLES, Vera Souza. **Direitos sociais – afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 77-134, 2006.

TORRES, H. R. **As organizações dos catadores de material reciclável**: inclusão e sustentabilidade. O caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material

Reaproveitável, ASMARE, em Belo Horizonte, MG. Brasília: UNB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Documentos consultados

BELO HORIZONTE. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1990.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Brasília, 2006.

CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Relatório – Secretaria Executiva do CIISC. Brasília, maio de 2010.

MNCR. Carta de Brasília. 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Brasília, 2001.

MNCR e Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. Catadores de Vida. Edição 1/2002.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Análise do custo do posto de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de Materiais Recicláveis. Promovido pelo MNCR e realizado pelo Pangea Centro de Estudos Socioambientais em parceria com o Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais – GERI da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Indignação após veto de lei pela remuneração de catadores em São Paulo. São Paulo, 2009a. Disponível em <http://www.movimentodoscadores.org.br/box_2/noticias-regionais/indignacao-apos-veto-de-lei-pela-remuneracao-de-catadores-em-sao-paulo/> Acesso em 06 mai. 2009.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. IPEA – Mercado de trabalho, 41, Nov. 2009b, p. 21-24.

PASTORAL DO POVO DA RUA. Pastoral do Povo da Rua. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://www.portalcatico.org.br/main.asp?View=%7BBB63CEDC-F103-40C3-B5C7-F819D54ABE0A%7D&Team=¶ms=itemID=%7B28D157F3-2283-4A60-A3BA-61DC3D1C0A3D%7D%3B&UIPartUID=%7B2C3D990E-0856-4F0C-AFA8-9B4E9C30CA74%7D>. Acesso em 19/08/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 11.929, de 24 de janeiro de 2005. Belo Horizonte, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 13.378, de 12 de novembro de 2008. Belo Horizonte, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU. **Programa de Coleta Seletiva em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, CEMP/SLU/PBH, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU. **Relatório Anual de Atividades da Limpeza Urbana - 2009**. Belo Horizonte, CEMP/SLU/PBH, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com catadores da ASMARE

- a) Você poderia me contar da sua história de vida (onde nasceu, experiências marcantes, trabalho, etc.)
- b) Quando e como você começou a trabalhar com a cata de recicláveis?
- c) Nesse período algum acontecimento te marcou muito? (situação difícil vivida, relação de conflito com outras pessoas, etc - objetivo tentar identificar formas de desrespeitos).
- d) Você poderia me contar como foi o processo de criação da Asmare?
- e) Quem você identifica como principais organizações ou pessoas que participaram deste processo? Conte-me como foi a participação dessas pessoas e organizações?
- f) Como foi ao longo do tempo a relação da Asmare com a PBH – Prefeitura de Belo Horizonte? Separando por gestão – Sérgio Ferrara (1986-1988), Pimenta da Veiga (1989- 1990), Eduardo Azeredo (1990-1992), Patrus Ananias (1993-1996), Célio de Castro (1997-2002), Fernando Pimentel (2002-2008), Márcio Lacerda (2009 - atualmente) – (estimular o entrevistado a contar histórias, acontecimentos vividos desde o período de formação da Asmare até os dias atuais).
- g) Ao longo desses anos me conte algumas das principais dificuldades enfrentadas? E me conte também das principais conquistas?
- h) O que mudou na sua vida depois da Asmare? Por favor, me conte alguns exemplos, histórias de mudança. (como eram as coisas antes e depois do processo de organização)
- i) Você poderia me contar os principais desafios enfrentados ao longo desses anos? (conflitos - situações e histórias de conflito)

Tem alguma coisa que você gostaria de contar, comentar, além do que já conversamos.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com atores externos

- a) Como e quando se iniciou sua relação com os catadores?
- b) Você poderia me contar como foi o processo de organização dos catadores em Belo Horizonte (e criação da Asmare)?
- c) Quem você identifica como principais atores que participaram deste processo? Você participou? Como foi sua participação?
- d) Como foi a relação da Asmare com a PBH ao longo desses anos?
- Separando por gestão – Sérgio Ferrara (1986-1988), Pimenta da Veiga (1989- 1990), Eduardo Azeredo (1990-1992), Patrus Ananias (1993-1996), Célio de Castro (1997-2001), Fernando Pimentel (2002-2008), Márcio Lacerda (2009- atualmente).
- e) Ao longo desses anos me conte as principais dificuldades enfrentadas pelos catadores? E as principais conquistas?
- f) Você poderia me contar os principais desafios enfrentados pelos catadores ao longo desses anos? (conflitos - situações e histórias de conflito)

Tem alguma coisa que você gostaria de contar, comentar, além do que já conversamos.